

USO DE HERBICIDA NO CONTROLE DE PLANTAS DANINHAS EM PASTAGEM Matheus Gabriel Santana dos Santos Oliveira & Jean Carlos de Souza Santos	2
ANÁLISE DO NÍVEL DE CONHECIMENTO DAS PESSOAS SOBRE OS DIREITOS TRABALHISTAS NA RESCISÃO CONTRATUAL SEM JUSTA CAUSA PELO EMPREGADOR Vanne França da Silva & Fabiana Kely dos Santos Reis & Francisco Eudes Gomes de Lima & Diego Campos Pereira	17
DESAFIOS NA GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS NO SETOR DA CONSTRUÇÃO CIVIL Daniel Lima da Silva Vieira & Rafael Sebastião Cícero	33
OBESIDADE NA INFÂNCIA Ana Maria Santana & Luana Cristina Richelly Pereira Bittencourt	48
ATIVIDADES PSICOMOTORAS COM CRIANÇAS AUTISTAS: UMA REVISÃO DE LITERARURA Larissa Jordana Oliveira Patias & Bruno do Prado Alexandre & Magno Rafael Miranda Santos	64
JOGOS COOPERATIVOS NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA E SUAS CONTRIBUIÇÕES NO ENSINO MÉDIO Cátia Vieira dos Santos & Bruno do Prado Alexandre & Larissa Jordana Oliveira Patias	76
EFEITO DOS EXERCÍCIOS FÍSICOS NA VIDA DOS IDOSOS Henrique Dias Germano & Larissa Jordana Oliveira Patias & Bruno do Prado Alexandre ³	89
A IMPORTÂNCIA DA ANÁLISE DE CONTAS CONTÁBEIS EM UMA EMPRESA DO RAMO COMERCIAL NA CIDADE DE JACIARA – MT Marques Semeão de Oliveira & Luciana Aparecida Augusta de Oliveira & Alexandre Mezari & Francisco Eudes Gomes de Lima	106
ANALISE DAS ESPECIFICIDADES CONTÁBEIS NAS IGREJAS Aline Luzia Felix & Luciana Aparecida Augusta de Oliveira & Alexandre Mezari & Francisco Eudes Gomes de Lima ⁴	120
ANÁLISE COMPARATIVA DO REGIME CELETISTA E DO REGIME ESTATUTÁRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DA PREFEITURA DE JACIARA-MT Camila Celuppi & Fabiana Kely dos Santos Reis & Francisco Eudes Gomes de Lima & Diego Campos Pereira ²	132
O SALÁRIO E OS TIPOS DE REMUNERAÇÃO PAGA AO EMPREGADO Patrícia Carmen Galvão Reis & Luciana Aparecida Augusta de Oliveira & Alexandre Mezari & Francisco Eudes Gomes de Lima	148
ASSÉDIO MORAL: RESCISÃO INDIRETA POR INICIATIVA DO EMPREGADO Rodrigo da Silva Barros & Fabiana Kely dos Santos Reis & Francisco Eudes Gomes de Lima & Diego Campos Pereira ²	160

USO DE HERBICIDA NO CONTROLE DE PLANTAS DANINHAS EM PASTAGEM

Matheus Gabriel Santana dos Santos Oliveira¹

Jean Carlos de Souza Santos²

¹Discente do Curso de Agronomia, Eduvale, Jaciara-MT;

²Docente do Curso de Agronomia, Eduvale, Jaciara-MT;

Autor correspondente: jsantos.mt@hotmail.com

RESUMO

A pecuária no Brasil e no mundo tem se transformado cada vez mais frente às atualizações nos diferentes campos do conhecimento, em decorrência disso, a prática de aplicação de herbicidas está cada vez mais recorrente e mais acessível. Atualmente, seu uso carrega uma enorme relevância pela sua contribuição no controle de plantas daninhas. Por meio de uma revisão literária contemplam-se os conceitos de plantas daninhas, os métodos de controle em área de pasto a aplicação de herbicidas como método de controle químico. A aplicação de herbicidas garante melhor produtividade e rentabilidade, tanto para o solo, quanto para o produtor, visto que propicia uma maior quantidade de massa seca que conterá mais nutrientes como luz, água, que, de outro modo, seriam a maioria absorvidos pelas plantas daninhas, em razão de encontrar-se próximo à gramínea. Deste modo, o ganho de peso dos animais vivos tende a aumentar, bem como o rendimento no momento da comercialização. Para ter uma boa produção é preciso identifica-las e compreender sua atuação. O uso de herbicidas é uma das formas mais eficazes de limpeza dos pastos, além de melhorar o desenvolvimento saudável dos pastos e dos animais.

Palavras-chave: Plantas daninhas. Controle químico. Pecuária. Gramíneas.

ABSTRACT

Livestock in Brazil and in the world has been increasingly transformed in the face of updates in the different fields of knowledge, as a result, the practice of applying herbicides is increasingly recurrent and more accessible. Currently, its use carries enormous relevance for its contribution to weed control. Through a literary review, the concepts of weeds, the methods of control in pasture area and the application of herbicides as a method of chemical control are contemplated. The application of herbicides ensures better productivity and profitability, both for the soil and for the producer, since it provides a greater amount of dry mass that will contain more nutrients such as light, water, which would otherwise be most absorbed by weeds, because it is close to the grass. Thus, the weight gain of live animals tends to increase, as well as the yield at the time of marketing. To have a good production you need to identify them and understand their performance. The use of herbicides is one of the most effective ways to clean pastures, as well as improving the healthy development of pastures and animals.

Keywords: Weeds. Chemical control. Livestock. Grasses.

1 INTRODUÇÃO

O principal uso do solo brasileiro é a pastagem, segundo a avaliação do último Censo Agropecuário Brasileiro, que ocorreu em 2017 (IBGE, 2019), em que a área total de pastagens (naturais e plantadas) no Brasil era de 159,5 milhões de hectares, enquanto que no Censo de 2006, a área calculada foi de 160 milhões de hectares, com pouca diferença. No entanto, de acordo com o Censo Agropecuário de 2006, entre 1975 e 2006, as áreas de pastagens em todo o Brasil cresceram, em média, somente 4%, enquanto o rebanho bovino teve crescimento estimado em cerca de 100% (DIAS-FILHO, 2016).

O descompasso entre o crescimento médio das áreas de pastagens e do rebanho bovino brasileiro tem como principal consequência o aumento da produtividade da atividade pecuária no geral, e das pastagens, em particular (DIAS-FILHO, 2014a; MARTHA JUNIOR *et al.*, 2012; MEYER & RODRIGUES, 2014; DIAS-FILHO, 2016). A evolução da taxa de lotação (área da pastagem/cabeças de bovinos) estimada para as pastagens brasileira, entre 1975 e 2006, evidenciam a discrepância citada, enquanto que, em 2017, a taxa de lotação teve uma mudança positiva de, apenas, 1,1%. A região Centro-Oeste se destacou quanto a taxa de lotação, com evolução superior a 200% entre 1975 e 2006 (*ibid.*).

Nesses últimos anos, a pecuária tem sido a principal atividade econômica da região Centro-Oeste. Dentre todas as atividades, a que mais se destaca é a bovinocultura, com cerca de 74 milhões de cabeças de gado, que corresponde a aproximadamente 34% da produção nacional. Destes 74 milhões, quase 32 milhões estão situadas no Mato Grosso. (CENTRO-OESTE, 2020). O Mato Grosso é o estado responsável pelo maior rebanho do Centro-Oeste e do Brasil. Conta também com o maior valor bruto da produção agropecuária (VBP), de acordo com o Observatório de Desenvolvimento da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (SEDEC), sua participação correspondeu à 15,4% do total do VBP nacional. Do VBP integral do estado, 79% é oriundo das lavouras e 21% da pecuária. (MATO GROSSO, 2020).

Devido aos ganhos no melhoramento genético de bovino de corte, Dias-Filho (2016), afirma que “a pecuária andou mais depressa que o tempo”, apesar da qualidade das pastagens que alimenta esse rebanho “quase ter parado no tempo”. Aproximadamente 53% das pastagens brasileiras apresentavam sinais de degradação em 2020, já as pastagens severamente degradadas representavam 14% do total (DOMINGUES e CARDOSO, 2020). Mesmo com as evoluções obtidas, a produtividade da pecuária de corte brasileira ainda é considerada baixa.

Strassburg *et al.* (2014), mencionam que um aumento de cerca de 20% na produtividade das pastagens plantadas no Brasil seria suficiente para suprir as demandas de carne pelos próximos 30 anos, sem a necessidade da incorporação de novas áreas de ecossistemas naturais. Isto é, por meio da intensificação racional do manejo das áreas de pastagens já existentes, em particular recuperando as pastagens degradadas, seria possível liberar áreas para outras atividades produtivas, diminuindo desmatamentos, sem, contudo, comprometer a segurança alimentar da população (DIAS-FILHO 2016).

Um dos aspectos mais relevantes da degradação é a presença de plantas daninhas na pastagem. O termo plantas daninhas se refere a todo tipo de plantas que nascem em locais indesejáveis, interferindo na qualidade e produtividade da cultura, além disso, outro aspecto importante é a habilidade de ocupar áreas degradadas pelo homem (CASTRO, 1998). Após o correto levantamento e identificação das espécies de plantas daninhas, é possível realizar a definição do melhor tipo de manejo de controle dessas espécies, sendo o método químico com a utilização de herbicidas, o mais empregado. Seu uso é uma das formas mais eficazes para controle no pasto, além de promover um desenvolvimento saudável às gramíneas e aos animais, o que permite uma melhor alimentação, maior ganho de peso, mais saúde e maior produtividade do rebanho.

Visto que a pecuária bovina é uma das maiores potências econômicas do Brasil, fazer o controle das plantas invasoras em pastagens é fundamental. Para que ocorra um eficiente controle das plantas daninhas é necessário conhecimento dos procedimentos de tecnologia de aplicação, o que vai definir o correto posicionamento e aplicação do herbicida nas plantas alvos, promovendo o uso eficiente e consciente dos agroquímicos.

A partir disto, o presente estudo teve como objetivo realizar uma revisão literária acerca do uso de herbicidas para controle de pastagens infestadas por plantas daninhas. Para esse fim, será discutido o conceito de plantas daninhas e as espécies de maior ocorrência em áreas de pasto, bem como sucederá a apresentação dos métodos de controle de plantas daninhas em área de pasto e a descrição do método de controle químico e de aspectos técnicos relacionados a tecnologia de aplicação.

2 MATERIAL E MÉTODOS

Para a realização deste estudo, foram desenvolvidas buscas em sites de periódicos e de comunidades científicas, bem como em sites que apresentem informações atuais sobre o tema em questão. Sendo utilizados, portanto, artigos e resumos científicos, páginas eletrônicas, relatórios técnicos, dissertações e livros, como fonte de informações. Após isso, foi iniciado o período de leitura e seleção do material de referência. A coleta de dados iniciou em abril e perdurou até junho. Os resultados e discussão serão abordados dentro do referencial teórico de forma descritiva, afim de tornar possível as conclusões sobre o uso da aplicação de herbicidas em pastagem.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

Segundo Lorenzi (1984 apud CASTRO JR, 1998), o termo “plantas daninhas” diz respeito ao conjunto de espécies vegetais que perturba o desenvolvimento do cultivo esperado. A depender da competição entre as culturas, pode prejudicar a produtividade e a qualidade do cultivo, ou até mesmo torna-lo improdutivo. No entanto, para Pitelli (1958 apud *ibid.*) o aspecto característico das espécies de plantas daninhas é a alta capacidade de ocupar áreas degradadas pelo homem. Em seu processo evolutivo, adquiriram maior capacidade para resistir e mais eficácia na reprodução das espécies. Para esse fim, “algumas características de agressividade foram desenvolvidas durante todos estes anos, garantido a sobrevivência e permitindo que se fixassem como infestantes locais ou invasoras” (*ibid.*).

A causa do aparecimento de plantas invasoras em pastagens se deve principalmente às medidas inadequadas de implantação, como o preparo do solo, sistema de plantio, espécie ou cultivar de forrageiras não adaptadas às condições edafoclimáticas, baixa qualidade da semente e taxa de semeadura, a falta de controle das invasoras na formação da pastagem, manejo das plantas forrageiras, como pastejo ou roçadas impróprias, quanto ao número de cortes ou à época de controle das invasoras, falta de adubação de correção e manutenção com o empobrecimento do solo tanto quimicamente (deficiência de N, P, K, Ca, Mg, S e outros) como fisicamente (compactação), deficiência ou excesso de água, e cultivo de plantas forrageiras (OLIVEIRA e WENDLING, 2013).

Uma pastagem é considerada degradada quando, após fixada no local, as plantas daninhas encontram as circunstâncias necessárias para seu crescimento e reprodução. Quando

invasora, possui grande capacidade e levam vantagens para competir com as gramíneas cultivadas como pastagem (OLIVEIRA e WENDLING, 2013). A maioria das plantas daninhas não são palatáveis; a germinação de suas sementes não é uniforme, o que atrapalha no seu controle; possuem maior capacidade de captar água e nutrientes graças ao crescimento mais rápido de suas plântulas em relação as das pastagens; suas sementes possuem dormência, que garante maior dispersão germinativa.

As principais plantas daninhas encontradas em áreas de pastagem são: arranha-gato (*Acacia plumosa* Lowe); aroeira (*Myracrodruon urundeuva* Fr. All); dormideira (*Mimosa quadrivalvis* var. *Leptocarpa* (DC)); assa-peixe (*Vernonia polyanthes* Less); assa-peixe-roxo (*Vernonia westiniana* Less); babaçu (*Attalea speciosa* Mart ex Spreng); barbatimão (*Stryphnodendron* spp.); buva-do-canadá (*Conyza canadensis* L.); casadinha (*Eupatorium squalidum* DC); cheirosa (*Hyptis suaveolens* (L.) Poit); cipó-preto (*Tetrapteryx multiglandulosa* e *Tetrapteryx acutifolia*); fedegoso-preto (*senna occidentalis*); guanxuma (*Sida* spp.); guaxima (*Sidastrum micranthum* (A. St.-Hil) Fryxell); leiteira (*Euphorbia heterophylla* L.); mamona (*Ricinus communis* L.); dormideira (*Mimosa invisa* Mart e *Mimosa pigra* L); masvastro (*Malvastrum coromandelianum* (L.) Garcke) e samambaia-do-campo (*Pteridium arachnoideum*). Das plantas citadas, o cipó-preto, o fedegoso-preto, a mamona e a samambaia-do-campo também são conhecidas por sua toxicidade para bovinos (OLIVEIRA e WENDLING, 2013).

A solução para uma pastagem sem complicações por plantas daninhas parte do uso de sistemas alternativos de produção e de um sistema de semeadura direta da pastagem, combinada com o uso de herbicidas e com métodos de controle culturais e mecânicos. Portanto, a falta do manejo de herbicidas pode prejudicar não somente a cultura atual, bem como a cultura subsequente e os animais que se alimentam dela (CASTRO, 1998).

Com o objetivo de preservar a pastagem das plantas daninhas, podem ser utilizadas os seguintes métodos de controle, de acordo com Oliveira *et al.* (2019): controle manual, que se dá pelo uso de enxada e de foice; controle mecânico, por intermédio de roçadeiras; controle físico, com o auxílio de fogo; controle cultural, por meio do cultivo de gramíneas mais agressivas nas áreas com potencialidade de ocupação das plantas daninhas e, então, o controle químico, mediante uso de herbicidas. Haja vista que a combinação dos métodos, agregado a técnicas de manejo adequadas, garantem melhor resultado. No entanto, a finalidade desta revisão de literatura é especificar o uso do controle químico.

3.1 Herbicidas

Os herbicidas, de acordo com Roman *et al.* (2005), são agentes biológicos ou substâncias químicas capazes de matar ou suprimir o crescimento de espécies específicas. Fungos e outros microrganismos fazem parte dos agentes biológicos, enquanto as substâncias químicas são divididas em orgânicas e inorgânicas, sendo a grande maioria utilizada atualmente inorgânica, como o NaCl e o H₂SO₄. Além de interromper a concorrência com as plantas daninhas, também auxiliam na produtividade de massa verde na pastagem, bem como na qualidade de suporte. O método de controle químico é ágil e demanda pouca mão de obra. Para se iniciar esse método, é importante escolher o herbicida a ser utilizado e o melhor método de aplicação, levando em consideração a eficiência, a segurança e o valor econômico (ibid.).

Oliveira *et al.* (2019), pontuam a necessidade de considerar alguns aspectos antes de decidir pelo uso de herbicidas: é importante analisar se existem gramíneas suficientes para conquistar o espaço das plantas daninhas a serem controladas e então identificar a espécie da invasora e a densidade populacional, a fim de conhecer suas propriedades anatômicas, morfológicas, bem como sua capacidade competitiva, sua susceptibilidade aos herbicidas e para decidir o tipo de aplicação e o equipamento a ser utilizado. Detectar o tipo de folhagem facilita a escolha do herbicida e dos aditivos apropriados e, também, para definir o tipo de aplicação que garanta o resultado da aplicação. Por fim, para obter o resultado desejado, é importante identificar o estágio de desenvolvimento da planta daninha, visto que, a aplicação foliar de herbicidas sistêmicos em pleno desenvolvimento vegetativo propiciam maior eficiência, enquanto que durante o florescimento e frutificação, podem não garantir a mesma eficiência.

Apenas o controle das plantas daninhas não é o suficiente para a recuperação de uma pastagem degradada e manutenção que garanta a produtividade e persistência, ademais, “[...] deve-se realizar a limpeza da área, a conservação e o preparo adequado do solo, a correção da fertilidade do solo, [...] e dar a devida atenção ao correto manejo dessa pastagem.” (ibid.)

Os herbicidas podem ser classificados de diversas formas, mesmo que não seja de forma completa ou permanente. As principais classificações são relacionadas à seletividade, à época de aplicação e ao mecanismo de ação.

3.2 Seletividade de Herbicida

A seletividade de um herbicida indica uma medida diferencial de tolerância de espécies variadas de plantas a um herbicida determinado. Esse conceito está ligado à cultura, no entanto, o termo muitas vezes acaba sendo utilizado para se referir às plantas daninhas (OLIVEIRA, 2011). Quanto à seletividade, os herbicidas são divididos em:

- a) herbicidas seletivos - matam ou reduzem o crescimento de plantas daninhas, sem causar prejuízos que não sejam passíveis de recuperação na cultura. São exemplos de herbicidas seletivos: 2,4-D, para cana-de-açúcar; atrazine e nicosulfuron para milho e trifluralin, clethodim e fluazifop, para gramíneas (OLIVEIRA, 2011; CARVALHO, 2013);
- b) herbicidas não seletivos - são capazes de reduzir ou matar a maior parte das espécies na cultura, bem como as plantas daninhas, ou seja, possui um amplo espectro de ação. Glyphosate, paraquat, glufosinate-amoníum e diquat são exemplos de herbicidas não seletivos (ibid.).

3.3 Época de Aplicação

Alguns herbicidas apresentam os resultados esperados se aplicado em diferentes épocas, no entanto, quase todos requerem um momento particular para a aplicação, a fim de potencializar o controle e a seletividade. São definidas nas seguintes épocas de aplicação:

- a) pré-plantio e incorporado (PPI): herbicidas que são aplicados ao solo, mas irão precisar ser incorporados, seja por mecânica ou por meio de irrigação. Geralmente possuem todas ou algumas das seguintes características: requer ação de contato entre o herbicida e plântulas antes ou durante a emergência, baixa solubilidade em água, fotodegradação e volatilidade (alta pressão de vapor), como por exemplo, o trifluralin e o EPTC (OLIVEIRA, 2011);
- b) pré-emergência (PRÉ): como o nome aponta, a aplicação é feita antes da emergência da cultura e das plantas daninhas, no entanto, após a semeadura ou plantio. A eficácia dos herbicidas em aplicação PRÉ fica sob dependência da disponibilidade de água no

solo. São exemplos de herbicidas para pré-emergência o imazaquin, o alachlor e o diuron (OLIVEIRA, 2011);

- c) pós-emergência (PÓS): ao contrário do anterior e como sugerido pelo nome, as aplicações são feitas em pós-emergência. Nesse período, as plantas daninhas estão emergidas, mas as culturas podem não estar, porém, na maioria dos casos ambas estão emergidas. É importante identificar o estágio do desenvolvimento das plantas daninhas para garantir a eficiência da aplicação em pós. Sethoxydim, glyphosate e bentazon são exemplos de herbicidas utilizados em pós-emergência (OLIVEIRA, 2011).

3.4 Mecanismo de Ação

Primeiramente, para compreender essa classificação, é importante diferenciar mecanismo de ação e modo de ação:

- a) mecanismo de ação: é o primeiro evento metabólico (sítio de ação) das plantas onde o herbicida atua (OLIVEIRA, 2011; CARVALHO, 2013);
- b) modo de ação: é o conjunto dos eventos metabólicos sobre a planta, incluindo os sintomas visíveis. Sendo assim, engloba todo o comportamento do herbicida com a planta (OLIVEIRA, 2011; CARVALHO, 2013).

A classificação internacionalmente aceita é a de ordem alfabética, proposta pelo Comitê de Ação e Resistência aos Herbicidas (HRAC) e pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento da Agricultura (MAPA), os mecanismos de ação são divididos, em reação em: A – Inibidores da ACCase; B – Inibidores da ALS; G – Inibidores da EPSP; O – Mimetizadores da auxina; L – Inibidores da síntese de celulose; C1,2 – Inibidores da fotossíntese no FSII (ligantes na serina 264 da D1 e outros); C3 – Inibidores da fotossíntese no FSII (ligantes na histidina 215 da D1); F4 – Inibidores da DOXP sintase; F2 – Inibidores da HPPD; H – Inibidores da glutamina sintase; E – Inibidores da PPO (PROTOX); D – Desvio de elétrons do FSI; K1 – Inibidores da formação de microtúbulos; K3 – Inibição da síntese de AGCML; I – Inibidores da DHP sintase; e Z – Desconhecido (OLIVEIRA, 2020).

As nomenclaturas apresentadas acima são: ACCase, acetil-coenzima A carboxilase; AGCML, ácido graxo de cadeia muito longa; DHP, dihidropteroato; ALS, acetolactato sintase; D1, proteína componente do fotossistema II; DOXP, desoxi-D-xilulose fosfato;

EPSP, 5-enolpiruvil-chiquimato-3-fosfato; FS, fotossistema; HPPD, 4-hidroxifenil-piruvato-dioxigenase; PPO ou PROTOX, protoporfirinogênio oxidase (ibid).

3.5 Condições Climáticas

As condições climáticas são limitantes no desenvolvimento de uma cultura, bem como interferem no controle de plantas indesejáveis. É importante considerar fatores tais como a pluviosidade, a temperatura, a umidade relativa e a ocorrência de ventos (CONTIERO *et al.* 2018). Sendo assim, o clima dificulta a aplicação de herbicidas e influência, em condições específicas, tais como, temperaturas maiores que 30°C, ventos superiores a 10 km/h e umidade relativa do ar menor que 50%. Recomenda-se a aplicação de defensivos nos dias de calma ambiental em que prevaleçam temperaturas amenas e velocidade do vento inferiores a 3 km/h, porém a interação dos fatores climáticos é mais importante do que cada fator isolado (SHIRATSUCHI e FONTES, 2002). A pluviosidade é um fator importante na aplicação de herbicida por sua capacidade de lixiviar o produto aplicado nas folhas e no solo (ibid.). Na tabela 1 são apresentados os períodos mínimos necessários para efeito dos produtos.

Tabela 1 – Tempo requerido sem chuvas depois da aplicação do herbicida

Tempo mínimo requerido	Produto Comercial ®
15 minutos	Carbyne 2 EC
1 hora	Poast
	Pardner
	TCA
2 horas	Bladex
	Fusilade
	2,4-D éster
4 horas	2,4-D amina
6 horas	Roudup
	Sencor
	Tordon
8 horas	Garlon

Fonte: Shiratsuchi e Fontes (2002).

Em condições de vento forte, são necessários maiores cuidados antes da aplicação do herbicida para que não ocorra o fenômeno da deriva, ou seja, para que não haja o arrastamento das substâncias da aplicação para longe do local de ação. De acordo com Contiero *et al.* (2018), é recomendado a aplicação do herbicida nos dias de maior calma ambiental, nas primeiras horas da manhã ou no final do dia podem ser notadas se as condições serão propícias.

No entanto, a ausência de vento não é recomendada para a pulverização, visto que as gotas pequenas não tem energia suficiente para provocar um impulso no alvo, ficam flutuantes por se moverem muito lentamente e, então, se dispersam no ambiente. A presença de uma brisa leve é considerada ideal que, além de fornecer uma energia necessária para coleta das gotas pelo alvo, varre as pequenas gotas eventualmente não coletadas para longe da área onde se processará a próxima aplicação adjacente (SHIRATSUCHI e FONTES, 2002).

Identificar o hábito de crescimento e sistema de propagação das plantas daninhas é fundamental para optar por uma forma de aplicação do herbicida a fim de controlá-las. No Brasil, os três principais equipamentos de aplicação são: avião, costal e trator, no entanto, o uso de helicóptero e drones tem sido introduzido à técnica. Visto isso, os métodos de aplicação são apresentados abaixo.

3.6 Aplicação Foliar

Neste método, a aplicação da calda do herbicida é feita nas folhas das plantas daninhas e da pastagem, podendo ser em área total ou dirigida, a depender do tipo e do porte das plantas daninhas e do tamanho da área que ocupam. Quando as plantas daninhas estão situadas em apenas uma parte da pastagem e/ou sua infestação é menor que 40% da área total, recomenda-se aplicação foliar dirigida. Nos casos que a infestação é maior que 40%, a recomendação é que a aplicação seja em área total (OLIVEIRA *et al.* 2019). A aplicação total podem ser tratorizada e aérea, enquanto que a dirigida suportam aplicação tratorizada, costal e por drone.

3.7 Aplicação no Toco

Inicialmente é feita a poda das plantas, com foice ou enxadão, rachando ou picando o tronco ou a raiz rente ao solo. Logo após, como o nome indica, a aplicação é feita diretamente no toco das plantas, com pulverizador costal manual ou com pincel. Esse método pode ser realizado durante o ano todo e é indicado para plantas que apresentam resistência às aplicações foliares, ou para plantas de porte elevado. É recomendado o uso de corante (azul de metileno ou violeta de genciana) na calda a fim de diferenciar as plantas tratadas das não tratadas (OLIVEIRA *et al.* 2019).

3.8 Aplicação no Tronco (Basal)

Por meio deste método, a aplicação do herbicida pode ser nos caules da planta, sem roçar, com o uso de um pulverizador costal manual ou pincelamento basal. É indicado para arbustos de grande porte ou com resistência às aplicações foliares, quando as plantas são muito resistentes, antes da aplicação, são feitos cortes manuais ao redor do tronco (*ibid.*).

A Tabela 2 apresenta alguns herbicidas registrado no Brasil, bem como algumas marcas comerciais correspondentes aos nomes técnicos e as espécies suscetíveis.

Tabela 2. Herbicidas para uso em pastagem

Nome técnico	Marcas Comerciais ®	Espécies Suscetíveis
Fluroxipir + picloram	Plenum Planador	Mata-pasto
		Cheirosa
		Malva-branca
		Guanxuma (vassoura)
		Assa-peixe
Fluroxipir + triclopir (absorção foliar)	Truper	Assa-peixe (branco e roxo)
		Guanxuma ou malva-branca
		Cambará-roxo, casadinha
		Dormideira, malícia, não-me-toque
Glifosato (absorção foliar)	Diversas formulações	Produto não seletivo
Triclopir-butotílico (absorção via foliar e radicular)	Crescendo	Erva-quente
	Garlon 480 BR Rascal	Leiteiro, leiteira
	Triclon	Ciganinha
	Triclopyr 480 Volagro	Cambará, Camará, Chumbinho

Nome técnico	Marcas Comerciais ®	Espécies Suscetíveis
		Assa-peixe
		Unha-de-gato
		Jurubeba
		Angiquinho
2,4-D (absorção pelas folhas, raiz e caule)	2,4-D Nortox Pren-D 806	Carrapicho-de-carneiro
		Picão-preto
		Buva
		Tiririca
		Corde-de-viola
		Melão-de-são-caetano
		Guanxuma (vassoura)
2,4-D + picloram	Arena Camp-D Tractor Tucson Grazon Galop Tordon Manejo	Unha-de-gato
		Arranha-gato
		Angiquinho
		Carqueja
		Unha-de-boi
		Unha-de-vaca
		Picão-preto
		Buva
		Aguapé
		Cambarazinho, mata-pasto
		Cheirosa
		Tanchagem
		Erva-de-bicho
		Samambaia
		Aroerinha
		Guanxuma (vassoura)
		Lobeira
		Assa-peixe (branco e roxo)
		Malva-veludo (malva-branca)

Fonte: Oliveira *et al.* (2019).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presença de plantas daninhas pode causar diversos problemas nas pastagens, como competição por espaço, luz, água e nutrientes; queda na produtividade; aumento no tempo de formação das pastagens; envenenamento por plantas tóxicas; entre outros. Visto isso, é preocupação do pecuarista eliminá-las. O uso de herbicida para controle de pasto, combinada

com uso de sistemas alternativos, é a solução mais utilizada afim de preservar o local das plantas daninhas.

Uma vez que a pastagem se destaca como principal uso do solo brasileiro e a pecuária bovina é uma das maiores potências do país, foi discutido, por meio de uma revisão bibliográfica, o uso de herbicidas para controle de invasões por plantas daninhas, bem como aspectos técnicos e teóricos da tecnologia de aplicação. Dado a importância da pecuária para o Brasil, é fundamental realizar o controle das pastagens promovendo o uso eficiente e consciente dos produtos.

Em suma, de acordo com a discussão do presente artigo, o emprego de herbicidas para controle de plantas daninhas se mostrou como uma das formas mais eficazes para controle em pastagens, quando ocorre a identificação da planta daninha e uso do herbicida, devido à sua capacidade de promover um desenvolvimento sadio às gramíneas e aos animais, permitindo, também, melhoria na alimentação, no ganho de peso e na produtividade do rebanho.

Ademais, os herbicidas se mostram benéficos por sua rapidez e eficiência desde a aplicação, pela flexibilidade quanto a época de aplicação, bem como eliminam a competição entre as espécies daninhas e as gramíneas do pasto, garantem um aumento extraordinário na produtividade da cultura que, em consequência, contribui para a rentabilidade do sistema produtivo e, além disso, pode reduzir ou evitar a degradação das pastagens, ou minimizar problemas de reinfestação em pastagens recuperadas.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Leonardo Bianco de. Plantas Daninhas. Lages – SC: Editado pelo autor, 2013. Disponível em: <https://www.fcav.unesp.br/Home/departamentos/fitossanidade/leonardobiancodecarvalho/livro_herbicidas.pdf>. Acesso em: 20 de outubro de 2021.

CASTRO JR, Thamarugo Guimarães. Efeito da Aplicação de Herbicidas em Pré-Plantio, no Estabelecimento de Pastagens de Verão e Inverno, em Semeadura Direta. Dissertação (Mestrado em Agronomia), Setor de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, p. 99, 1998.

CENTRO-OESTE puxa o PIB do agronegócio brasileiro. Estadão, São Paulo, 16 de nov. de 2020. Disponível em: <<https://summitagro.estadao.com.br/agro-no-brasil/agrocenarios/centro-oeste-puxa-o-pib-do-agronegocio-brasileiro/>> Acesso em: 20 de outubro de 2021.

CONTIERO, Robinson Luiz; BIFFE, Denis Fernando; CATAPAN, Valdenir. Tecnologia de Aplicação. In: BRANDÃO FILHO, J.U.T., FREITAS, P.S.L., BERIAN, L.O.S., and GOTO, R., comps. Hortaliças-fruto. Maringá: EDUEM, 2018, p. 401-449. Disponível em: <<https://books.scielo.org/id/bv3jx/pdf/brandao-9786586383010-15.pdf>>. Acesso em: 22 de outubro de 2021.

DIAS-FILHO, Moacyr Bernardino. Uso de Pastagens para a Produção de Bovinos de Corte no Brasil: Passado, Presente e Futuro. Belém-PA: Embrapa Amazônia Oriental, 2016.

DOMINGUES, K.; CARDOSO, K. Pastagens brasileiras já ocupam área de 154 milhões de hectares, equivalente a todo o estado do Amazonas. EcoDebate, 2020. Disponível em: <<https://www.ecodebate.com.br/2021/10/14/pastagens-brasileiras-ja-ocupam-area-de-154-milhoes-de-hectares-equivalente-a-todo-o-estado-do-amazonas/>>. Acesso em: 15 de outubro de 2021.

IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Agropecuária. Pesquisa da Pecuária Municipal 2018-2019. 2020. 32 slides. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/b25372bebf621f8c789c4fda346d1a9.pdf>. Acesso em: 15 de setembro de 2021.

IBGE. Censo agropecuário 2017: resultados definitivos. Rio de Janeiro: IBGE, v.8, 2019. Disponível em: <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/templates/censo_agro/resultadosagro/index.html>. Acesso em: 15 de setembro de 2021.

MAPA – Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento. AGROFIT - Sistemas de agrotóxicos fitossanitários. Disponível em: <http://agrofit.agricultura.gov.br/agrofit_cons/principal_agrofit_cons>. Acesso em: 15 de setembro de 2021.

MATO GROSSO, Governo de. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico. Valor bruto da produção agropecuária do estado de Mato Grosso em 2020. 2020. Disponível em: <<http://www.sedec.mt.gov.br/documents/195466/13906148/VALOR+BRUTO+DA+PRODUÇÃO.xlsx/1ac2973c-abbb-ccf9-d8b2-da56bde85826>>. Acesso em: 15 de setembro de 2021.

MEYER, P. M.; RODRIGUES, P. H. M. Progress in the Brazilian cattle industry: an analysis of the Agricultural Censuses database. Animal Production Science, v. 54, n. 9, p. 1338-1344, 2014.

OLIVEIRA JR. Rubem Silvério. Introdução ao Controle Químico e Mecanismos de Ação de Herbicidas. In: OLIVEIRA JR., Rubem Silvério.; CONSTANTIN, Jamil; INOUE, Miriam Hiroko. (Org.). Biologia e manejo de plantas daninhas. Curitiba: Omnipax, 2011. p. 125-191.

OLIVEIRA, M. F.; WENDLING, I. J. Uso e manejo de Herbicidas em pastagens. Sete Lagoas – MG: Embrapa Milho e Sorgo, 1. ed., 2013.

OLIVEIRA, Maurílio Fernandes de; WENDLING, Ivan Jannotti; SILVEIRA, Márcia Cristina Teixeira da. Uso e manejo de Herbicidas em pastagens. Sete Lagoas – MG: Embrapa Milho e

Sorgo, 2. ed., 2019.

OLIVEIRA, Maxwell Coura et al. Classificação de Herbicidas no Brasil. 2020. Disponível em: <https://maxweeds.rbind.io/post/chart/Chart_Herbicida.pdf>. Acesso em: 20 de setembro de 2021.

ROMAN, Erivelton Scherer et al. Como funcionam os herbicidas: da biologia à aplicação. Passo Fundo-MG: Gráfica Editora Berthier, 2005. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/documents/1355291/12492345/Como+funcionam+os+herbicidas/954b0416-031d-4764-a703-14d9b28b178e?version=1.0>>. Acesso em: 15 de setembro de 2021.

SHIRATSUCHI, Luciano Shozo; FONTES, José Roberto Antoniol. Tecnologia de Aplicação de Herbicidas. Planaltina-DF: Embrapa Cerrados, 2002.

STRASSBURG, B. B. N.; LATAWIEC, A. E.; BARIONI, L. G.; NOBRE, C. A.; SILVA, V. P. da; VALENTIM, J. F.; VIANNA, M.; ASSAD, E. D. When enough should be enough: improving the use of current agricultural lands could meet production demands and spare natural habitats in Brazil. *Global Environmental Change*, v. 28, p. 84-97, 2014.

ANÁLISE DO NÍVEL DE CONHECIMENTO DAS PESSOAS SOBRE OS DIREITOS TRABALHISTAS NA RESCISÃO CONTRATUAL SEM JUSTA CAUSA PELO EMPREGADOR

Vanne França da Silva¹

Fabiana Kely dos Santos Reis²

Francisco Eudes Gomes de Lima³

Diego Campos Pereira⁴

¹Graduada em Sistemas de Informação pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço - Acadêmica do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço – Eduvale.

²Graduada em Ciências Contábeis pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço – EDUVALE, Pós Graduada em Gestão de Recursos Humanos pela Faculdade Batista de Minas Gerais – FBMG, Professora do Curso de Ciências Contábeis na Faculdade EDUVALE,

³Graduado em Direito e especialista em Direito Processual civil e professor da Faculdade de Ciências Sociais e Aplicadas do Vale do São Lourenço – EDUVALE.

⁴Mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, professor e coordenador do curso de Administração da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço – EDUVALE. Autor correspondente:

RESUMO

Para saber mais sobre rescisão contratual sem justa causa pelo empregador foi realizado pesquisas e estudos, portanto, na parte bibliográfica fez-se abordagens a respeito dos tipos de contrato de trabalho, empregado e empregador, rescisão contratual, direitos/deveres do empregado/empregador. Como já foi falada, a pesquisa foi bibliográfica, com características qualitativa, descritivos e método estatístico. A finalidade desse trabalho foi para avaliar se os trabalhadores conhecem seus direitos/deveres na rescisão sem justa causa pelo empregador principalmente os que trabalham com carteira assinada. A pesquisa realizou-se através de questionário, para saber se as pessoas conhecem os seus direitos. Foram entrevistados ao total de 85 pessoas, sendo 61,9% do sexo feminino e 38,1% do sexo masculino. Conforme as pesquisas tiveram-se um resultado onde a maioria dos entrevistados conhece os direitos na rescisão sem justa causa pelo empregador.

Palavras-chaves: Contrato; Empregado-Empregador; Rescisão – sem justa causa.

ABSTRACT

Research and studies were carried out to learn more about contractual termination without just cause by the employer, therefore, in the bibliographic part, approaches were made regarding the types of employment contract, employee and employer, contractual termination, rights/duties of the employee/employer. As already mentioned, the research was bibliographical, with qualitative and descriptive characteristics and statistical method. The purpose of this work was to assess whether workers know their rights/duties in the termination without just cause by the employer, especially those who work with a formal contract. The research was carried out through a questionnaire, to find out if people know their rights. A total of 85 people were interviewed, 61.9% female and 38.1% male. According to the surveys, there was a result where the majority of respondents know the rights in termination without just cause by the employer.

Keywords: Contract; Employee employer; Termination - without just cause.

1 INTRODUÇÃO

Esse estudo tem como objetivo, esclarecer os direitos e deveres do empregado e empregador, quando o empregador desliga-se o empregado com esse tipo de contrato. É aplicada essa rescisão quando é dispensado o empregado sem nenhum motivo.

Hoje em dia essas informações sobre direitos trabalhistas nem sempre os trabalhadores conhecem os seus direitos, sabendo-se, que o objetivo desse trabalho é verificar se as pessoas conhecem sobre seus direitos relacionados à dispensa sem justa causa pelo empregador, e tirar várias dúvidas relacionadas aos contextos trabalhistas

A rescisão de contrato sem justa causa pelo empregador é feita pelo mesmo, tem o direito de desligar o empregado, que não poderá se opor, só se existir restrições diante da lei. Isso é um processo justo, quando não há mais um vínculo empregatício, sem que ocorra algum tipo de descontentamento. Sendo assim, será indispensável que o empregador concorde com alguns processos para garantir os direitos do empregado.

2 CONTRATO DE TRABALHO

A legislação trabalhista em vigor no Brasil é formada pela consolidação e por regras jurídicas, sendo composta por um conjunto de normas que regem as relações individuais e coletivas. Tem como intuito, ajustar as relações entre os empregados e empregadores, constituindo os direitos e deveres de formas iguais.

De acordo com Führer, “o contrato de trabalho é a principal fonte que informa as relações entre empregado e empregador”. (FÜHRER 2002 p.29).

Conforme o art. 443 do Conselho de Legislação Trabalhista (CLT), a prática do contrato individual de trabalho, pode ser feita de forma tácita, expressa, verbal ou por escrito.

As obrigações e deveres entre as partes, não devem romper, principalmente os direitos assegurados na Constituição Federal (CF), CLT ou normas coletivas de trabalho, todavia, a regra geral é a inexistência de contrato escrito tendo em vista a lei não fazer essa exigência.

Com base na Nova Reforma Trabalhista (NRF), a Lei 13467/2017, o contrato tácito ou verbal, é o acordo feito na base da confiança entre as partes, porém não existe nenhum documento onde possa ser comprovada essa relação de trabalho. Já o contrato escrito ou verbal, é representado pelo contrato de trabalho que nele deverá conter todas as obrigações e deveres do empregado e do empregador.

2.1 Tipos de contrato de trabalho

Existem alguns tipos de contrato de trabalho sendo eles: Contrato por prazo indeterminado, contrato por prazo determinado, contrato de experiência e contrato de safra. Abaixo, segue a definição de cada um deles.

2.2 Contrato de trabalho por prazo indeterminado

Segundo MACHADO (2009), como o próprio nome já diz, ou seja, não possui data ou prazo para saída, aquele cuja duração temporal não tenha prefixado termo extintivo, mantendo duração indefinida ao longo do tempo, não tendo um prazo definido.

De acordo com LIMA (2005), a partir de 90 dias, já passou do período de experiência, ou seja, passando a ser contrato indeterminado de forma automática, onde não há uma data estabelecida para sair.

2.3 Contrato de trabalho por prazo determinado

Esse tipo de contrato possui uma data de início e término, acertados antecipadamente pelo empregado e empregador.

Todavia para GONÇALES (1993, p. 136) “é quando o empregado é contratado para executar um serviço, e sua duração é no máximo de dois anos”.

Segundo o (JORNAL CONTÁBIL, 2021) o contrato de trabalho por prazo determinado, tem datas de início e término que precisam ser combinadas antes de obter o vínculo empregatício entre o trabalhador e o empregador. Ele pode ser utilizado em três situações:

- Atividades temporárias principalmente em épocas de maior fluxo de trabalho ou sazonal;
- Transitórias (para a execução de uma obra específica);
- Contrato de experiência;

2.4 Contrato de experiência

O contrato de experiência é aplicado no período em que o empregador precisa para conhecer melhor o empregado, com finalidade de averiguar se o mesmo tem aptidão para desempenhar a função para a qual foi contratado. Conforme determina o artigo 445, parágrafo único da CLT, o contrato de experiência não poderá exceder os 90 dias. Portanto, sua duração máxima é de 90 dias, podendo ser ligado por prazo inferior e prorrogado uma vez, contanto que a soma total não ultrapasse o prazo. No caso de ter sido admitido inicialmente em 30 dias, prorroga-se por mais 30 dias, a segunda prorrogação torna-o por tempo indeterminado, ainda que totalize prazo inferior a 90 dias, ou seja, poderá somente ter o contrato prorrogado uma única vez.

2.5 Contrato Safra

Esse tipo de contrato é definido por tratar de um contrato por prazo determinado, não eventual, inserido na atividade do produtor rural.

O contrato de safra é aquele cuja duração depende das variações estacionais das atividades agrárias, sendo as tarefas. Normalmente executadas no período entre o preparo do solo para o cultivo e a colheita. O contrato de safra é firmado por prazo determinado, uma vez que sua natureza e transitoriedade justificam a predominância do prazo. (ROCHA, 2019 a. p 103).

Segundo DELGADO (2017), Essa forma de contrato considera-se como contrato determinado, sendo que é destinada a área rural. Alguns empresários aplicam esse tipo de contrato desde o momento inicial da preparação do solo até a colheita, logo após, o empregado já é dispensado pelo empregador.

3 EMPREGADOR

É conceituado no art. 2º da Consolidação das Leis do Trabalho, “considera-se empregador a empresa, individual ou coletiva, que, assumindo os riscos da atividade econômica, admite, assalaria e dirige a prestação pessoal de serviço.”

De acordo com NASCIMENTO (2002, p. 191) define que, “empregador é o ente, dotado ou não de personalidade jurídica, com ou sem fins lucrativos, que tiver empregados”.

§ 1º - Equiparam-se ao empregador, para os efeitos exclusivos da relação de emprego, os profissionais liberais, as instituições de beneficência, as associações recreativas ou outras instituições sem fins lucrativos, que admitirem trabalhadores como empregados. (BRASIL, 1988, p. 18).

Abaixo classifica as principais obrigações e deveres do empregador para com o empregado.

Quadro 1

Principais Obrigações	Principais deveres do empregador para com o empregado
Remunerar os serviços prestados;	Atuar de boa fé;
Conceder férias;	Observar as normas de segurança e higiene do trabalho;
Repouso Semanal;	Não discriminar
Salário família;	Respeitar as invenções do empregado
Licença maternidade e paternidade;	Outros
Aviso prévio quando necessário;	
Fornecer equipamentos e trabalho.	

Fonte: SOUZA (2007, p.20)

3.1 EMPREGADO

No Brasil, o conceito de empregado encontra-se descrito no art. 3º da Consolidação das Leis do Trabalho. A relação entre o empregado e o empregador, é designada como relação de emprego. Conforme o Art. 3º da CLT e para Oliveira (2017), “considera-se empregado toda pessoa física que prestar serviços de natureza não eventual a empregador, sob dependência deste e mediante salário”.

Conforme NASCIMENTO, (2008, p.55) “o empregado é um trabalhador que presta seus serviços pessoalmente e ele irá efetuar as suas atividades e não tem a autonomia para escolher a maneira como realizará o trabalho”.

Abaixo classifica as principais obrigações e deveres do empregador para com o empregado.

Quadro 2

Principais Obrigações	Principais deveres do empregado para com o empregador
Prestar os serviços contratados	Sujeitar-se ao poder hierárquico do empregador
Conceder aviso prévio, quando necessário	Atuar com boa fé
Pagar indenizações	Diligência
Ressarcir danos	Fidelidade
Outros	Colaboração
	Não concorrer com o empregador
	Outros.

Fonte: SOUZA (2007, p. 21)

Ainda para SOUZA (2007), o não cumprimento das tarefas ordenadas, sendo seus deveres e obrigações por parte do empregado, causará a rescisão de contrato de trabalho. Portanto, o empregador pode atribuir as advertências, no que resulta em seu afastamento ou até uma rescisão de contrato de trabalho por justa causa.

4 RESCISÃO CONTRATUAL

A rescisão de contrato, nada mais é do que formalizar um término de um vínculo empregatício, ou seja, sendo o fim do contrato de trabalho que pode ser por parte do empregador, ou por parte do empregado, pois ambos têm o direito de querer encerrar esse vínculo. Segundo PACHECO (2014), o contrato pode ser cancelado por decisão da empresa ou do empregado, ou também, fazendo um acordo entre as partes, onde aponta o término da relação de trabalho.

Existem diversos tipos de rescisão para terminar um contrato de trabalho. Para SOUZA (2007), as principais formas são:

- Demissão por justa causa, que é quando o empregado realiza alguma falta grave e o contrato é rescindido.
- Demissão sem justa causa, esse tipo de rescisão ocorre quando o empregador dispensa o empregado sem que haja algum motivo.

4.1 Rescisão sem justa causa por iniciativa do empregador

A rescisão sem justa causa é quando o empregador decide terminar o contrato de trabalho do empregado que está a sua disposição, sem ter nenhum motivo. Vianna (2008, p. 133) afirma que “trata-se de rescisão contratual motivada pelo empregador, sem que tenha o empregado cometido falta grave encenadora de justa causa”.

Como aponta PACHECO (2014), a partir do momento que o empregador não possui mais interesse, o mesmo pode estar dispensando seu funcionário, isto é, por motivos particulares ou por não estar executando o suficiente. Conseqüentemente declara que é de direito do trabalhador, as seguintes parcelas rescisórias:

- Aviso prévio (trabalhado ou indenizado);
- 13º salário proporcional;
- Férias vencidas e proporcionais;
- 1/3 de férias;
- Saldo de salário;
- Salário família, se preenchidos os requisitos da Lei 8.213/91

Em relação ao direito de FGTS, esclarece:

Depósito de 8% referente ao mês da rescisão contratual;

- Multa de 40% sobre o montante da conta vinculada;
- Código de saque 01: o trabalhador dispõe do direito a sacar os valores, depositados durante o vínculo empregatício.

Quando o trabalhador é dispensado, deverá assinar o documento de sua demissão. A empresa em que trabalha, pode exigir que o colaborador cumpra o aviso prévio. Este aviso determina o prazo de trinta dias, e irá receber por esse tempo trabalhado no momento da rescisão. Ao exercer este, o empregado usufrui o direito a reduzir sua jornada de trabalho em

duas horas ao dia, ou em sete dias a menos de trabalho no período do aviso, sem danos ao seu acerto.

Caso você venha a trabalhar nesse período, todas as obrigações como funcionário deve ser respeitado, como os horários, presença no trabalho, além do respeito com seus superiores, colegas e clientes. (JORNAL CONTÁBIL, 2020).

Como o empregador exerce da obrigação de pagar todos os direitos do empregado, ele também deverá cumprir com suas obrigações no seu local de trabalho até a data de sua saída, trabalhando com responsabilidade e respeitar a todos. (VIANNA, 2008).

5 METODOLOGIA

A elaboração desse artigo foi realizado através da pesquisa, sendo necessário que buscasse métodos e técnicas, que ajudem no desenvolvimento e na qualidade do próprio. Esta pesquisa resulta sobre o modelo descritivo, sendo com características qualitativa e pesquisas bibliográficas e o método estatístico.

De acordo com Severino (2007):

A pesquisa bibliográfica é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses, etc. Utiliza-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhados por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir das contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos. (SEVERINO, 2007, p. 122).

A pesquisa qualitativa é um método de pesquisa que não apresenta resultados em números exatos, e a coleta de dados pode ser feita de maneiras variadas. A amostra é geralmente pequena, e os respondentes são selecionados para suprir uma cota específica. De acordo com (MINAYO, 1993, p. 21-22, apud MARCONI e LAKATOS, 2018, p.303), “responde questões particulares” em ciências Sociais preocupa se com “um nível de realidade que não pode ser quantificado”.

O método estatístico é baseado na utilização da teoria estatística das probabilidades. Seus resultados apresentam uma grande chance de serem verdadeiras, embora possa haver certa margem de erro. Para ANDRADE (2003), “é um método para verificar se existem realmente conexões entre fenômenos.”

Já a pesquisa descritiva, o pesquisador descreve apenas os fatos observados sem interferir neles. Visa descrever as características de determinada população ou fenômeno, estabelecendo relações entre as variáveis. A pesquisa descritiva pode ser definida, conforme

GIL (2008) ressalta que, são diversos os estudos que podem ser classificados sob este título e uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados.

6 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

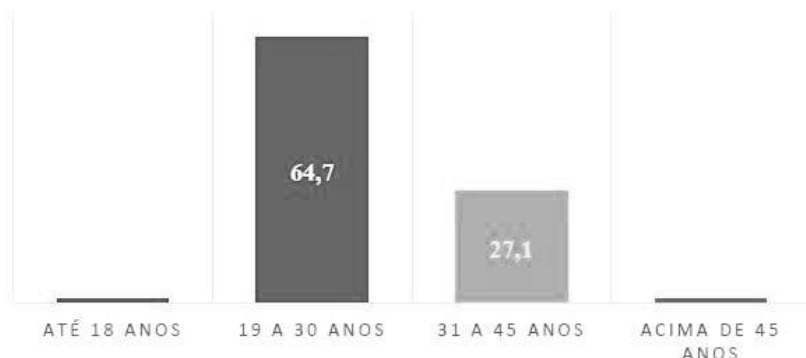
A análise de dados dessa pesquisa foi realizada de forma com que as pessoas respondessem através de um link, pela plataforma do *Google Forms*. Este link foi enviado através do aplicativo do *WhatsApp*, para saber se os entrevistados conhecem seus direitos. Foram entrevistadas 85 pessoas no total, entre homens e mulheres.

O gráfico abaixo, informa sobre o gênero dos entrevistados, que está relacionado a primeira pergunta do questionário. Portanto, percebe-se que a maioria dos entrevistados é do sexo feminino, com um percentual de 61,9% e de 38,1% do sexo masculino.



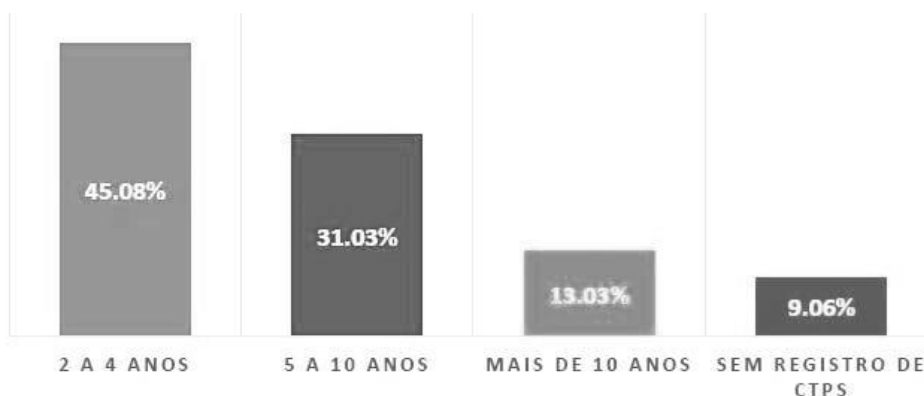
Fonte: A autora, 2021.

O próximo gráfico, mostra o resultado da segunda pergunta do questionário, sobre a faixa etária dos entrevistados. O objetivo da pergunta foi saber qual seria a faixa etária destes entrevistados, sendo assim, apresentou 64,7% com a idade de 19 a 30 anos, e 27,1% com a idade de 31 a 45 anos, 4,1% com a idade mais de 45 anos e 4,1% com a idade até 18 anos.



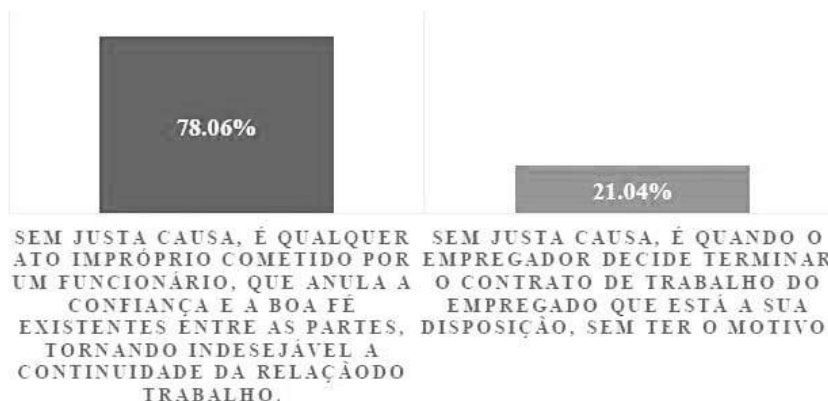
Fonte: A autora, 2021.

Este gráfico apresenta o resultado referente à terceira pergunta do questionário, com a questão: você já trabalhou com carteira assinada? Se sim, por quanto tempo? A finalidade dessa questão foi saber se a pessoa já trabalhou com a carteira assinada, e há quanto tempo está no mercado de trabalho. Concluiu-se que, 45,8% das pessoas trabalham com carteira assinada de 2 a 4 anos, 31,3% possui de 5 anos até 10 anos, com mais de 10 anos um total de 13,3% e nunca trabalharam de carteira assinada com 9,6%.



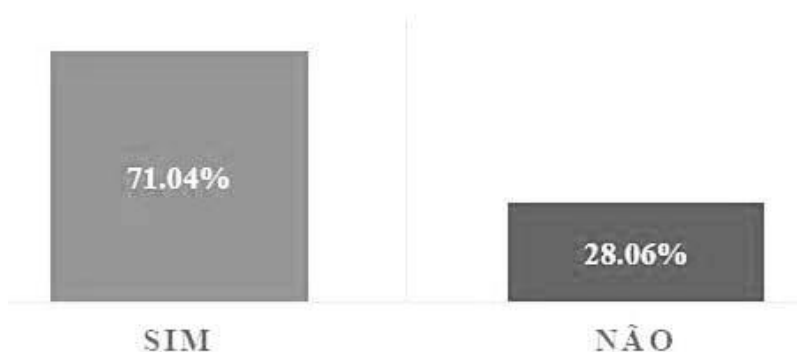
Fonte: A autora, 2021.

A quarta questão foi se o entrevistado possui conhecimento sobre as diferenças de rescisões contratuais. De acordo com as respostas, nota-se que 71,4% responderam que sim, que tem conhecimento da diferença entre uma rescisão e outra, e 28,6% responderam que não sabem a diferença das rescisões contratuais.



Fonte: A autora, 2021.

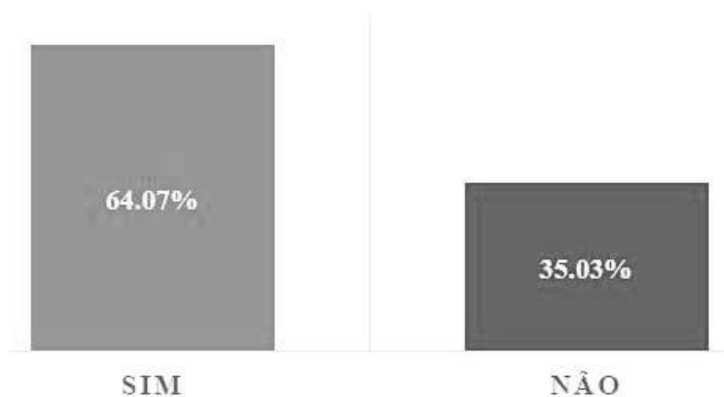
Conforme o quinto gráfico apresentado abaixo, a pergunta feita aos entrevistados foi para selecionar a resposta certa, que define o que é rescisão sem justa causa pelo empregador. Mais da metade das pessoas acertaram o que é rescisão sem justa causa pelo empregador, totalizando 78,6% das respostas, e 21,4% não acertaram. Nessa questão, a porcentagem de acerto foi mais que o previsto, concluindo que o entrevistado consegue designar o que resulta uma rescisão contratual sem justa causa.



Fonte: A autora, 2021.

Na sexta questão, o questionamento se dá em saber se o entrevistado conhece as verbas rescisórias quando é dispensado pelo empregador. De acordo com o resultado concluiu-se que 64,7% dizem conhecer as verbas rescisórias e 35,3% dizem não conhecer as verbas rescisórias quando é dispensado. Para Pacheco (2014, p.39) “a partir do momento que o empregador não tem mais interesse, ele pode estar simplesmente dispensando seu funcionário, ou seja, por motivos particulares ou por não estar produzindo o suficiente.”

A finalidade dessa pergunta era pra obter conhecimento se a pessoa sabe dos direitos que o indivíduo tem ao ter o contrato rescindido por parte do empregador.



Fonte: A autora, 2021.

A sétima alternativa perguntou-se em qual situação o empregado possui o direito ao saque do FGTS. Sua finalidade é saber se os entrevistados conhecem seus direitos de receber o FGTS, 94% responderam corretamente, ou seja, quando é dispensado pelo empregador, sem justa causa. E apenas 6% responderam de forma incorreta, quando é demitido por justa causa.

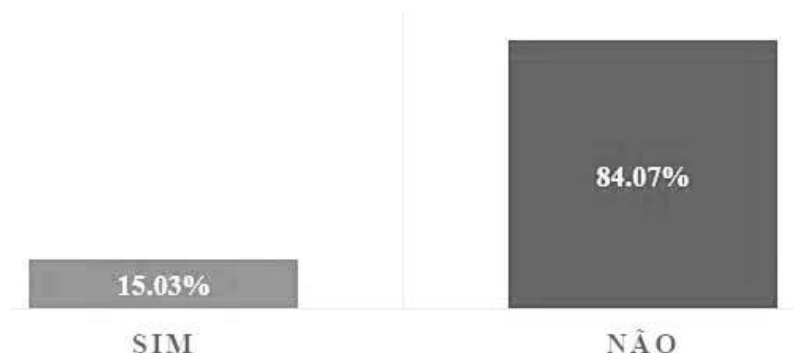


Fonte: A autora, 2021.

A penúltima questão foi a seguinte pergunta: a rescisão contratual sem justa causa pelo empregador, faz com que o funcionário perca todos seus direitos trabalhistas, inclusive o saque FGTS, a afirmativa está correta? O objetivo dessa questão era saber se as pessoas entrevistadas estão cientes dos seus direitos trabalhistas, onde 84,7% responderam que não estão corretas e apenas 15,3% disseram que essa afirmativa está correta.

Conforme VIANNA (2008), afirma que “a partir do momento que o empregador não está mais satisfeito com os seus serviços prestados pelo seu funcionário, o mesmo está

rescindindo o seu contrato, no entanto o empregado tem seus direitos a receber”. (VIANNA 2008, p. 134, Apud, PACHECO, 2014, p.40).

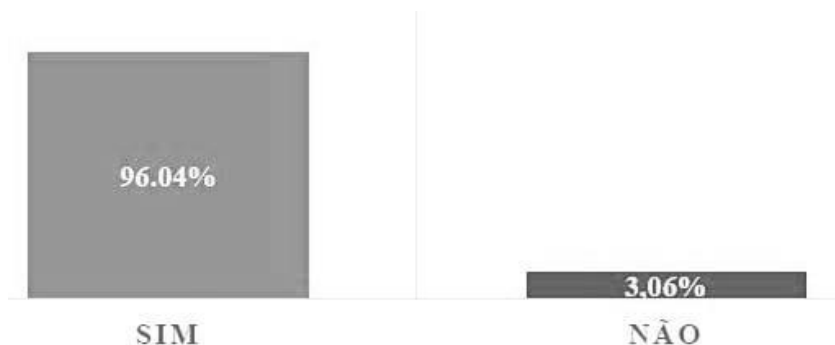


Fonte: A autora, 2021.

Para concluir levantamento de dados do questionário, segue a seguinte pergunta: a rescisão contratual sem justa causa pelo empregador dá o direito ao aviso prévio (trabalhado ou indenizado); 13º salário proporcional; férias vencidas e proporcionais; 1/3 das férias; saldo de salário; salário família, se preenchidos os requisitos conforme a lei 8.213/91, sobre o direito de FGTS é devida: depósito de 8% referente ao mês da rescisão contratual; multa de 40% sobre o montante da conta vinculada além do saque do FGTS. As descrições acima estão corretas?

E o resultado obtido foi surpreendente, onde 96,4% responderam sim, que as verbas rescisórias descrita acima estão corretas, e 3,6% responderam que não, sendo que as verbas rescisórias descritas não estão corretas. Sendo assim, a maioria está ciente que possuem direito a receber, quando a demissão é sem justa causa pelo empregador.

Para PACHECO (2014), a partir do momento que o empregador não tem mais interesse ele pode estar simplesmente dispensando seu funcionário, ou seja, por motivos particulares ou por não estar produzindo o suficiente.



Fonte: A autora, 2021.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo apresenta como tema principal a “rescisão de contrato do trabalho sem justa causa pelo empregador”, e demonstram características do direito do trabalhista. Essa parte atua na área do departamento pessoal, principalmente nos escritórios de contabilidade.

As abordagens apontadas apresentam umas das principais relações do ser humano, isto é, o vínculo empregatício e o seu desligamento. Podemos perceber que todos os contratos trabalhistas têm um fim, seja ele pelo falecimento do empregado ou empregador ou até mesmo, a solicitação do rompimento entre uma das partes desse vínculo. Nesse momento, o contador é a principal peça para desempenhar o contrato e o seu rompimento.

Na elaboração desse trabalho, buscou-se desenvolver os conhecimentos na área de contrato de trabalho e a rescisão de contrato sem justa causa, que é um dos tipos de rescisões mais utilizadas atualmente. Buscamos saber se os trabalhadores estão cientes a respeito do meio utilizado, referente ao rompimento do contrato sem justa causa.

Os dados técnicos e teóricos foram abordados de forma sobre o tipo de pesquisa bibliográfica, qualitativa com objetivo descritivo e método estatístico. Portanto, ampliou o conhecimento da pesquisa, para que fosse possível dar continuidade na segunda parte do trabalho, que aborda a análise de dados.

A finalidade desse trabalho foi preparada com o intuito de obter conhecimento na área profissional e tirar dúvidas sobre empregado e empregador. Para que ao realizar determinado processo, a pessoa possa ter consciência sobre o assunto, pois são diversos os direitos e obrigações a serem cumpridas. Conseqüentemente cada um necessita cumprir com suas responsabilidades, de acordo com o tipo de modalidade do contrato e rescisão.

A pesquisa mostra as informações referentes aos níveis de conhecimentos dos trabalhadores, de acordo com a rescisão de contrato de trabalho, onde foi possível analisar que infelizmente nem todos possuem domínio no que se refere a seus direitos.

A produção desse trabalho foi de grande relevância, devido que através do questionário muitas pessoas passaram a se preocupar em ter mais conhecimento, sobre o assunto e em relação aos seus direitos trabalhistas.

Considerando as respostas que foram coletadas, observou-se que as maiores dos entrevistados não possuem conhecimentos sobre seus direitos, principalmente se for uma pergunta técnica. Já ao ser perguntado de forma mais simples, com algum tipo de exemplo, as pessoas conseguem assimilar o direito que possui no encerramento do contrato. Com a finalização do questionário, foi possível concluir que nem todos acertaram as opções de maneira correta.

Para concluir, o trabalho produzido ofereceu um nível de conhecimento tanto pessoal como profissional, que será desfrutado no ambiente de trabalho, para orientar os envolvidos nessa relação de trabalho entre empregado e empregador.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria Margarida de. Introdução à Metodologia do Trabalho Científico, 6ª Ed. São Paulo: Atlas, 2003.

DELGADO, Mauricio Godinho. A reforma trabalhista no Brasil: com os comentários à Lei n. 13.467/2017- São Paulo : LTr, 2017.

FÜHRER, Maximilianus Cláudio Américo. Resumo de Direito Civil, 26ª Ed. São Paulo, Malheiros 2002.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 1993

GONÇALES, Odonel Urbano. Curso de direito do Trabalho. São Paulo: Atlas, 1993.

JORNAL CONTABIL, <https://www.jornalcontabil.com.br/trabalho-por-prazo-determinado-como-contratar-um-funcionario/> acesso dia 20/06/2021 às 15h35min.

Jusbrasil. Contrato de Trabalho. Conceito, elementos e espécies de contrato de trabalho com base na Nova Reforma Trabalhista Lei 13467/2017. Disponível em: <<https://maurciomamona.jusbrasil.com.br/artigos/913795533/contrato-de-trabalho>>. Acesso em: 28 de outubro 2021

LIMA, Francisco Meton Marques de. Manual sintético de Direito do Trabalho, 2ª Ed. São Paulo: LTr, 2005.

MACHADO, Carlos. Rescisão do Contrato de Trabalho por iniciativa do empregador. Tijucas, 2009.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria, Técnicas de Pesquisas, 7ª Ed. São Paulo. Editora Atlas S.A- 2012.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Metodologia Científica, 7ª Ed, São Paulo: Atlas, 2018.

NASCIMENTO, Nilson de Oliveira. O poder diretivo do empregador e os direitos fundamentais do trabalhador na relação de emprego. São Paulo, 2008.

PACHECO, Thaisi Borges. Rescisão de contrato de trabalho sem justa causa: uma abordagem geral. Criciúma, 2014.

Rede Jornal de Trabalho. O que tenho pra receber se eu for demitido do meu trabalho? Disponível em: <https://www.jornalcontabil.com.br/o-que-tenho-pra-receber-se-eu-for-demitido-do-meu-trabalho/>>. Acesso em: 11 de junho de 2021.

ROCHA, Yasmin Caroline da Silva. Direito do Contrato de Trabalho, Rescisão de Contrato do Trabalho por prazo determinado da Safra. 2019.

SEVERINO, Antonio Joaquim, Metodologia do trabalho científico, 23º Ed., Cortez, São Paulo, 2007.

SOUZA, Alexandre Luiz de. Rescisão de Contrato de trabalho: Verbas Rescisórias e Cálculo. Florianópolis, 2007.

VIANNA, Claudia Salles Vilela. Legislação Trabalhista, Previdenciária e Contratos. Curitiba: IESDE Brasil S.A, 2008.

DESAFIOS NA GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS NO SETOR DA CONSTRUÇÃO CIVIL

Daniel Lima da Silva Vieira¹
Rafael Sebastião Cícero²

¹Acadêmico do 10º semestre do curso de Engenharia Civil da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço – EDUVALE.

²Professor da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço – EDUVALE
Autor correspondente: rsc.cicerorafael@hotmail.com

RESUMO

O setor da construção civil é dentre outros setores fabris o maior em geração de resíduos sólidos, mais conhecidos como RCD ou RCC. Este setor se expandiu de forma exponencial acompanhado pelo alto crescimento demográfico, onde teve um superávit na exploração de matérias-primas não renováveis, tendo sido fator decisivo para a resolução da problemática deste trabalho, pois através do alto crescimento do consumo de insumos que constituem toda cadeia produtiva do setor da construção civil e pela projeção que no futuro haverá falta destas matérias-primas, pode dizer que o pensamento em reciclar e redirecionar os RCD e RCC é correto e tem máxima importância. Outras problemáticas decisivas também favorecendo o encontro de atitudes para o gerenciamento de resíduos da construção e demolição, são há maneira errada do descarte destes materiais que de acordo com a Resolução Conama 307, se observará nestes tipos de resíduos que ao contato com o solo sem nenhum tipo de impermeabilização ou o manejo adequado para se evitar que a lixiviação ocorra atingindo o lençol freático, observará em que não se alterará no estado físico e nem químico, porém haverá alteração biológica. Apresentando a história sobre gestão de resíduos da construção civil, dificuldades de sua implementação, se vislumbrará o cenário contendo aspectos pontuais onde mostrará os efeitos causados na sociedade, como problemas no lençol freático ou na área arquitetônica urbana, contendo a poluição visual causada pelo descarte incorreto e meios para se solucionar ou mitigar o problema, pautados em Normas, Leis e teóricos.

Palavras-chave: Gestão de resíduos; resíduos sólidos; meio ambiente; descarte incorreto.

ABSTRACT

The civil construction sector is among other manufacturing sectors the largest in solid waste generation, better known as RCD or RCC. This sector expanded exponentially, accompanied

by high demographic growth, where it had a surplus in the exploitation of non-renewable raw materials, having been a decisive factor in solving the problem of this work, because through the high growth of consumption of inputs that constitute the entire production chain of the civil construction sector and the projection that in the future there will be a shortage of these raw materials, it can be said that the thought of recycling and redirecting RCD and RCC is correct and of utmost importance. Other decisive problems also favoring the finding of attitudes towards the management of construction and demolition waste, are the wrong way of disposing of these materials which, according to Conama Resolution 307, will be observed in these types of waste that when in contact with the ground without any type of waterproofing or proper management to prevent leaching from reaching the water table, you will observe that it will not change in physical or chemical state, but there will be biological change. Presenting the history of civil construction waste management, difficulties in its implementation, a scenario will be glimpsed containing specific aspects where it will show the effects caused in society, such as problems in the water table or in the urban architectural area, containing the visual pollution caused by incorrect disposal. and means to solve or mitigate the problem, based on Norms, Laws and theoreticians.

Keywords: Waste management; solid waste; environment; incorrect disposal.

1 INTRODUÇÃO

Consonante aos estudos e pesquisas bibliográficas que serão vislumbrados no decorrer deste trabalho, observar-se-á situação no setor da construção civil, onde no mesmo, encontra-se uma necessidade de se tornar mais transparente a situação e assim, pontuar melhorarias na gestão de resíduos sólidos em canteiro de obra, através de teóricos, estudos por pesquisa bibliográfica, Leis e Normas Brasileiras, como por exemplo a ABNT NBR 10004 e Resolução CONAMA N° 307.

Segundo Lucci e outros autores (2005, p. 320):

A explosão demográfica do século XX foi um fenômeno do mundo subdesenvolvido, que a partir da década de 1950 passou a registrar elevadas taxas de crescimento demográfico. Alguns países subdesenvolvidos chegaram a dobrar a sua taxa de crescimento em menos de três décadas. Foram esses países que mais contribuíram para o crescimento da população mundial nesse século. Atualmente eles concentram 80% da população do planeta, esse índice tende a aumentar. [...] O fenômeno da explosão demográfica assustou o mundo e fez surgirem novas teorias

demográficas. As primeiras associavam o crescimento demográfico à questão do desenvolvimento e propunham soluções antinatalistas para os problemas econômicos enfrentados pelos países subdesenvolvidos.

Na sociedade contemporânea existe um crescimento vertiginoso do consumo de produtos industrializados. A economia mundial evoluiu em cinco vezes no período de 1950 à 1999 e a população mundial foi de 2,5 bilhões para 6 bilhões de habitantes (PROGRAMA... – PNUMA, 1999, p.2). Ainda as reservas de matéria-prima não são renováveis em sua maioria, carecendo de um planejamento de aproveitamento racional. Unicamente a cadeia produtiva da construção civil configura em torno de 15,6% do PIB nacional (FUNDAÇÃO... – FGV, 2002, p.27). O grande labor desta indústria é compor espaços cabíveis à habitação humana e às suas diversidades de afazeres cotidianos, relacionando o impacto ambiental da construção civil que está estritamente relacionado à sua tarefa social.

Portanto, para se ter mais controle destes resíduos, foram criadas as primeiras usinas de reciclagem onde tiveram suas instalações nas Prefeituras de São Paulo, SP (1991), de Londrina, PR (1993), e de Belo Horizonte, MG (1994). No ano de 1999, foi conferida por Pinto (1999) a importância do tema, apontando que o RCD (resíduos da construção e demolição), pode representar a mais de 50% da massa dos resíduos sólidos municipais. Segundo Pinto e Gonzales (2005) quanto à causa do surgimento dos resíduos nos municípios brasileiros, predominam como as reformas, ampliações e demolições.

Tendo o emprego do conceito de desenvolvimento sustentável, pode-se dizer que está relacionada ao reaproveitamento de resíduos de construção e demolição (RCD), que se comprovam por diversos motivos, tendo como destaques: Redução da exploração de matérias-primas não-renováveis, do desperdício e da geração de resíduos, do consumo de energia, aumento da vida útil de materiais, melhorias da mão-de-obra (WILBURN; GOONAN, 1998, P.2, 3 e 6; JHON, 1999, P.30, 46 e 47; MONTEIRO et al., 2001, p.131).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Evolução no processo de gestão de resíduos sólidos de construções

É relevante destacar que a reciclagem de resíduos de construção e demolição não é um assunto recente. Após a Segunda Guerra Mundial e até o ano de 1955 foram gerenciados e reciclados entre 400 a 600 milhões de m³ contendo resíduos de construções e demolições na

Alemanha, formando 11,5 milhões de m³ de componentes de agregados, os quais estiveram sendo utilizados na construção de 175 mil unidades habitacionais aproximadamente. (SCHULZ; HENDRICKS, 1992, p.165). Abaixo a imagem que mostra escombros causados pela guerra:

Figura: 1 – Escombros causados pela guerra



Fonte – DW.¹

No Brasil, a atenção para com os RCD é recente, porquanto, na Europa e nos EUA está atenção com os RCD iniciou-se após a Segunda Guerra Mundial. Porém, várias etapas tem sido alcançadas com intenção de mitigar a problemática que é provida com a produção dos RCD, e, atualmente, no Brasil, a gestão da indústria da construção civil é uma obrigação legal, tendo que ser assegurada e fiscalizada (AGOPYAN e JOHN, 2000).

Em 1992, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, sediada no Rio de Janeiro, a Rio-92, apresentou um aumento da preocupação mundial pelo futuro do planeta. Muitos países começaram a prezar pelos vínculos entre desenvolvimento socioeconômico e alterações no meio ambiente (LORDÊLO; EVANGELISTA; FERRAZ, 2007).

A Agenda 21 foi um dos fundamentais resultados da Rio-92. Esse documento, desfecho de um acordo estabelecido entre 179 países, corroborou a premência e a notoriedade de cada país se compromissar a considerar, global e localmente, sobre a maneira pela qual os governos, empresas, organizações e de maneira geral os demais setores da sociedade, que por

¹ Fonte: https://static.dw.com/image/18002261_403.jpg

sua vez, seriam capazes de contribuir em estudos de recursos para os problemas socioambientais (LORDÊLO; EVANGELISTA; FERRAZ, 2007).

A construção civil tem a maior geração de resíduos em toda sociedade, quando comparado aos outros setores industriais. Tem responsabilidade por 61% dos entulhos gerados nas zonas urbanas brasileiras de acordo com Noronha et al. (2005). Pinto (1999) afirma esses dados com a comprovação de 41% a 70% em sua pesquisa.

John e Agopyan (2003) pontuam que a geração de RCD nos municípios brasileiros, datado em 1999. Pinto (1999) obteve resultado através de pesquisa com um valor de 0,51 ton/hab.ano, tendo em vista o ano comum de 300 dias úteis, e dados populacionais do IBGE em 1996. Estudos concedidos pela Limpurb (Departamento de Limpeza Urbana) na cidade de São Paulo obtiveram um índice de 0,50 ton/hab.ano de RCD na zona Urbana, tendo como parâmetro um ano de 313 dias úteis (Filho et al, 2007). Determinaram como margem de erro, 2% das estimativas anteriores. A obtenção de dados pelo John (2000) com estudos formados pela European Union em 1999 apontou um índice de 0,32 ton/hab.ano e 0,40 ton/hab.ano em Portugal e Suécia concernentemente.

A resolução do CONAMA Nº 307, determinada em julho de 2002 (Brasil, 2002), e vigorada em dois de janeiro de 2003, tem por objetivo proporcionar diretrizes, critérios e metodologia para a gerenciar os resíduos da construção civil. É a lei com maior valor existente no país, dando às construtoras e prefeituras as exigências de se acomodar dentro dos prazos determinados para corroborar as exigências impostas pela lei.

Em 2002 foi ratificado a resolução CONAMA Nº 307, estipulando de que grandes geradores públicos e privados são impostos obrigação a desenvolver e a implementar um plano de gestão de RCD, vislumbrando a sua reutilização, reciclagem ou destinação correta no aspecto ambiental. Posto isso, a reciclagem tomou uma força a mais. Estabeleceram as declarações de planos de gerenciamento de RCD em canteiros, e normas técnicas preparados por Comitês Técnicos e publicadas pela ABNT em 2004.

2.2 Caracterização e problematização dos RCD ou RCC

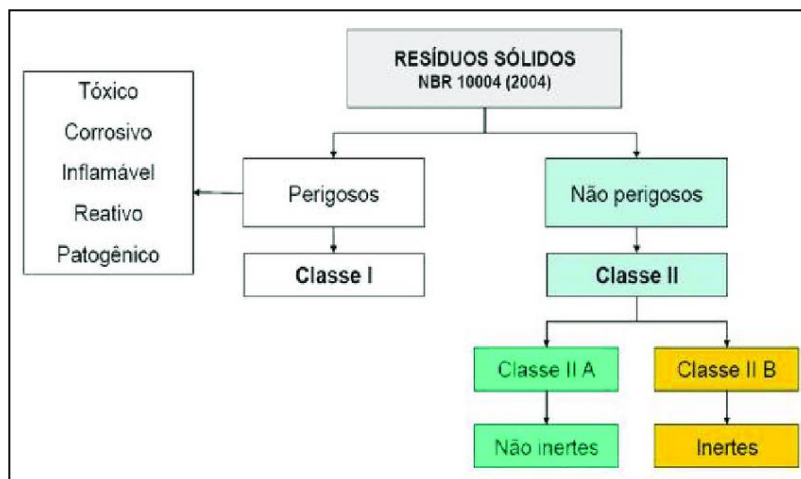
Na bibliografia possuem inúmeras definições para RCD (LEVY, 1997, p.24; ANGULO 2000, p.08; HAMASSAKI, 2000, p.179), existindo diversas NBR's, Leis e Resoluções, como por exemplo a definição apresentada pela Resolução Nº 307 do CONAMA (BRASIL, 2002, p.1), sendo uma das mais completas, tendo força de lei e prazo para ser

incorporada. Nesta resolução, classifica resíduos de construção civil como constituindo os resíduos derivados de construções, reparos e demolições de obras de construção civil, reformas, e os que resultam da elaboração e escavação de terrenos, como também: concreto em geral, telhas, solos, rochas, tintas, madeiras e compensados, forros, blocos, metais, cerâmicos, tijolos, argamassa, gesso, pavimento asfáltico, vidros, plásticos, resinas, colas, tubulações, fiação elétrica, etc.

De acordo com a NBR 10004 (ABNT, 2004 a):

Resíduos sólidos se constituem em “resíduos que estão nos estados sólidos e semi sólidos, que derivam de atividades tendo princípio industrial, agrícola, doméstica, comercial, de serviços, hospitalar e de varrição”. Na categorização dos resíduos, os resíduos da construção civil (RCC) são classificados como Classe II B - Inerte quanto aos potenciais ameaças ao meio ambiente e à saúde pública determinados pela mesma norma. Isso significa que esses resíduos, quando submetidos ao ensaio de solubilização, executado de acordo com a NBR 10006 (ABNT, 2004b), não devem ter nenhum de seus componentes solubilizados em concentrações superiores aos critérios de potabilidade da água.

Figura: 2 – Organograma sobre a classificação



Fonte – fluxo Consultoria²

Em ato relativamente recente, a PNRS de 2010 concluiu que o termo resíduos da construção civil, no Artigo 13, como “os criados em construções, reformas, reparos e demolições de construção civil, sendo incluso os obtidos da preparação e escavação de terrenos para contruções civis” (Brasil, 2010a, Artigo 13, inciso I, alínea h).

² Fonte: https://www.researchgate.net/figure/Figura-2-Classificacao-dos-Residuos-Solidos_fig1_336146531

A PNRS incorpora vários conceitos anteriormente mal definidos, como sustentabilidade operacional e financeira, logística reversa, acordos setoriais, engajamento de catadores e padrões sustentáveis de produção e consumo. Entre outras coisas, a PNRS protege a saúde pública e a qualidade ambiental. O artigo 3º da PNRS define resíduos sólidos como:

XVI – resíduos sólidos: material, substância, objeto ou bem descartado resultante de atividades humanas em sociedade, a cuja destinação final se procede, se propõe proceder ou se está obrigado a proceder, nos estados sólido ou semi sólido, bem como gases contidos em recipientes e líquidos cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgotos ou em corpos d'água, ou exijam para isso soluções técnica ou economicamente inviáveis em face da melhor tecnologia disponível (BRASIL, Lei nº 12.305/10, inciso XVI, art. 3º).

Os resíduos gerados (comercial, domiciliar, serviços de saúde, industrial, agrícola, público e de construção civil) também o resíduo sólido municipal (compreendendo pelas parcelas comercial, domiciliar e pública) sendo o mais aparente, entretanto segundo com Desmyter et al. (1994, apud PERA, 1996, p.17) a produção de RCD é superior em duas vezes quando comparada à produção de resíduos sólidos municipais. A apresentação da tabela 1 apresenta dados sobre a criação de lixo doméstico. Quando cita inúmeros autores, Bossink e Brouwers (1996, p.55), demonstram o percentual de RCD em relação ao total de lixo criado em vários países: Estados Unidos de 20 a 29%, Austrália de 20 a 30%, Holanda 26%, Alemanha 19% e Finlândia de 13 a 15%.

Tabela 1: quantidade da geração de lixo municipal

PESQUISADOR	LOCAL	Geração de Lixo Municipal	Observações
FRANGIPANE et al., 1999	Europa	296 à 631 kg/hab.ano	
LAURITZEN, 1998	Europa	390 kg/hab.ano	confirmado em Vázquez (2001, p.22)
STATISTICS CANADÁ, 1999	Canadá	460 kg/hab.ano	1996
EPA, 1996	EUA	720 kg/hab.ano	1993
CETES	(fonte: baseado em: John, 2000, p.10 e 17)	kg/hab.ano	Para cidades com mais de 500.000 habitantes

Todavia Pinto, em suas duas publicações (PINTO, 1997, p.31 e PINTO, 1999, p.42), demonstra índices bem superiores para as cidades brasileiras abrangendo algumas, com relação à quantia de RCD em aterros públicos. O corrente fato pode ser destacado ao nível baixo de crescimento tecnológico denotado pela indústria da construção civil brasileira. Os dados estão agrupados na tabela 2, ao mesmo tempo os dados de taxa de geração de RCD. toneladas / dia e 17 mil toneladas / dia. Essas discrepâncias se devem à dificuldade de coleta de dados devido ao desperdício da produção em massa.

Tabela 2: quantidade de RCD em relação ao total de resíduos em aterros públicos

CIDADE	Participação dos RCD na Massa Total de RSU				Taxa de Geração
	PINTO (1997)		PINTO (1999)		(t/hab.ano)
	Fonte – ano	(%)	Ano	(%)	
Belo Horizonte (MG)	SLU – 96	51	SLU – 99	54	0,34
Brasília (DF)	SLU – 96	66			
Campinas (SP)	SSP – 96	64	Paulella; Scapim – 96	64	0,62
Jundiaí (SP)	I&T – 97	64	96	62	0,76
Ribeirão Preto (SP)	I&T – 95	67	95	70	0,71
Salvador			Limpurb – 99	41	0,23
Santo André (SP)	I&T – 97	62	96	54	0,51
São José dos Campos (SP)	I&T – 95	68	95	67	0,47
São José do Rio Preto (SP)	I&T – 97	60	96	58	0,66
Vitória da Conquista (BA)			97	61	0,40

(fonte: Pinto, 1997, p.31 e Pinto, 1999, p.42)

De acordo com Peng et al.(1997, p. 51), os aterros sanitários podem sofrer lixiviação e poluir as águas subterrâneas com resíduos que ali se acumulam, incluindo RCDs. Oliveira et al. (2001, p. 94) destaca que o resíduo de concreto não deve ser considerado uma substância inerte, pois o descarte inadequado pode contaminar a água do solo subjacente. Propõem, ainda, que os resíduos de construção sejam classificados como Classe II A (resíduos não inertes) e indicam a reciclagem como uma alternativa para o seu aproveitamento. De fato, o CDW pode ser classificado como perigoso se misturado com água na proporção em peso de 1:1 para dar uma solução com pH maior ou igual a 12,5 (ASSOCIAÇÃO... - ABNT, 2004, p. 3).

Segundo John e Agopyan (2000, p.6 e 7), a geração de resíduos durante a fase de construção é resultado das perdas dos processos construtivos, e parte dessas perdas são incorporadas às construções na forma de componentes com dimensões acima do esperado. No processo de manutenção a geração de resíduos é resultado da correção de sintomas

patológicos, renovação, modernização total ou parcial do edifício e remoção de componentes esmerilhados e obsoletos, que deve ser substituído. Reduzir a geração de resíduos neste estágio requer melhor qualidade de construção, projetos flexíveis que permitem modificações substanciais na construção e vida útil mais longa para os componentes e a estrutura da construção. As medidas originam-se da compreensão dos integrantes da cadeia de produção da construção, tornando-se praticadas a longo prazo.

A pesquisa do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento – SNIS (Brasil, 2010c), tendo base nos dados obtidos em 2008, visualiza os estados da região centro-oeste que coletam RCC (por amostragem) tendo os meios próprios ou por adoção de terceirização por contrato. Outrossim, avaliou a quantidade obtida de RCC tendo origem pública e/ou

Tabela 3: Estados da região Centro-Oeste que coletam RCC (2008)

privada, como pode observar na tabela 3:

Estado	Total de municípios participantes da pesquisa	Quantidade coletada de RCC de origem pública (t/ano)	Quantidade coletada de RCC de origem privada (t/ano)	Número de município com coleta executada pela prefeitura	Número de município que cobra pelo serviço de coleta	Fonte: SNIS (Brasil, 2010c).
Goiás	15	763.947,40	507.023,10	11	1	
Mato Grosso do Sul	7	114.480	261.930	3	1	
Mato Grosso	8	15.360	8.000	2	1	
Distrito Federal	1	...	...	1	...	

Os importantes na avaliação deste trabalho acadêmico, é apurar a quantidade de RCC produzidos na região de Barra do Garças – MT, sucederam as pesquisas de Moura et al. (2017) e Silva et al. (2017), das quais taxas de geração contabilizadas foram, nesta ordem, de 0,30t/hab./ano e 0,37t/hab./ano. Mutuamente as pesquisas portaram como foco os resíduos retirados pelas empresas particulares que contratam serviços de caçambas para o recolhimento e manejo de RCC. Em contraposição entre as metodologias aplicadas é importante relacionar a listagem de dados de forma distinta para o ciclo de seca e ciclo de chuva, apurada por Silva et al. (2017) e de qual explicação é direcionado na redução da coleta de RCC em épocas de

chuvas, sendo mais empregada para a manobra de outros resíduos que contenham volumes grandes, como materiais orgânicos provenientes da limpeza de terrenos.

Esses números representam uma grande quantidade de produção, apesar de estar abaixo da média nacional de 0,50 t / capita./ano ainda é comparável ao centro da cidade-estado. Os processos de urbanização e desenvolvimento do setor de engenharia civil são considerados superiores aos dos municípios em questão. Moura et al. (2017) destaca a falta de implementação de planos municipais de gestão de resíduos da construção civil e atividades e ações de não produção e redução de resíduos como fatores chave que afetam esses altos índices. Outro aspecto essencial a ser marcado está em conjunto a carência de métodos e tecnologias em a triagem, reciclagem e reaproveitamento de RCC na cidade, sendo que a prefeitura de Rondonópolis – MT pode ser proposta como modelo mato-grossense que tem tais dispositivos e indica um índice de origem de resíduos consideravelmente menor de acordo com o valor de 0,16t/hab./ano (SILVA et al., 2017).

2.3 Resolução dos RCD ou RCC

O ciclo de reaproveitamento, em múltiplos estudos (CARNEIRO et al., 2001; JOHN, 2000; LEITE, 2001), é mencionado como uma escolha para-se reduzir os números de resíduos encontrados nos aterros, outrossim é a sugestão pautada na sustentabilidade para o encaminhamento dos RCC. Embora por toda esta maioria, insuficientes são as ações públicas e privadas na inclusão dessa prática.

A reciclagem dos RCC e RCD é ainda recente no Brasil. De acordo com Pinto (1999), determinados a coleta de informações e estudos constituíram a realização na inicialização da década de 80, com a composição do equipamento chamado “masseiras-moinho”. Este equipamento de porte pequeno, permite o processamento (moagem), com alto poder de força os resíduos com menor resistência para o reuso. Porém, a utilização deste equipamento está defasada, pois acontece em escala diminuída se comparada a outros países, apesar da construção civil do país exibir admirável potencial de acréscimo.

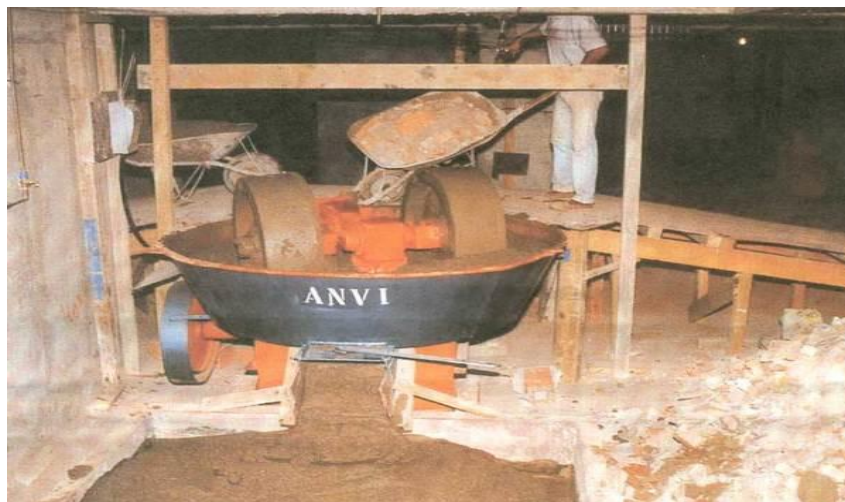


Figura: 2 – Organograma sobre a classificação

Fonte – Frank e Sustentabilidade

Os equipamentos moinhos e misturadores de argamassa são respectivamente empregados no implemento de alvenaria, revestimentos e enchimentos de pisos. Tendo proporção de economia com números de 30% da mão de obra utilizada, 50% do cimento empregado, 40% da areia, 80% da cal e por último 97% dos gastos com os “bota fora” de entulho, ANVI500 há uma grande prerrogativa com relações aos demais, LEVY (1997) assegura que a variação de custo por m³ deste material (argamassa), com semelhança a uma combinação habitual é cerca de R\$ 26,00, isto é, 42% de redução, para ao traço empregado em sua análise com o valor dos materiais vigorantes na época.

A implementação da criação de usinas de reciclagem com fabricação aceitável e padrões de predicados acentuados embora não se modificou-se em hábito seguido pelas prefeituras, tão pouca pela iniciativa privada. Embora em que alguns municípios permanecem buscando se aparelhar melhor para receber uma política de gerenciamento de resíduos sólidos tendo finalidade em modificá-los, nos formatos empresariais e em agregados reciclados (LEVY, 2001).

A reciclagem, pode ser solicitada em instalações duráveis, ou pode ser efetivada no favorável canteiro, empregando aparelhamentos móveis. Essa utilização evidência o implemento dos procedimentos de britagem e peneiramento de forma “*in loco*” de produção dos resíduos e de emprego do agregado reciclado depois que é realizado o processamento. Está prática amortiza o consumo de agregados que provém de matérias-primas naturais, a logística em aterros, os valores de transporte, energia e deterioração das estradas e aparelhamentos (GOONAN, 2000).

5 REFERENCIAL METODOLÓGICO

Pautadas em pesquisa bibliográfica fundamentada em relatos de autores como: Soibelman (1993, p.7), Gonzales (2005), Noronha et al. (2005), dentre outros que pontuam sobre o gerenciamento.

A pesquisa bibliográfica é elaborada com base em material já publicado. Tradicionalmente, esta modalidade de pesquisa inclui material impresso, como livros, jornais, teses, dissertações e anais de eventos científicos. Todavia, em virtude da disseminação de novos formatos de informações, estas pesquisas passaram a incluir outros tipos de fontes, como discos, fitas magnéticas, CDs, bem como o material disponibilizado pela internet (GIL, 2008, p. 29).

A pesquisa bibliográfica trará uma abordagem qualitativa a qual:

Se aplica nas ciências sociais com uma realidade que não pode ser quantificado, ou seja, leva em conta o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que condiz com um estudo mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalidade de variáveis. (Minayo 2000, p. 21-22).

Segundo Ruiz (2002), metodologia é o aglutinado de métodos e técnicas efetuadas para um determinado fim, é o caminho trilhado, a maneira a ser feita para atingir o objetivo. Assim o “método terá serventia para significar o traçado das etapas fundamentais da pesquisa”.

4 CONCLUSÃO

Portanto, no decorrer deste trabalho avaliando a partir de relatos históricos e pautados em teóricos, sobre a importância ocasionada pelo processamento e reciclagem de resíduos no canteiro de obras ou a partir de escombros deixado pela segunda guerra mundial, não tendo nenhum embasamento em pautas ambientalistas, porém estava atrelada a uma necessidade emergente da época. Logo depois, havendo crescimento demográfico de forma exponencial, houve-se então a necessidade de conciliar forças entre países para estabelecer diretrizes a serem seguidas, pois já estavam tendo percepção do surgimento da necessidade em repensar como gerir melhor as matérias-primas não renováveis e reutiliza-las de forma adequada.

Os ideais estabelecidos foram decisivos para criação de normas, como ABNT NBR 10004 e resoluções como a Conama 307, onde tiveram papel fundamental na classificação e procedimentos a serem corretamente acatados por envolvidos em uma construção.

Contudo, problemas em implementação do gerenciamento de resíduos sólidos ocorre de forma demasiada no território nacional e regional do estado de Mato Grosso, observando

destinação inadequada e ocasionando assim, problemas com perigo em vetorizações de doenças e poluições de diversos tipos, como por exemplo, poluição visual e poluição por alteração do Ph da água encontrada no lençol freático, por meio da lixiviação percorrida pelos resíduos sólidos da construção.

A solução para enfrentamento deste problema percorre entre o aumento na efetividade de fiscalização e incentivos do setor privado e esfera pública do executivo e legislativo para promover e garantir incentivos fiscais na construção de usinas para reciclagem de resíduos sólidos da construção civil (RCC).

REFERÊNCIAS

- AGOPYAN, V.F.; JOHN, V.M. Reciclagem de Resíduos da Construção. Artigo. Escola Politécnica da USP, Departamento de Construção Civil, São Paulo, 2000.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 10004: resíduos sólidos: classificação. Rio de Janeiro, 2004a.
- BOSSINK, B.A.G.; BROUWERS, H.J.H. Construction waste: quantification and source evaluation. Journal of Construction Engineering and Management. Canadá, v. 122, n.1, p.55-60, mar. 1996.
- BRASIL. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 1998.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA. Resolução nº 307, de 05 de julho de 2002. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, nº 136, 17 de julho de 2002. Seção 1, p. 95-96. Disponível em <<https://www.mma.gov.br/port/conoma/res/res02/res30702.html>>. Acesso em: 20.Abril.2022.
- CARNEIRO, A. P. et al. Reciclagem de Entulho para Produção de Materiais de Construção: Projeto Entulho Bom. Salvador: EDUFBA: Caixa Econômica Federal, 2001.
- FILHO, R. P.; CHIAVINI, P. P. R.; CIMINO, R. J. P.; GUIMARÃES, S. A. V. Gestão de resíduos da construção civil e demolição no município de São Paulo e normas existentes. 2007. disponível em:

<http://www.ipep.edu.br/portal/publicacoes/revista/rev07_01/art6_gestao.pdf>. Acesso em: 11.Abril.2022.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS – FGV. Impacto de tecnologia de informação em empresas de varejo de material de construção. Disponível em: <http://www.fgvsp.br/adm/arquivos_npp/P00218_1.pdf>. Acesso em 10.04.2022.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HAMASSAKI, L. T.; SBRIGHI NETO, C.; FLORINDO, M. C. Uso de entulho como agregado para argamassas de alvenaria. In: RECICLAGEM E REUTILIZAÇÃO DE RESÍDUOS COMO MATERIAL DE CONSTRUÇÃO CIVIL WORKSHOP., 1996, São Paulo. Anais... São Paulo: ANTAC, PCC USP, UFSC, 1996, p. 107-115.

JOHN, V. M.; AGOPYAN, V. Reciclagem de resíduos da construção. 2003. In: SEMINÁRIO RECICLAGEM DE RESÍDUOS DOMICILIARES, São Paulo.

JOHN, V.M.J. Reciclagem de resíduos na construção civil: contribuição à metodologia de pesquisa e desenvolvimento. Tese (livre docência). Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

LEITE, M. B. Parecer de Características Mecânicas de Concretos Executados com Agregados Reciclados. 2001. 270 f. Tese (Doutorado em Engenharia Civil) – Escola de Engenharia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

LEVY, S. M. Reciclagem do entulho de construção civil para utilização como agregado de argamassas e concretos. 1997. 143 f. Dissertação (Mestrado) – Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

LUCCI, Elian Alabi et al. Território e sociedade: Geografia geral e do Brasil. São Paulo: Saraiva, 2005.

LORDÊLO, P. M.; EVANGELISTA, P. P. A.; FERRAZ, T. G. A. Gestão de Resíduos na Construção Civil: redução, reutilização e reciclagem. Salvador: SENAI-BA, 2007.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2000.

Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental. Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento: diagnóstico do manejo de resíduos sólidos urbanos - 2008. Brasília: SNSA/MCidades, 2010c.

MONTEIRO, J. H. P. et al. Manual de gerenciamento integrado de resíduos sólidos. Rio de Janeiro: IBAM, 2001.

MOURA, C. A. M.; FREITAS, W. M. C.; REZENDE, G. B. M.; SILVA, R. B. Gestão de Resíduos da Construção Civil no Município de Barra do Garças – MT. VIII Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental. Campo Grande/MS – 27 a 30/11/2017.

PINTO, T. P. Resultados da gestão diferenciada. Revista Técnica, São Paulo, m.31, p.31-34, nov./dez. 1997.

PINTO, T. P. Métodos de separação de resíduos sólidos da construção urbana. 1999. 190 f. Tese (Doutorado) – Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

PROGRAMA DE LAS NACIONES UNIDAS PARA EL MEDIO AMBIENTE – PNUMA. Perspectivas del Medio Ambiente Mundial 2000: panorama general. Nairobi, 1999. 20 p. Disponível em: <<http://www.unep.org/>>. Acesso em 05.04.2022.

RUIZ, J. A. Metodologia Científica: guia para eficiência nos estudos. 9. Atlas, 2002, 184 p.

SHULZ, R.R.; HENDRICKS, F. Recycling of masonry rubble. In: HANSEN, T. C. (editor). Recycling of demolished concrete and masonry. Londres: E e FN Spon.

SOIBELMAN, L. As perdas de materiais na construção de edificações: sua incidência e seu controle. 1993. 127 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Pós-Graduação em Engenharia Civil, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1993.

WILBURN, D. R.; GOONAN, T. G. Aggregates from Natural and Recycled Sources: economic assessments for construction applications: a materials flow analysis. U.S. Geological Survey Circular 1176. 1998. Disponível em: <http://greenwood.cr.usgs.gov/pub/circulars/c1176/c1176.html>. Acesso em 05.06.2022.

OBESIDADE NA INFÂNCIA

Ana Maria Santana¹

Luana Cristina Richelly Pereira Bittencourt²

¹ Discente do curso de Enfermagem da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço (Eduvale).

² Orientadora e Docente do Curso de Enfermagem da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço (Eduvale).

E-mail do autor correspondente: anamarias977@gmail.com.

RESUMO

A obesidade pode ser definida como o acúmulo excessivo de gordura no corpo, o qual provoca prejuízos à saúde do indivíduo. Ela é considerada uma doença crônica não transmissível que tem aumentado consideravelmente nos últimos anos, sendo um problema de saúde. No que tange à infância, a obesidade infantil duplicou em crianças nos últimos 30 anos e, conseqüentemente, hoje é um grande problema de saúde pública no mundo. É uma doença multifatorial, que resulta da interação de fatores genéticos, metabólicos, hormonais, ambientais, comportamentais e culturais. Pode desencadear problemas de saúde importantes, como elevação dos fatores de risco para doenças cardiovasculares, metabólicos, ortopédicos, neoplásicos, entre outros. O objetivo deste estudo é apresentar características gerais da obesidade infantil e avaliar as causas e conseqüências, assim como a melhor forma de tratamento e prevenção. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa. A análise de dados foi feita com base em artigos publicados acerca dessa temática. Os dados foram retirados de artigos acadêmicos, e objetivava identificar quais as causas e comorbidades decorrentes da obesidade infantil, descrever ações dos pais na contribuição, verificando se existe a possibilidade de adotar medidas para a prevenção da obesidade infantil, nem como não acarretá-la na vida adulta. Apesar de não haver tratamento específico para a obesidade não orgânica na infância, medidas preventivas, como mudanças no estilo de vida, realização de atividades físicas e hábitos alimentares saudáveis são importantes na redução do peso corporal e do risco de desenvolvimento das doenças. É importante a participação dos pais, em especial, a mãe, no cuidado com a obesidade infantil, pois a falta de percepção e consciência dos pais, quanto ao estado nutricional dos filhos, são os

principais fatores que dificultam no sucesso do tratamento e, portanto, na prevalência dessa doença.

Palavras-chave: Crianças, obesidade infantil, enfermagem.

ABSTRACT

Obesity can be defined as the excessive accumulation of fat in the body, which causes damage to the individual's health. It is considered a chronic non-communicable disease that has increased considerably in recent years, being a health problem. With regard to childhood, childhood obesity has doubled in children in the last 30 years and, consequently, today it is a major public health problem in the world. It is a multifactorial disease that results from the interaction of genetic, metabolic, hormonal, environmental, behavioral and cultural factors. It can trigger important health problems, such as increased risk factors for cardiovascular, metabolic, orthopedic, neoplastic diseases, among others. The objective of this study is to present general characteristics of childhood obesity and to evaluate the causes and consequences, as well as the best form of treatment and prevention. This is a bibliographic research with a qualitative approach. Data analysis was based on published articles on this topic. The data were taken from academic articles, and aimed to identify the causes and comorbidities resulting from childhood obesity, describe the actions of parents in the contribution, verifying if there is a possibility of adopting measures to prevent childhood obesity, or how not to cause it in the future. adulthood. Although there is no specific treatment for non-organic obesity in childhood, preventive measures such as changes in lifestyle, physical activity and healthy eating habits are important in reducing body weight and the risk of developing diseases. It is important for parents to participate, especially mothers, in the care of childhood obesity, as the lack of perception and awareness of parents regarding the nutritional status of their children are the main factors that hinder the success of treatment and, therefore, , on the prevalence of this disease.

Keywords: Children, child obesity, nursing.

1 INTRODUÇÃO

Obesidade infantil é uma condição em que o excesso de gordura corporal afeta negativamente a saúde ou bem-estar de uma criança. Como os métodos para determinar a gordura corporal diretamente são difíceis, o diagnóstico da obesidade é muitas vezes baseado no índice de massa corporal, assim, a obesidade pode ser definida como o acúmulo excessivo

de gordura no corpo que provoca prejuízos à saúde do indivíduo. É considerada uma doença crônica não transmissível que tem aumentado consideravelmente nos últimos anos, sendo um problema de saúde pública (RIBEIRO, 2008).

A obesidade infantil é um assunto muito importante e que vem crescendo de forma preocupante não só na nossa sociedade, mas em nível mundial, além disso, está alcançando vários índices preocupantes na saúde pública, com uma alta prevalência e que acaba apresentando resultados impactantes na vida das crianças e adolescentes, com isso ocorrem às consequências físicas, sociais, econômicas e até psicológicas, levando isso à fase adulta (VENÂNCIO, 2012).

O excesso de peso tem sido associado a diversos agravantes, como: diabetes, acidente vascular cerebral, hipertensão, infarto, entre outros, que acabam influenciando na qualidade de vida (DALCASTAGNÉ *et al.*, 2008). Várias pesquisas relatam que o estilo de vida das crianças acaba influenciando, até mesmo, no desenvolvimento de seu corpo e dependendo da forma como vivem, pode estimular a falta de nutrientes e vitaminas necessárias que são essenciais para o corpo, permanecendo mais vulneráveis para contrair doenças, excesso de gordura e consequentemente à obesidade crônica (DALCASTAGNÉ *et al.*, 2008).

Diversos estudos relacionados à obesidade infantil são considerados relevantes e pertinentes, visto que ela é uma doença multifatorial, suas causas podem ser genéticas, emocionais, socioeconômicas e culturais, podendo desencadear repercussões psicossociais importantes. Contudo, podem ser também reversíveis desde que se consiga a redução de peso e as estruturas corporais não tenham sofridos danos anatômicos irreparáveis.

Os danos para a saúde, que podem decorrer do consumo insuficiente ou excessivo de alimentos, são, há muito tempo, conhecidos pelos seres humanos, mas, recentemente, surgiram evidências de que características qualitativas da dieta sejam importantes na definição do estado de saúde, principalmente, no que diz respeito às doenças crônicas degenerativas da idade adulta (NUNES, 2019).

A prevenção da obesidade infantil se faz pelo baixo consumo, e pouco frequente, de alimentos de elevado valor calórico e de baixo valor nutricional que temos, por exemplo, claro os *fast food*, que possuem hambúrgueres, batatas fritas, pizzas, etc. Por isso, deve-se atentar para a educação em saúde e promoção de conhecimentos pelos pais dessas crianças, levando orientações do que se deve ou não comer, e como comer, sabendo da importância de comer devagar, sempre sentado à mesa com uma boa postura, evitar conversar no decorrer das

refeições, evitando outras atividades, como assistir televisão. As famílias devem habituar-se a planejar a compra de alimentos com uma lista, bem como fazer um planejamento correto de cada uma das refeições, nas quais as crianças devem participar ativamente (SANCHO, 2006).

Portanto, o objetivo geral deste trabalho é apresentar as características gerais da obesidade infantil e avaliar as causas e consequências, assim como a melhor forma de tratamento e prevenção. Serão analisados artigos científicos, identificando quais as causas e comorbidade decorrente da obesidade infantil; descrever as ações dos pais na contribuição desta doença e, por fim, verificar qual a possibilidade de adotar medidas cabíveis para a prevenção da obesidade infantil para não acarretar agravos na vida adulta.

Coutinho (1999) observa que as preferências alimentares das crianças, assim como as atividades físicas, são práticas que totalmente influenciadas pelos pais, que acabam persistindo na vida adulta, o que pode reforçar a hipótese de que os fatores ambientais acabam se tornando nocivos quando se diz na manutenção ou não de ter um peso saudável e qualidade de vida e bem-estar.

É imprescindível que os pais fiquem em alerta com exames de rotina de suas crianças, pois as informações genéticas têm um peso maior na presença de doenças crônicas e, conseqüentemente, no sobrepeso, tal como um resultado da qualidade de vida. Sabe-se o quanto é difícil controlar uma criança com hábitos incorretos como, a ingestão de comidas hipercalóricas, porém os pais precisam ter a consciência do quanto isso pode ser prejudicial à saúde (NUNES, 2019).

Dificuldades de estabelecer um controle de saciedade nas crianças pode desencadear a obesidade começando na infância e futuramente chegando à vida adulta. Quando as crianças são obrigadas a comer tudo que a família coloca na mesa, eles acabam perdendo a vontade e não se sentem saciados pelo simples fato de comer “à força”. Por isso, os pais precisam ajudar na boa alimentação, sempre diversificando as refeições e orientando, da melhor forma possível, para que cresçam na vida saudável, prezando pela boa qualidade de vida (VENÂNCIO, 2012).

2 MATERIAL E MÉTODOS

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa com natureza básica. Tem como o objetivo geral de apresentar características gerais da obesidade infantil e avaliar as causas e consequências, assim como a melhor forma de tratamento e prevenção.

Para a elaboração da pesquisa, foram utilizadas informações baseadas nas produções científicas, revistas e artigos, mais recentes, tendo como base de dados, artigos da Organização Mundial da Saúde (OMS), Scielo, LILACS e *Google Acadêmico*, que tratam dessa temática. Foram selecionados e analisados artigos por meio dos seguintes critérios de inclusão: artigos que abordassem a temática obesidade infantil, publicados nos últimos 10 anos, disponíveis e gratuitos. Além de artigos com idioma em português e/ou inglês, data da postagem e artigos que abordassem a temática obesidade infantil. Já os critérios de exclusão foram: artigos de sites que só tinha liberação mediante pagamento, sem data de publicação, nome do autor incompleto, artigos sem referência no final e sem procedência do tema.

A análise de dados foi realizada através de uma leitura minuciosa de todos os materiais relacionados ao tema escolhido, observando sempre as publicações e autores com nome e data completos de artigos postados entre 2006 e 2019. O processo por trás da coleta de dados é a revisão de literatura cujo propósito visa contribuir com o conhecimento, uma vez que recorre a ideias de estudiosos, sendo fundamentada por pesquisas prévias, e justificada pela necessidade de contribuições da área de profissionais da Enfermagem, no âmbito da saúde e da qualidade de vida da população, sendo, neste estudo, especificamente voltado ao público infantil (NUNES, 2008).

Foi utilizado o método prisma para a revisão bibliográfica, o qual tem como objetivo ajudar os autores a melhorarem o relato de revisões sistemáticas e metanálises, ajudando, assim, a realizar uma análise melhor dos artigos.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Obesidade infantil

A obesidade infantil foi considerada o distúrbio nutricional mais comum na infância. No ano de 1998, a OMS declarou que esse tipo de obesidade como sendo uma epidemia global, haja vista que ela apresentou maior aumento, se comparada à desnutrição. Milhões de

crianças com idade inferior a 5 anos apresentam excesso de peso ou obesidade franca, e mais de 2/3 delas se tornarão adultos obesos e terão sua expectativa de vida reduzida entre 5 e 20 anos (BOA SAÚDE, 2008).

Recentemente, no Brasil, a epidemiologia mostrou em um estudo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em parceria com o Ministério da Saúde, a mais recente Pesquisa de Orçamentos Familiares realizada em 2016, que analisou as características nutricionais e antropométricas e demonstrou alterações no perfil da população brasileira nas últimas quatro décadas. Os resultados evidenciaram que o déficit de altura (importante indicador de desnutrição) caiu de 29,3% (1974-75) para 7,2% (2008-09) entre os meninos e de 26,7% para 6,3% em meninas com idade entre 5 e 9 anos (IBGE, 2016).

Em contraste, o excesso de peso (incluindo a obesidade) apresentou altos índices de prevalência em 2008-09: 51,4% em meninos e 43,8% em meninas na faixa etária de 5 a 9 anos, demonstrando a relevância desse problema para a saúde pública brasileira. Isso deixou evidente que o excesso de peso e a obesidade apresentam alta taxa de prevalência que vem aumentando ao longo do tempo. A análise desses dados revela que em 2008-09, entre crianças de 5 a 9 anos de idade, 32% das meninas se encontravam com sobrepeso e 11,8% eram obesas. Já para o sexo masculino, as taxas eram ainda superiores, de 34,8 e 16,6%, respectivamente (OLIVEIRA *et al.* 2016).

Entre os meninos, 21,7% apresentavam sobrepeso e 5,9% obesidade. Já no sexo feminino, os índices de sobrepeso e obesidade foram de 19,4 e 4%, respectivamente. Ainda que mais baixos em relação àqueles referentes à idade de 5 a 9 anos, esses índices são ainda altos, especialmente, quando comparados aos de 1974-75, momento em que eram bem mais reduzidos (IBGE, 2016).

No Brasil, a prevalência desse tipo de obesidade entre crianças e adolescentes tem aumentado rapidamente nos últimos anos, devido, principalmente, ao estilo de vida inadequado adquirido pela maior parte da população. Nos últimos trinta anos, houve mudança perceptível no padrão alimentar familiar, com o aumento do consumo de *fast-food* e alimentos ricos em gordura, sal e açúcar (HENRIQUES *et al.*, 2014).

Portanto, as orientações nutricionais, como os programas de intervenção, ainda têm pouco consenso, a prevenção continua sendo o melhor caminho. Os esforços para a prevenção da obesidade na infância são, provavelmente, mais eficazes quando endereçados,

simultaneamente, aos alvos primordial, primário e secundário com metas apropriadamente diferentes (GOLKE, 2016).

Já na infância, a obesidade está relacionada às diversas complicações, bem como a maior taxa de mortalidade. E, quanto mais tempo o indivíduo se mantém obeso, maior é a chance de as complicações ocorrerem de forma precoce. Na infância, a obesidade está relacionada a várias complicações, como também a uma maior taxa de mortalidade. E, quanto mais tempo o indivíduo se mantém obeso, maior é a chance de as complicações ocorrerem, assim como acontecerem mais rapidamente (KLISH, 2018).

Afirma Dietz (2019), a obesidade é definida pelo acúmulo de gordura no organismo causado por desequilíbrio nutricional ligado ou não a distúrbios genéticos ou endócrinos metabólicos, nos quais ocorrem um armazenamento excessivo de energia em forma de triglicerídeos, no tecido adiposo. É caracterizada como uma doença não transmissível, mas sim com envolvimento de fatores ambientais, comportamentais e genéticos para o seu aparecimento. Com isso pode acarretar futuros transtornos futuros às crianças, que podem não conseguir cessá-los e acabam passando à fase adulta, precisando, posteriormente, de um tratamento com psicólogos para fazerem a sua aceitação corporal.

Dificuldade em estabelecer um bom controle de saciedade é um fator de risco para designar a obesidade tanto na infância quanto na fase adulta. Quando as crianças são obrigadas a comer tudo o que é servido, elas podem perder o ponto da saciedade que, por sua vez, se origina após a ingestão de alimentos, suprimindo a fome e mantendo essa inibição por um período de tempo determinado (DIETZ, 2019).

Desse modo, uma das principais causas também do aumento da obesidade está relacionado à correria diária, tanto dos adultos quanto das crianças que são influenciadas pelo modo de vida a que estão expostas, uma alimentação errada que, geralmente, acaba sendo fora dos horários, além da comodidade e os avanços tecnológicos que induzem ao sedentarismo, deixando as crianças sem atividades físicas (CECCATTO, 2018).

Por isso, é muito importante que os pais tomem o conhecimento sobre as doenças secundárias mais frequentes relacionadas à obesidade, a fim de buscar um diagnóstico precoce e o tratamento destas condições, visto que muitos estudos têm demonstrado que a obesidade está fortemente associada a um risco maior de desfechos trágicos, tais como doenças cardiovasculares, câncer ou mortalidade, ou seja, corre-se o risco de ter uma doença crônica. Isso acaba sendo um perigo, pois reduz-se a expectativa de vida e aumenta-se a mortalidade,

podendo levar a problemas, como doença renal, câncer, doença hepática gordurosa não alcoólica e doenças cardiovasculares (DIETZ, 2019).

Causas e comorbidades

Sabemos que diversos fatores podem causar obesidade infantil. Entre os mais comuns estão fatores genéticos, má alimentação, sedentarismo ou uma combinação de todos eles. Além disso, a obesidade também pode ser decorrente de alguma condição médica, como doenças hormonais ou uso de medicamentos que contêm dosagens de corticoides que, geralmente, são os últimos a ser diagnosticados (SILVA, 2019).

Contudo, apesar de ser uma condição com influência genética, nem todos os pais e mães com obesidade, também terão filhos com o problema, assim como aqueles pais e mães com peso recomendado podem gerar filhos com obesidade. Assim porque a doença também possui ligação com os hábitos alimentares da criança e da família, bem como a realização de atividades físicas que é o essencial para qualquer ser humano (CECCATTO, 2018)

Dessa forma, a alimentação da criança e a quantidade de exercícios físicos que ela pratica são fatores determinantes para o aparecimento do sobrepeso, ainda que não exista histórico familiar do problema. Ter atenção a esses hábitos pode ajudar a prevenir esta condição pela vida toda.

O hábito de comer na sala ou quarto com aparelhos tecnológicos, computadores ou videogame também influencia diretamente nos riscos e impacta em vários problemas, dentre eles, a perda da saciedade, perda de musculatura e a diminuição de atividades e exercícios ao ar livres, outrora, praticados pelas crianças. Como consequência, a não prática de atividade física leva ao sedentarismo que é um dos maiores fatores de risco (ROSSI, 2008).

Dentre outros fatores de risco, também se incluem:

- **Fatores emocionais**, como estresse, ansiedade e depressão podem levar as crianças a se alimentarem mais do que o normal.
- **Histórico familiar de obesidade**, uma vez que a doença possui influência genética e os maus hábitos alimentares.

A **síndrome metabólica** é o problema mais observado em crianças com obesidade, na faixa etária de 7 a 8 anos de idade. **Diabetes, hipertensão, doenças cardíacas e**

cerebrovasculares, distúrbios respiratórios e de fertilidade também podem ocorrer em decorrência da doença (SILVA, 2019).

Em adolescentes, é possível observar diversos outros problemas, como **baixa autoestima, isolamento social, ansiedade e depressão**. Outras complicações podem incluir:

- Colesterol alto;
- Hipertensão;
- Doença cardíaca precoce;
- Compulsão alimentar;
- Distúrbios de imagem;
- Absenteísmo alimentar;
- Diabetes tipo 2;
- Problemas ósseos;
- Puberdade precoce;
- Asma e outras doenças respiratórias;
- Condições de pele, como brotoeja, infecções fúngicas e acne;
- Problemas de comportamento.

Hoje, esse grande aumento no número de seres humanos com sobrepeso já supera o número de subnutridos e faz parte do processo denominado transição nutricional, caracterizado por mudanças nos padrões alimentares e no estilo de vida como falamos até aqui. As alterações incluem o deslocamento generalizado da preferência alimentar para produtos com alta densidade energética, como bebidas adoçadas, alimentos industrializados e processados, bem como o uso de nutrientes de origem animal. Acrescenta-se ainda a adoção de hábitos mais sedentários, como mais tempo diante da televisão, celulares, videogames e de computadores e menos uso de bicicletas, caminhadas, academias, futebol, etc. (SILVA, 2019).

É bem importante ressaltar que a globalização é a grande força impulsora da transição nutricional, na medida em que proporciona a oferta de diversos tipos de alimentos a preços acessíveis. Abordar o tema obesidade é de extrema importância, visto que essa doença está relacionada a diversas comorbidades, entre elas: diabetes *mellitus* tipo II, cardiopatias, hipertensão, acidentes vasculares cerebrais, certos tipos de câncer, problemas respiratórios, musculares e esqueléticos crônicos. Estas, por sua vez, são doenças muitas vezes irreversíveis, por isso, pedimos para que os responsáveis fiquem atentos a qualquer mudança em seu filho, pois elas não se apresentam somente em crianças que já tem uma predisposição genética à

obesidade ou comorbidade, mas sim em crianças saudáveis que acabam desenvolvendo ao longo do tempo (MORAES, 2012).

Contribuições dos pais na obesidade infantil

No que se refere à participação dos pais no tratamento dos pacientes pediátricos com sobrepeso e obesidade, há traços de que os hábitos de vida familiares são de extrema importância no processo de emagrecimento (OLIVEIRA; CUNHA; FERREIRA, 2010). O âmbito familiar e social é um fator de grande influência na condição de obesidade nas crianças, outro fator é o fato da maioria dos pais serem obesos. Além dos componentes genéticos envolvidos, pode-se relacionar a obesidade infantil às questões de aprendizagem de hábitos alimentares e da repetição da obesidade a partir da identificação com os pais (TANSSARA; NORTON; MARQUES, 2010).

Dizemos que o papel da família em relação à obesidade nos dias de hoje, todas as refeições dos jovens apresentam alterações, por exemplo, o uso de alimentos industrializados, gordura saturada, bolachas recheadas, doces e bebidas adocicadas, salgadinhos fritos, dentre outros alimentos que são práticos para o manuseio do dia. A grande modificação é quando acontece a inserção das mulheres que eram donas de casa para o mercado de trabalho, e a necessidade das crianças é ficar com babás ou em hotelzinho. Isso acarretou que a correria diária tomasse conta da vida da mãe, fazendo com ela preparasse menos as refeições da família, portanto, o que justifica o surgimento de tantos produtos industrializados à mesa da família, que sabemos o quanto são prejudiciais à saúde contribuindo consideravelmente para o aumento da obesidade infantil (KLISH, 2018).

Todos os alimentos utilizados pelos pais, muitas vezes, são uma forma de suprir a ausência deles por conta das longas horas de jornada de trabalho, e uma forma de deixarem livres pelo cansaço diário devido a ele. De modo geral, todas as refeições realizadas têm que ser à mesa, todos juntos, acompanhada de uma alimentação saudável e feita na hora, porém, em outros casos, todas as refeições são realizadas no quarto ou na sala de casa, em frente a aparelhos tecnológicos, causando, assim, uma ingestão dos alimentos de forma errada, pois quem está comendo não percebe qual é o cardápio, nem a quantidade de alimentos estão ingerindo, acabam comendo despercebidos e muitas vezes na correria (OLIVEIRA; CUNHA; FERREIRA, 2010).

Vale ressaltar que a vontade e oportunidade de as crianças brincarem na rua é vago, pois a tecnologia de hoje acaba tomando muito tempo deles em frente aos jogos *on-line* e, por outra razão, o perigo que enfrentam brincando do lado de fora da casa com os colegas pela falta de segurança pública, por isso, a importância da presença dos pais, pois eles acabam trazendo alegrias e brincadeiras saudáveis como: jogos em família que exercitam a memória, diálogo dentro de casa, etc. É necessário que os pais estejam mais presentes na vida dos seus filhos, mostrem brincadeiras e ofereçam uma qualidade de vida saudável, pois sabemos que a distração de tudo que foi citado contribui muito para o aumento da obesidade (DIETZ, 2019).

Algumas crianças sofrem, pois, as mães acabam tirando a amamentação antes de seis meses de vida devido à falta de orientação sobre os benefícios do leite materno e, até mesmo, orientações sobre como proceder uma correta mamada. Entretanto, acaba se tornando um risco aumentado de obesidade, pois além da privação do leite materno e todos os seus benefícios, a criança ainda pode ser exposta às fórmulas infantis e a produtos com elevado aporte calórico ou elevado teor de açúcar que podem ser adicionados aos leites, fazendo com que isso acarrete doenças futuras (FELDMANN, 2009).

Através dos fatores citados é possível concluir que a família é fundamental quando está direcionada à formação dos hábitos alimentares, além disso, causas genéticas associadas a uma alimentação incorreta cooperam para o desenvolvimento da obesidade infantil. É muito importante que os pais mostrem e incentivem suas crianças a terem bons hábitos alimentares para que as preferências alimentares, no decorrer da vida, sejam sempre as escolhas saudáveis e a vontade de praticar os exercícios físicos (KLISH, 2018).

A mudança deve partir do adulto responsável, visto que a criança espera um exemplo para si e, com isso, reproduz em sua vida tudo aquilo que aprendeu dentro da sua casa, sempre reflete o espelho onde foi criado. Estudos dos mais variados tipos revelam que o hábito dos pais determina a saúde do filho. Isso é fato! Não podemos fechar nossos olhos para isso (OLIVEIRA; CUNHA; FERREIRA, 2010).

Medidas de prevenção

Afirma Silva (2019), para evitar que a criança tenha sobrepeso e se torna um adulto com excesso de peso, os pais devem contribuir para que seus filhos tenham alimentação adequada e saudável em qualquer uma das refeições. Os hábitos alimentares devem ser formados ainda na barriga da mãe, estendendo-se para os primeiros anos de vida, seguindo

por todo seu período de crescimento. Com a introdução alimentar correta aos seis meses, à criança deve ter oferta e aceitação de variedade e quantidade de alimentos nutritivos com o passar dos anos, assim como ser estimulado para fazer atividades físicas (SILVA, 2019).

Veja as principais formas de evitar:

- Evitar precocemente alimentos sem suporte nutricional, como açúcares;
- Estimular a prática física, desde cedo, para que sejam realizadas de forma prazerosa;
- Estimular hábitos saudáveis à mesa, sem a utilização de eletrônicos;
- Respeitar a saciedade da criança;
- Estimular um tempo maior para a refeição;
- Evitar o excesso de líquidos no momento da refeição, principalmente livres de suporte nutricional;
- Evitar consumo de alimentos como frituras, bebidas calóricas, processados e mais.

Da mesma forma, as consultas para acompanhamento do crescimento e exames de rotina auxiliam na prevenção da obesidade, bem como de outras doenças. Com cuidados iniciados desde o pré-natal, a criança deve ter seu desenvolvimento acompanhado o pediatra. Desde este momento, as consultas de rotina devem estar presentes na vida das crianças a cada seis meses ou anualmente. É durante essas consultas que os pediatras podem observar o índice de massa corporal (IMC) da criança, solicitando exames importantes para a identificação desses distúrbios e doenças, como a obesidade infantil, para o auxílio de diagnósticos e tratamentos adequados (BARLOW, 2018).

Como vimos, os bons hábitos alimentares e o estímulo de práticas físicas, as consultas de rotina e exames preventivos também são fundamentais na infância. Por isso, é muito importante mantê-las, visto que contribuem para o crescimento saudável e desenvolvimento adequado da criança e do adolescente. Nesse ponto, é muito importante que as rotinas médicas, as promoções e campanhas de saúde em escolas busquem chamar à atenção dos jovens para que eles procurem saber mais sobre o assunto, pois, muitas vezes, não estão satisfeitos com o próprio corpo, sentem vergonhas por serem “gordinhos” e, por isso, acabam indo atrás de especialistas juntamente com os pais para entenderem do assunto e terem a vontade de começar uma vida saudável (KLISH, 2018).

Outro ponto importante está relacionado a evitar o aumento da taxa de obesidade infantil, para isso, deve-se prevenir começando pela prevenção primordial que ajuda as crianças evitarem entrar no grupo de risco do sobrepeso; a prevenção primária objetiva evitar que as crianças de risco adquiram sobrepeso; e a prevenção secundária visa impedir a gravidade crescente da obesidade e reduzir a comorbidade entre crianças com sobrepeso e obesidade. Dentro deste cenário, as prioridades básicas de ação podem ser identificadas, priorizadas e vinculadas às estratégias de intervenção potencialmente satisfatórias (DIAS *et al.*, 2017).

As iniciativas de prevenção primordial e primária são as mais eficazes, provavelmente, se forem iniciadas antes da idade escolar e mantidas durante a infância e a adolescência. Deve haver um esforço significativo no sentido de direcioná-las à prevenção da obesidade já na primeira década de vida. A política da escola pode promover ou desencorajar dietas saudáveis e atividade física (DIETZ, 2019).

Em nosso meio, a obesidade infantil é um sério problema de saúde pública que vem aumentando em todas as camadas sociais da população brasileira. É um sério agravo para a saúde atual e futura dos indivíduos. Prevenir a obesidade infantil significa diminuir, de uma forma racional e menos onerosa, a incidência de doenças crônico-degenerativas. Para alcançar uma alimentação saudável, além de fornecer informações corretas sobre alimentação e saúde, é preciso evitar que informações incorretas e contraditórias e, ao mesmo tempo, propiciar a esses indivíduos condições que tornem factíveis a adoção das orientações que os recebem (BARLOW, 2018).

4 CONCLUSÃO

O presente estudo mostrou que as comorbidades mais prevalentes relacionadas à obesidade infantil são: hipertensão, diabetes *mellitus*, retardo no desenvolvimento escolar, síndrome metabólica, aumento do colesterol, problemas ortopédicos, problemas dermatológicos, baixa autoestima etc. Além disso, o estudo trouxe a visão acerca da importância dos pais, participação no processo da obesidade infantil. A falta de percepção e consciência dos pais quanto ao estado nutricional dos filhos é um dos principais fatores que dificultam no sucesso da prevenção, tratamento e, conseqüentemente, na prevalência dessa doença.

A obesidade pode ser controlada e prevenida, mas, para isso, é necessário ter o acesso ao conhecimento, método e o profissional e, com isso, mudar os hábitos alimentares associados à má alimentação e introduzir atividade física, eliminando, assim, as predisposições a futuras enfermidades. Além disso, há uma série de fatores que ajudam a fortalecer o quadro da obesidade infantil, os principais é o consumo exagerado de alimentos não saudáveis, tais como: alimentos açucarados e ultra processados que estão associados ao sedentarismo e também de multifatorial, que são fatores ambientais e genéticos que podem ser associados no diagnóstico.

É necessário ações no âmbito coletivo que devem envolver políticas públicas que promovam a saúde, o bem-estar e a qualidade de vida das populações. Uma parceria entre o governo e a sociedade civil seria um caminho bastante promissor na prevenção e no tratamento da obesidade, por meio da responsabilização e do autocuidado, permitindo que a comunidade participe do processo de promoção da saúde.

Trabalhar em equipe multidisciplinar de enfermeiros, médicos, nutricionistas, educadores físicos e os próprios pais têm sido a ferramenta mais eficaz para a prevenção da obesidade infantil. Cabe a nós, enfermeiros, exercer a prevenção e levar promoção de saúde não somente nas escolas, mas também dentro das casas, unidades de saúde e afins.

REFERÊNCIAS

BARLOW, S. E.; DIETZ, W. H.; KLISH W. J.; TROWBRIDGE, F. L. Medical Evaluation of overweight children and adolescents: reports from pediatricians, pediatric nurse practitioners, and registered dietitians. *Pediatrics*, v.110, n. 1, p. 222 – 288, 2018. Acesso em: 16/03/2022

BOA SAÚDE. Google Analytics – Obesidade Infantil: causas e complicações, 2008. Disponível em: Acesso em: 07/03/2022.

BOTELHO, E. G., SOARES, W. D.; FINELLI, L. Hábitos alimentares em crianças e sua associação com obesidade e sobrepeso. *Recital Revista de Educação, Ciência e Tecnologia*, Almenara/MG, v. 1, n. 1, p. 24 – 36, 2019. Acesso em: 17/03/2022.

CECCATTO, D. *et al.* A influência da mídia no consumo alimentar infantil: uma revisão da literatura. *Editoria*, 140, 2018. Acesso em: 16/03/2022

DALCASTAGNÉ, G. *et al.* Influência dos pais no estilo de vida dos filhos e sua relação com a obesidade infantil. *Revista Brasileira de Obesidade, Nutrição e Emagrecimento*, v. 2, n. 7, 2008. Acesso em: 08/03/2022

DIAS, P. C. *et al.* Obesidade e políticas públicas: concepções e estratégias adotadas pelo governo brasileiro. Cadernos de Saúde Pública, v. 33, p. e00006016, 2017. Acesso em: 30/08/2022.

DIETZ, W. H. Childhood obesity. In: SHILS, M. E. (ed.). Modern Nutrition in Health and Disease. Baltimore: Williams & Williams, p. 1071 - 1080, 2019. Acesso em: 16/03/2022

FELDMANN, L. R. A. Implicações Psicossociais da Obesidade Infantil em Escolares de 7 a 12 anos de uma cidade Serrana do Sul do Brasil. Revista Brasileira de Obesidade, Nutrição e Emagrecimento, v. 3, p. 225 – 233, 2009. Acesso em: 07/03/2022.

GOLKE, C. Obesidade infantil: uma revisão de literatura. 2016. 27 f. Artigo de (Especialização Gestão e Organização em Saúde Pública) – Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal de Santa Maria, Palmeiras das Missões, 2016. Acesso em: 30/08/2022.

HENRIQUES, P. *et al.* A regulamentação da propaganda de alimentos no Brasil: convergências e conflitos de interesses. Cad. Saúde Pública, v. 30, n. 6, p. 1219 - 1228, 2014. Acesso em: 29/08/2022.

Instituto Brasileiro de Geografia E Estatística (IBGE). Pesquisa do estado nutricional de crianças, adolescentes e adultos no Brasil, 11, 2016. Acesso em: 30/08/2022.

FISBERG, M. Obesidade na Infância e Adolescência. São Paulo: Fundação BYK, 2008. Acesso em: 05/03/2022.

MORAES, P. M.; DIAS, C. M. de S. B. Obesidade infantil a partir de um olhar histórico sobre alimentação. Interação Psicol. Curitiba, v. 16, n. 2, p. 317 - 326, jul./dez., 2012. Acesso em: 08/03/2022.

NEVES, P. M. J. *et al.* Importância do tratamento e prevenção da obesidade infantil. Educação Física em Revista, v. 4, n. 2, maio/ago. 2010. Acesso em: 29/08/2022.

NUNES, M. A. A. *et al.* Transtornos alimentares e obesidade. Porto Alegre: Editora Artes Médicas do Sul, 2008. Acesso em: 29/08/2022.

NUNES, C. P. *et al.* (2019). Fator emocional na obesidade e transtornos de imagem. Revista de Medicina de Família e Saúde Mental, v. 1, n. 2. Acesso em: 17/03/2022

OLIVEIRA, T. R. P. R.; CUNHA, C. F.; FERREIRA, R. A. Características de adolescentes atendidos em ambulatório de obesidade: conhecer para intervir. Nutrire, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 19 - 37, 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102311X2012000600016&langp. Acesso em: 09/03/2022.

OLIVEIRA, G. S. *et al.* Obesidade Infantil: Contribuição da enfermagem na prevenção. Rev. Humano Ser, 2016. Disponível em: <file:///C:/Users/Ivoneide%20Soares/Dropbox/PC/Downloads/795-Texto%20do%20Artigo-2111-2-10-20170918.pdf>. Acesso em: 30/08/2022.

RIBEIRO, Susana Ferreira da Silva. Obesidade Infantil. 2008.103 f. Dissertação (Mestrado em Medicina) – Departamento de Ciências Médicas, Faculdade de Ciências da Saúde, Universidade da Beira Interior, [S.l.], 2008. Acesso em: 20/09/2022.

ROSSI, A. *et al.* Determinantes do comportamento alimentar: uma revisão com enfoque na família. Rev. Nutr. [on-line], v. 21, n. 6, p. 739 - 748, 2008. ISSN 1678-9865. Acesso em: 05/03/2022

SANCHO, J. M. *et al.* (org.). Tecnologias para transformar a educação. Porto Alegre: Artmed, 2006.

SENA, R. A; PRADO, S. R. L. A. Obesidade infantil relacionada a hábitos de vida e práticas alimentares. Ver. Enfermagem. Unisa, v. 13, n. 1, p. 69 - 73, 2019. Acesso em: 06/03/2022.

SILVA, L. R. *et al.* A influência dos pais no aumento do excesso de peso dos filhos: uma revisão de literatura/The influence of parents in increasing the excess of children's weight: a literature review. Brazilian Journal of Health Review, v.2, n. 6, p. 6062 – 6075, 2019. Acesso em: 17/03/2022.

TASSARA, V.; NORTON, R. C.; MARQUES, W. E. Importância do contexto sócio familiar na abordagem de crianças obesas. Revista Paulista de Pediatria, São Paulo, v. 28, n. 3, p. 309 - 314, 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102311X2012000600016&langp Acesso em: 09/03/2022.

VENÂNCIO, P.; AGUILAR, S.; PINTO, G. Obesidade infantil... um problema cada vez mais atual. Revista Portuguesa de Medicina Geral e Familiar. v. 28, n. 4, p. 6 - 10, 2012. Acesso em: 30/08/2022.

ATIVIDADES PSICOMOTORAS COM CRIANÇAS AUTISTAS: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Larissa Jordana Oliveira Patias¹

Bruno do Prado Alexandre²

Magno Rafael Miranda Santos³

¹Graduada em Licenciatura em Educação Física; Pós Graduada em Psicopedagogia, Libras e Educação Inclusiva, Psicomotricidade e ABA (Análise do Comportamento Aplicada); Docente dos cursos de Educação Física e Psicologia na Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço, EDUVALE, Jaciara – MT, Brasil.

²Graduado em Licenciatura em História; Mestre em Educação; Docente na Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço, EDUVALE, Jaciara – MT, Brasil.

³Graduado em Psicologia; Pós graduado em Psicologia do trânsito e em Terapia Cognitiva Comportamental; Mestre em Saúde e Meio Ambiente; Docente na Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço, EDUVALE, Jaciara – MT, Brasil.

Email autor correspondente: larissapatias@gmail.com

RESUMO

O presente trabalho é resultado de uma pesquisa bibliográfica cujo objetivo é analisar os benefícios das atividades psicomotoras em crianças autistas e descobrir quais são esses benefícios. Inicialmente apresentam-se alguns fragmentos históricos e explicação sobre a psicomotricidade e sua importância na vida do ser humano e como ela integra o corpo e a mente, mostrando a necessidade de ser trabalhada e estimulada. Em seguida analisa-se a importância de trabalhar atividades psicomotoras com crianças e como ela pode auxiliar o ser a ter uma vida mais prazerosa e adquirir mais facilidade na aprendizagem no dia-a-dia, posteriormente, foi feito um aprofundamento sobre o autismo, que é um transtorno neurológico que pode trazer comprometimento na vida cotidiana da pessoa e pode trazer dificuldades, como, a dificuldade de socialização, de falar, de se expressar, sensorial e de mobilização, mostrando a necessidade de haver uma habilitação/reabilitação assim que o indivíduo for diagnosticado. Finalizando-se, a pesquisa mostra os principais benefícios que a atividade psicomotora traz para as crianças com autismo, principalmente na comunicação delas com o mundo externo e com outras pessoas, melhorando o relacionamento das crianças com as outras, além de ajudar a desenvolver a motricidade e assim, mostrando a importância de trabalha-la nas escolas.

Palavras-chave: Psicomotricidade, Autismo, Atividades Psicomotoras.

ABSTRACT

The present article is the result of a bibliographical research whose objective is to analyze the benefits of psychomotor activities in autistic children and find out what these benefits are. Initially, some historical fragments are presented and an explanation about psychomotricity and its importance in the life of the human being and how it integrates the body and mind, showing the need to be worked on and stimulated. Then, the importance of working on

psychomotor activities with children is analyzed and how it can help the being to have a more pleasant life and acquire more ease in day-to-day learning. is a neurological disorder that can compromise the person's daily life and can bring difficulties, such as difficulty in socialization, speaking, expressing oneself, sensory and mobilizing, showing the need for a habilitation/rehabilitation as soon as the individual is diagnosed. Finally, the research shows the main benefits that psychomotor activity brings to children with autism, especially in their communication with the outside world and with other people, improving children's relationships with others, as well as helping to develop motor skills. and thus, showing the importance of working it in schools.

Keywords: Psychomotricity, Autism, Psychomotor Activities.

1 INTRODUÇÃO

A psicomotricidade é uma área de supra importância na vida do ser humano, pois é nela que há a integração do corpo com mente, do movimento com o pensamento e da pessoa com relação ao mundo externo. (FONSECA, 2009; FONSECA, 2010; ABREU, 2013)

Assim, como cita MEDEIROS E JUNGES (s. d.), as atividades psicomotoras pode auxiliar em grandes momentos na vida de um ser humano, trazendo um crescimento bem mais prazeroso e satisfatório para este ser, podendo assim, beneficiar crianças que tenham algum transtorno.

E através dos autores (Mello 2007) e Ministério da saúde (2013), pude analisar as sequencias de dificuldades que as crianças autistas adquirem por conta deste transtorno, como as mais conhecidas são: dificuldade de se movimentar, falar, socializar e de se expressar com o mundo.

Diante disso, mostra-se a necessidade de trabalhar atividades que auxiliam estas pessoas com autismos a superar suas dificuldades, tornando sua vivencia do dia-a-dia mais prazerosa.

Considerando estes fatores, levantam-se as questões: as atividades psicomotoras podem trazer benefícios para crianças autistas? E quais são esses benefícios? Por isso resolvi pesquisar sobre este tema “Atividades psicomotoras com crianças autistas” para pesquisar através de artigos e livros sobre estas atividades psicomotoras e se trazem grandes benefícios para crianças autistas. Portanto, levanta-se a hipótese que as atividades psicomotoras podem trazer diversos benefícios para as crianças autistas, principalmente na sua comunicação com o mundo externo. Sendo assim, o objetivo desta pesquisa é observar a história da psicomotricidade, encontrar os benefícios das atividades psicomotoras, entender o autismo e

encontrar os benefícios que a atividade psicomotora pode trazer para as crianças autistas. Para que através desta pesquisa, poderemos mostrar para os educadores, escolas e pais a importância de trabalhar as atividades psicomotoras com crianças autistas.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Para uma melhor apresentação ao leitor, a presente revisão da literatura foi subdividida em tópicos.

Psicomotricidade

Segundo Fonseca (2010), o ser humano é o único capaz de pensar antes de agir e é através da psicomotricidade que esse ser integra o pensar e o movimento. E Abreu (2013), diz que a primeira manifestação do ser humano é o movimento, “Pois desde a vida intrauterina realizamos movimentos com o nosso corpo, na qual vão se estruturando e exercendo enormes influências no comportamento.” (p.5). Por isso, é importante entender que a psicomotricidade auxilia o ser humano a se desenvolver a partir do movimento do corpo, mas não é somente o corpo que se desenvolve, o afetivo e cognitivo também, auxiliando o ser a interagir com todos e tudo que o rodeia. (RAMOS; FERNANDES, 2011)

Fonseca (2010), cita que a junção macromotricidade (desenvolvimento da postura e locomoção bípedes), micromotricidade (desenvolvimento da habilidade manual), oromotricidade (desenvolvimento da linguagem articulada) e a grafomotricidade (desenvolvimento da arte e escrita) formaram a psicomotricidade no homem auxiliando-o a evoluir como ser humano desde os tempos primórdios quando o homem era

Hoje em dia, pode-se dizer que a psicomotricidade pode ser a junção do movimento, o intelecto e o afeto. E um auxilia o outro no desenvolvimento psicomotor (OLIVEIRA, 2013). Como cita Fonseca (2010), p.144: “Se estes sistemas não operarem de forma integrada, outros sistemas terão de compensar, originando dificuldades evolutivas.”. Do nascimento até a maturidade plena, o desenvolvimento do movimento, do intelecto e afeto em todas as faculdades humanas contribui para uma vida mais evoluída e de bem estar para o ser humano. (FONSECA, 2009)

Fonseca (2009), ainda cita que existe uma escala de desenvolvimento psicomotor de zero a cinco anos. Segundo o mesmo autor, no nascimento a criança é estimulada através de reflexos e ainda é desorganizada em seus movimentos; No 1 mês de vida, ela já segura objetos por bastante tempo e consegue levantar a cabeça e o tronco; Nos 2 meses de vida, ela tem a

primeira relação entre visão e a mão e já tem a maturação das vértebras cervicais e dorsais; Com 3 meses, a criança já consegue realizar rotação do corpo para um dos lados, senta-se com suporte e a mão é orientada para os objetos; Nos 6 meses, ela consegue perseguir visualmente pontos ou objetos em diferentes velocidades, começa a emergir a lateralidade e consegue segurar dois objetos ao mesmo tempo; Com 12 meses (1 ano), ela já consegue andar com suporte; Nos 18 meses de vida, a criança consegue subir escadas engatinhando, realiza algumas imitações nos gestos, já realiza jogos simples e consegue apanhar a bola; Aos 2 anos, ela já corre e imita movimentos verticais e horizontais; Com 3 anos, a criança melhora a percepção visual, também já consegue se equilibrar nas pontas do pé e começa a perceber a dissociação de movimentos dos braços e das pernas; Nos 4 anos de vida, ela tem uma melhor coordenação oculomotora e já consegue saltar; Aos 5 anos, ela apresenta grafismos simbólicos, consegue desenhar melhor, sobe escadas em corrida e tem uma melhor lateralidade e noção do corpo.

Nas idades seguintes, a partir dos 6 anos já devemos observar o desenvolvimento das praxias, a postura e equilíbrio, percepções, autossuficiência, socialização e comunicação. (FONSECA, 2009) O mesmo autor cita:

O desenvolvimento da criança só é possível pela mediatização do adulto. Só dentro de um processo de comunicação, primeiro afetiva e motora e depois emocional e verbal, é que podemos entender o desenvolvimento global da criança. (FONSECA, 2009, p.350)

E segundo Silva (2013), devemos estimular na criança desde as séries iniciais na educação, o desenvolvimento motor, psicomotor, cognitivo e afetivo, pois é de extrema importância para que este sujeito não ter dificuldades quando adulto.

Assim, percebemos a importância da psicomotricidade no desenvolvimento do ser humano, desde o nascimento até a vida adulta.

Atividades psicomotoras

Se for bem desenvolvida desde criança, a psicomotricidade pode levar o ser humano a perceber seu corpo no aspecto global, trazendo-o melhores condições de desenvolvimento no meio em que vive. (MEDEIROS E JUNGES, s. d.)

Guapindaia (2019), lembra que é através do movimento se desenvolve a psicomotricidade no ser humano e é através dos movimentos que nos expressamos. Ela ainda

destaca que “Através da ação sobre o meio físico com o meio social, processa-se o desenvolvimento e a aprendizagem do ser humano.” (p. 1)

Portanto, é importante que haja a educação psicomotora na escola nas séries iniciais, pois é onde a criança se confronta com o meio onde vive. (GUAPINDAIA, 2019) E segundo Beckert e Trenhago (2015), a educação psicomotora deve ser trabalhada através de atividades lúdicas, pois é através da brincadeira que a criança desenvolve sua aprendizagem, ou seja, é uma atividade prazerosa, que a criança se diverte e se desenvolve em vários aspectos ao mesmo tempo. Assim, eles citam que:

[...] através do brincar a criança pode desenvolver capacidades importantes como a atenção, a memória, a imitação, a imaginação, ainda propiciando à criança o desenvolvimento de áreas da personalidade como afetividade, motricidade, inteligência, sociabilidade e criatividade. (BECKERT; TRENHAGO, 2015, p. 1)

Ramos e Fernandes (2011), destacam que para trabalhar estas atividades psicomotoras na escola de forma eficaz, é preciso que o educador conheça a individualidade de cada aluno e acredite no potencial delas. E para que a criança tenha sucesso nestas atividades, o professor deve ser o mediador da aprendizagem, auxiliando a criança no desenvolvimento do seu ser, e assim, agir por meio de jogos, brincadeiras e outras atividades que a criança faça com prazer. E Almeida (2006), cita os quesitos importantes para serem trabalhados nas atividades psicomotoras: A coordenação motora ampla; coordenação motora fina; lateralidade; desenvolvimento de percepção musical; desenvolvimento de percepção olfativa; desenvolvimento de percepção gustativa; desenvolvimento de percepção espacial; desenvolvimento de percepção temporal; desenvolvimento de percepção corporal; seriação e classificação. Já Beckert e Trenhago (2015), destaca que na educação psicomotora no ensino fundamental deve ser trabalhado: Ênfase na aquisição de certo número de conhecimentos e de habilidades, através de uma transmissão cultural; manter e desenvolver as possibilidades de descoberta, criação e imaginação da criança; trabalhar no modo de aquisição, desenvolvendo as possibilidades funcionais da criança tanto no plano físico como no intelectual.

Segundo Guanpindaia (2019), estas atividades psicomotoras trabalhadas na escola em grupo podem auxiliar as crianças na integração e socialização entre elas, assim, desenvolvendo, não só o fator motor, mas o psíquico também.

Por isso, é importante que não só a escola, mas a família também estimule o movimento através de brincadeiras e jogos, auxiliando assim, o desenvolvimento positivo do

ser humano. E através deste pensamento, penso no grande benefício que atividades psicomotoras podem trazer para crianças com alguns transtornos, assim como o autismo.

O autismo

Segundo Mello (2007), O autismo é um distúrbio do desenvolvimento humano que teve sua primeira associação há dezoito anos, o que era uma grande surpresa para a época. Hoje, ele é mais conhecido, mas mesmo a sociedade tendo mais informações sobre este distúrbio, ele ainda surpreende “...pela diversidade de características que pode apresentar e pelo fato de, na maioria das vezes, a criança que tem autismo ter uma aparência totalmente normal.”. (MELLO, 2007, p. 11)

O Ministério da Saúde (2013), aponta que antigamente, identificavam o autismo através de 3 principais grupos de características: problemas com a linguagem; problemas na interação social; e problemas no repertório de comportamentos (restrito e repetitivo), o que inclui alterações nos padrões dos movimentos. Mas com o tempo, foi observado que nem todos os autistas demonstravam as mesmas características, alguns casos, tinham comportamentos atípicos, repetitivos e estereotipados severos e outros não, por isso a importância de avaliar e observar bem antes de diagnosticar o sujeito como autista. O mesmo autor cita os comportamentos que devem ser observados em crianças com hipótese de autismo:

- No motor: movimentos motores estereotipados, como, o movimento de balançar as mãos e correr de um lado para o outro; ações atípicas repetitivas, como, alinhar/empilhar brinquedos de forma rígida, observar objetos aproximando-se muito deles, prestar atenção exagerada a certos detalhes de um brinquedo, demonstrar obsessão por determinados objetos em movimento; dificuldade de se aninhar no colo dos cuidadores ou extrema passividade no contato corporal; dissimetrias na motricidade, tais como, maior movimentação dos membros de um lado do corpo, dificuldades de rolamento na idade esperada, movimentos corporais em bloco e não suaves e distribuídos pelo eixo corporal, dificuldade, assimetria ou exagero em retornar membros superiores à linha média, dificuldade de virar o pescoço e a cabeça na direção de quem chama a criança.

- No sensorial: hábito de cheirar e/ou lambe objetos; sensibilidade exagerada a determinados sons reagindo de forma exagerada; insistência visual em objetos que têm luzes

que piscam e/ou emitem barulhos, bem como nas partes que giram; insistência tátil, pois podem permanecer por muito tempo passando a mão sobre uma determinada textura.

- Na rotina: tendência a rotinas ritualizadas e rígidas; dificuldade importante na modificação da alimentação e qualquer mudança de rotina pode desencadear acentuadas crises de choro, grito ou intensa manifestação de desagrado.

- Na fala: repetem palavras que acabaram de ouvir (ecolalia imediata). Outras podem emitir falas ou “slogans/vinhetas” que ouviram na televisão, sem sentido contextual (ecolalia tardia); podem apresentar características peculiares na entonação e no volume da voz; a perda de habilidades previamente adquiridas deve ser sempre encarada como sinal de importância. Algumas crianças com Transtorno do Espectro Autista deixam de falar e perdem certas habilidades sociais já adquiridas por volta dos 12-24 meses. A perda pode ser gradual ou aparentemente súbita.

- Na expressividade: expressividade emocional menos frequente e mais limitada; dificuldade de encontrar formas de expressar as diferentes preferências e vontades, e de responder às tentativas dos adultos em compreendê-las.

O Ministério da Saúde (2013), ainda destaca que é importante que o diagnóstico do autista seja feita através de profissionais especializados, como, psiquiatras, neurologistas, fonoaudiólogos, entre outros. Na classificação, o mesmo autor mostra que o autismo está no Código Internacional das Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID-10) e no Código Internacional de Funcionalidades (CIF), e se encontra na parte de Transtornos Globais do Desenvolvimento (F-84), na qual se alocam: o autismo infantil (F84-0) , o autismo atípico (F84-1), a síndrome de Rett (F84-2), a síndrome de Asperger (F84-5), o Transtorno desintegrativo da Infância (F84-3) e o Transtorno Geral do desenvolvimento não especificado (F84-9).

Atualmente, houve a atualização deste código, onde neste ano (2022), entrou em vigor Código Internacional das Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID-11) onde o autismo passou a se encontrar como: “6A02 – Transtorno do Espectro do Autismo (TEA)”. (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2022)

Segundo Mello (2007), as causas do autismo ainda são desconhecidas:

Acredita-se que a origem do autismo esteja em anormalidades em alguma parte do cérebro ainda não definida de forma conclusiva e, provavelmente, de origem genética. Além disso, admite-se que possa ser causado por problemas relacionados a fatos ocorridos durante a gestação ou no momento do parto. (MELLO, 2007, p 17)

E Mello (2007), afirma que o autismo pode se manifestar desde os primeiros dias de vida. Por isso, a importância de identificá-lo cedo e logo depois começar imediatamente a habilitação/reabilitação. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2013) Mello, Andrade, Ho, Dias (2013), afirma que quem faz este trabalho é uma equipe multidisciplinar.

O termo “trabalho multidisciplinar” é usado frequentemente para descrever serviços que incluem a participação de especialistas em fonoaudiologia, psicologia, fisioterapia, pedagogia, psiquiatria, terapia ocupacional e assim por diante. (Mello; Andrade; Ho; Dias, 2013)

Por isso, Cornelsen (2007), destaca que trabalhar atividades psicomotoras pode trazer benefícios para crianças autistas como reabilitação.

Atividades psicomotoras com crianças autistas

Os autores Silva e Souza (2018), afirmam em seu estudo que se pode concluir que as atividades psicomotoras como intervenção para crianças autistas podem trazer grandes benefícios elas:

Através dos estudos realizados, nota-se que a Psicomotricidade pode contribuir para o desenvolvimento de crianças diagnosticadas com o Transtorno do Espectro Autista. Percebeu-se, com esse estudo, que o psicomotricista trabalhará, tendo como ponto de partida, a singularidade de cada caso, considerando-os como únicos. (SILVA; SOUZA, 2018, p.17)

Cruz, Silva e Souza (2016), concluíram em sua pesquisa que as atividades psicomotoras auxiliaram bastante as crianças autistas na integração social.

Já os autores Cordeiro e Silva (2018), afirmam que a psicomotricidade relacional (área que trabalha a afecção, movimento e a relação da pessoa com o mundo) auxilia bastante o autista a se relacionar com o mundo, dando mais segurança para si mesmo.

O autor Kunamoto (1989) ainda afirma que a atividade psicomotora em crianças autistas além de trabalhar o esquema corporal, possibilitando que a criança controle melhor seu corpo, ela pode também beneficiar em tarefas do seu dia-a-dia e ainda cita: “[...] essa abordagem facilita, através de atividades específicas, estruturadas ludicamente, o acesso aos pontos mais vulneráveis da criança, tornando o processo mais rápido em relação às abordagens tradicionais.” (p. 237)

Já o autor Cardoso (2013), destaca em sua pesquisa a importância da criança autista se sentir incluída nas atividades psicomotoras, pois através dos jogos lúdicos e físicos, ela se expressa através da relação corporal, se sentindo assim, incluída dentro do grupo.

Assim, através destes estudos, é possível analisar, observar e concluir os diferentes benefícios que a psicomotricidade pode trazer para uma criança autista.

3 METODOLOGIA

Foram investigados 12 (onze) artigos, 5 (cinco) livros, 4 (quatro) trabalhos de conclusão de curso e 1 (uma) dissertação de mestrado. Escolhi uma pesquisa qualitativa porque segundo Minayo (2012): “Os estudos qualitativos respondem a questões muito particulares, preocupando-se com um nível de realidade que não pode ser quantificado.”. (Apud OHIRA; DAVOK, s. d., p. 8) E esse tema, é muito particular, não podendo ser quantificado, pois se trata de uma experiência significativa na vida de uma pessoa.

Segundo Traina e Traina Junior (2009), a pesquisa bibliográfica faz parte do cotidiano de um estudante e pesquisador, sendo uma das tarefas que mais impulsionam nosso aprendizado e amadurecimento na área da pesquisa. A riqueza de conhecimento extraído nesta pesquisa faz com que ajude a direcionar seu trabalho de forma correta.

A estratégia de busca do trabalho foi feita de forma eletrônica e manualmente, a elaboração da pesquisa teve como ferramenta principal, material já publicado sobre o tema como livros, artigos e materiais na Internet disponíveis nos seguintes bancos de dados: Scientific Eletronic Library Online (SCIELO); Google Acadêmico. E a busca manual foi feito com os livros pessoais. 4 (16%) bovinos e 1 (4%) ave pavão-indiano (*Pavos cristatus*).

4 CONCLUSÃO

Pela pesquisa bibliográfica apresentada percebe-se que a psicomotricidade é uma área de muita importância na vida do ser humano, pois ela envolve a comunicação do movimento com a mente do indivíduo e se ela for trabalhada e estimulada desde os primeiros anos deste ser, ela pode trazer inúmeros benefícios na vida dele, tornando seu dia-a-dia mais prazeroso e também facilitando a aprendizagem de toda sua vida.

Diante disso, ao analisar os estudos dos autores Mello (2007), Ministério da Saúde (2013) e Mello, Andrade, Ho, Dias (2013) sobre autismo, pude concluir que ele é um transtorno que pode trazer dificuldades na vida do indivíduo, principalmente motor e de socialização. Por isso, as atividades psicomotoras que trabalham com o movimento e comunicação do corpo com o mundo externo pode trazer benefícios na vida diária da criança autista.

Então, através dos autores Silva e Souza (2018), Cruz, Silva e Souza (2016), Cordeiro e Silva (2018), Kunamoto (1989) e Cardoso (2013), as pesquisas evidenciaram que as atividades psicomotoras podem trazer não só alguns benefícios para crianças autistas, como pode ser facilitadora para a aprendizagem dessas crianças na escola e no seu dia-a-dia. E na observação da pesquisa, os principais benefícios que as atividades psicomotoras trouxeram para as crianças autistas foram no relacionamento com outras crianças, melhorando sua socialização e comunicação e também o desenvolvimento motor. Assim, deixando claro o papel importante de incluir as atividades psicomotoras nas escolas e no dia-a-dia da criança com autismo.

REFERENCIAS

ALMEIDA, G. P. de. **Teoria e prática em psicomotricidade: Jogos atividades lúdicas, expressão corporal e brincadeiras infantis**. Rio de Janeiro: Wak 2006.160p.

ABREU, D. M. **Psicomotricidade: desenvolvimento e dificuldades encontradas dentro da sala de aula na educação infantil**. Trabalho apresentado para Conclusão de Curso - TCC do Programa do Curso de Graduação em Pedagogia das Faculdades Integradas PROMOVE de Brasília e do Instituto Superior de Educação do ICESP. Brasília, 2013. 20 p.

BECKERT, E. A.; TRENHAGO, Janinha. **Psicomotricidade Infantil: A arte de brincar e aprender através do lúdico**. Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado como pré-requisito para a obtenção do Título de Graduação em Psicologia, da Universidade do Oeste de Santa Catarina – UNOESC, Unidade de Pinhalzinho. 2015. 17 p.

CARDOSO, D. M. da S. **A importância da psicomotricidade na inclusão do aluno autista**. Apresentação de monografia ao Conjunto Universitário Candido Mendes como condição prévia para a conclusão do Curso de Pós-Graduação “Lato Sensu” em Psicomotricidade. Rio de Janeiro, 2013. 47 p

CORDEIRO, L. C.; SILVA, D. da. A contribuição da psicomotricidade relacional no desenvolvimento das crianças com transtorno do espectro autista. **Fac. Sant’Ana em Revista**, Ponta Grossa, v. 3, p. 69-82, 1. Sem. 2018

CORNELSEN, S. **Uma criança autista e sua trajetória na inclusão escolar por meio da psicomotricidade relacional**. Dissertação apresentada à Linha de Pesquisa em Cognição e Aprendizagem, do Programa de Pós -graduação - Mestrado em Educação – da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação. Curitiba, 2007. 200 p.

CRUZ, C. L. P.; SILVA, D. C. de S. e; SOUZA, Rita de Cácia Santos. Projeto girassol: psicomotricidade aquática com crianças autistas. In: **ANAIS DO 7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL**, 2016, São Carlos. Anais eletrônicos... Campinas, Galoá, 2016.

FONSECA, Vitor da. **Psicomotricidade e neuropsicologia: uma abordagem evolucionista**. Rio de Janeiro. Wak Ed. 2010. 220 p.

FONSECA, V. da. **Psicomotricidade: filogênese, ontogênese e retrogênese**. 3 ed.- Rio de Janeiro: Wak Ed., 2009. 356 p.

GUAPINDAIA, L. T. A Psicomotricidade como Facilitadora no Processo de Ensino e Aprendizagem na Educação Infantil. 2019. Disponível: <<https://psicologado.com.br/psicologia-geral/desenvolvimento-humano/a-psicomotricidade-como-facilitadora-no-processo-de-ensino-e-aprendizagem-na-educacao-infantil>>. Acesso em out. 2020.

KUMAMOTO, L. H. M. C. C. Autismo - uma abordagem psicomotora. **Psic.: Teor. e Pesq.**, Brasília, V.5, Nº 2, pp. 231-238. maio/ago 1989

MEDEIROS, L. C. V. de; JUNGES, M. A importância da psicomotricidade no processo de aprendizagem infantil. **Revista scientific magazine**. S. d. 16 p.

MELLO, A. M. S. R. de; ANDRADE, M. A.; HO, H.; DIAS, I. de S. **Retratos do autismo no Brasil**. 1ª ed. São Paulo: AMA, 2013

MELLO, A. M. S. R. de. **Autismo: guia prático**. São Paulo: AMA; Brasília: CORDE, 6 ed., 2007, 104 p.

MINAYO, M. C. de. O envelhecimento da população brasileira e os desafios para o setor saúde. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 208-209, fev. 2012.

Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Diretrizes de Atenção à Reabilitação da Pessoa com Transtornos do Espectro do Autismo**. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. –Brasília: Ministério da Saúde, 2013. 74 p.

OLIVEIRA, A. F. S.; SOUZA, J. M. A importância da psicomotricidade no processo de aprendizagem infantil. **Revista Fiar: Revista Núcleo de Pesquisa e Extensão Ariquemes**, v.2, n.1, p.125-146, 2013.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Classificação Internacional de Doenças 11ª Revisão – CID 11**. 2022. Disponível em: <https://www.who.int/standards/classifications/classification-of-diseases>. Acesso em fev. de 2022.

RAMOS, C. S.; FERNANDES, M. de M. A importância de desenvolver a psicomotricidade na infância. **EFDeportes.com, Revista Digital**. Buenos Aires, Año 15, Nº 153, fevereiro de 2011.

SILVA, D. A. **A importância da psicomotricidade na educação infantil**. Trabalho de conclusão de Curso apresentado como requisito parcial à obtenção do grau de Licenciatura em Educação Física pela Faculdade de Ciências da Educação e Saúde Centro Universitário de Brasília – UniCEUB. Brasília, 2013

SILVA, F. de C.; SOUZA, M. F. S. de. Psicomotricidade: um caminho para intervenção com crianças autistas. **Pretextos - Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas**. v. 3, n. 5, jan./jun. 2018

TRAINA, A. J. M.; TRAINA JUNIOR, C. Como fazer pesquisa bibliográfica. **Sbc Horizontes**, São Carlos, v. 2, n. 2, p.30-35, agosto 2009.

JOGOS COOPERATIVOS NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA E SUAS CONTRIBUIÇÕES NO ENSINO MÉDIO

Cátia Vieira dos Santos¹

Bruno do Prado Alexandre²

Larissa Jordana Oliveira Patias³

¹Discente do curso de Licenciatura em Educação Física da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço - EDUVALE, Jaciara - MT, Brasil.

²Docente do curso de Licenciatura em Educação Física da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço - EDUVALE, Jaciara - MT, Brasil. Mestre em Educação pela UFMT/CUR.

³Docente do curso de Licenciatura em Educação Física da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço - EDUVALE, Jaciara - MT, Brasil.

E-mail da autora correspondente: larissapatias@eduvalessl.edu.br

RESUMO

No presente artigo foi aplicada uma revisão bibliográfica, e trata das reflexões quanto à utilização dos jogos cooperativos no âmbito escolar como prática educativa, mais precisamente no ensino médio. Sendo assim, esse estudo se caracteriza pela investigação da funcionalidade dos jogos cooperativos nas aulas de educação física no ensino médio e todos os seus instrumentos, desde a estrutura escolar, professores e alunos. Os primeiros apontamentos buscaram compreender qual a característica dos alunos do Ensino Médio, onde estão na fase da puberdade, com grandes mudanças e maturação física, biológica e psicológica. É de grande importância que se entenda todo esse processo de transformação, para melhor conduzir os conteúdos e poder exercitar um trabalho eficaz dos estudantes do ensino médio e entender a importância dos jogos cooperativos e suas finalidades sociais. A aceitação dos jogos cooperativos na escola é de suma importância e consequentemente facilita a convivência social dos estudantes tornando a educação dos mesmos mais harmoniosos.

Palavras-chaves: Jogos cooperativos, ensino médio, educação.

1 INTRODUÇÃO

A finalidade deste artigo é apresentar reflexões sobre os jogos cooperativos nas aulas de Educação Física e suas contribuições no Ensino Médio. Além disso, podemos afirmar que há uma necessidade muito grande de trabalhar valores de cooperação, solidariedade e respeito dentro do âmbito escolar, só assim poderemos pensar em uma sociedade mais justa e humana. Esse tema irá abordar sobre a forma com que os jogos cooperativos podem contribuir para que os alunos do ensino médio com idades de 15 a 17 anos possam evitar o desinteresse em relação à prática esportiva durante as aulas de Educação Física. Esses alunos do Ensino Médio, muitas vezes preferem, com constância, ficarem com o celular, pois a tecnologia oferece diversas formas de atrações para esses jovens, como jogos virtuais e redes sociais, ocasionando uma disputa entre o mundo tecnológico e a aula de Educação Física.

Segundo Vivian e Pauly (2012), é muito desgastante ministrar uma aula concorrendo de fato com essas tecnologias, pois em relação ao uso do celular os alunos não demonstram atenção e nota-se uma grande dispersão provocada pelos aparelhos e tecnologias. Mas, não podemos negar a importância desses dispositivos em qualquer esfera da vida humana, inclusive na educacional, para professores e alunos, onde é utilizado como forma de pesquisa por professores e alunos, além de tudo esses dispositivos se tornou um dos principais meios de comunicação, porém a comunidade escolar deve estabelecer os limites e as responsabilidades sobre seu uso.

Atualmente tem se travado uma discussão quanto à importância de práticas pedagógicas onde os alunos possam desenvolver, através de atividades grupais, valores como solidariedade, cooperação e respeito, o que se torna muito difícil, pois vivemos em um mundo altamente globalizado em que predomina a individualidade e a competição exacerbada. Esse estudo tem como objetivo refletir sobre a forma de abordar os jogos cooperativos nas aulas de educação física no ensino médio, ressaltando a importância da educação para que os alunos aprendam os valores essenciais para viver em sociedade como respeito mútuo, solidariedade, cooperação e honestidade.

Os jogos cooperativos são muito importantes no processo de relacionar-se de forma cooperativa, pois são através de dinâmicas de grupo que vão despertar a consciência de cooperação e promover efetivamente a ajuda entre as pessoas.

A Educação, ao longo dos anos, aparece como uma das chaves de acesso ao século XXI. A literatura existente relata diversas compreensões sobre educação, porém neste caso,

apreciaríamos citar uma educação que se baseia na função de instruir a autoformação do cidadão. Segundo Morin (2001), o objetivo da educação não é o de somente transmitir conhecimentos, mas criar um espírito para toda vida, onde ensinar é viver em transformações consigo próprio e com os outros. Baseando-se nestas reflexões do autor, é viável afirmar que um dos motivos que garantem a educação é fundamentado em palavras, como cooperação e autonomia.

A discussão abordada nesse artigo tem como principal objetivo demonstrar as contribuições do trabalho com os jogos cooperativos como ação pedagógica, realizando práticas esportivas em grupos para que possa adquirir cooperação e respeito entre alunos, os jogos cooperativos têm por finalidade mostrar que o esporte não é só competir, é também praticar como forma de se relacionar com outros alunos, de se divertir, de socializar e de vivenciar momentos felizes. Os jogos cooperativos podem contribuir na relação do processo de ensino aprendizagem de maneira coletiva, em grupos, através de dinâmicas que tem por objetivo, em primeiro lugar, despertar a consciência de cooperação, mostrar que a cooperação é uma alternativa no campo das relações sociais.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Jogos cooperativos no ensino médio

Levando em consideração a discussão sobre os Jogos Cooperativos, é importante contextualizar a história desses jogos, enfatizando seu surgimento até os dias atuais. Para Orlick (1978), os Jogos Cooperativos surgiram há muitos anos, quando integrantes de uma comunidade de tribais que se reuniam para celebrar a vida. Alguns povos ancestrais e mesmo índios norte-americanos e brasileiros, apresentavam um modo de vida cooperativo. Dessa forma, podemos ressaltar que os jogos cooperativos de forma consciente ou inconsciente, sempre existiram, apenas faltavam organizar para fins educativos.

Os jogos cooperativos são uma forma de ensinar os alunos a se relacionar através da solidariedade, respeito e cooperação, o oposto do espírito competitivo reproduzido pela sociedade capitalista, já que essa competição se apresenta em vários âmbitos da vida social. Segundo Brotto (2002), em determinados lugares e momentos não há necessidade da busca incessante por vitórias, pois não existe essa obrigatoriedade em nossa vida. Esses jogos contribuem obviamente para diminuição da competição exacerbada, conscientizando as

pessoas de que os valores sociais são fundamentais para o convívio social. A prática dos jogos cooperativos aponta que ensinar de forma solidária apresenta resultados muito mais eficientes na aprendizagem em grupo, sinalizando, portanto, que mentes trabalhando juntas reproduzem ideias inovadoras.

Segundo Brotto (2002), os jogos cooperativos têm a finalidade de unir em liberdade, para proporcionar ambientes de amizade permeados pela ludicidade. Nota-se, nas aulas de Educação Física, a importância e a necessidade de praticar atividades cooperativas em que os alunos tenham a oportunidade de desenvolver e vivenciar novas maneiras de jogar, sem a impaciência de ganhar ou perder, mais sim de cooperar e ajudar, desenvolvendo práticas que geram um ambiente de coletividade, com a finalidade de mostrar que o esporte não é só competir, mas sim, de ter a possibilidade de aprender em conjunto, de se divertir, de socializar e de vivenciar um convívio social agradável e harmônico.

Brotto (1997), destaca que os jogos cooperativos representam uma maneira de trabalhar de forma que os alunos aprendam a conviver em sociedade. É possível que esses jogos sejam uma importante ferramenta nesse segmento de ensino, contribuindo como instrumento na transformação social. Esses jogos são abordados no Ensino Médio como uma forma de se aprender a jogar de maneira cooperativa, podendo assim não criar uma ilusão de separação.

Silva (2012) cita que o ser humano necessita aprimorar suas habilidades de se relacionar, e não criar um sentimento de separação, aprendendo assim a conviver em grupo, uns com os outros ao invés de um contra os outros. Podemos pontuar portando, que os jogos cooperativos, são como um exercício de familiaridade, fazendo assim, dos jogos e dos esportes um meio, excepcionalmente rico para o desenvolvimento pessoal e social dos indivíduos. Quando utilizado, os jogos cooperativos principalmente no esporte, deixa-se de lado a famosa teoria de que somente vencer é a melhor opção ou até mesmo estar no primeiro lugar do pódio é o mais considerável.

De acordo com a Base Nacional Comum Curricular BNCC (2020), a Educação Física permite que o aluno explore a parte de movimentos e gestos através de práticas corporais de diferentes culturas. A Educação Física, assim como os demais componentes do currículo escolar, deve comprometer-se com o desenvolvimento pleno dos estudantes, para que os jogos cooperativos possam gerar motivação, alegria, participação, união, criatividade, contribuições

de todos e atitudes de empatia, solidariedade, comunicação e cooperação, características fundamentais para que ocorra um processo de socialização com eficiência.

O Ensino Médio é a última etapa da educação básica brasileira. São três fases, que compreendem o 1º, 2º e 3º anos. Segundo Santos e Piccolo (2011), essa legislação permitiu que o Ensino Médio passasse a integrar o processo educacional que a nação considera básico para o exercício da cidadania. O Ensino Médio é a etapa final da Educação Básica, com duração de três anos, que objetiva consolidar e aprofundar saberes estudado no Ensino Fundamental, preparando os discentes para o trabalho e para a cidadania.

Diante disso, podemos ressaltar que os alunos do ensino médio estão na fase de grandes descobertas, por isso se torna muito importante se familiarizar com essa preparação. A escola e a convivência familiar podem influenciar de forma muito positiva, de acordo com Kaloustian (1988), a família é indispensável para a proteção integral dos seus membros, ela desenvolve um papel relevante na educação, é no ambiente familiar que são absorvidos valores éticos e humanitários. Dessa forma, pode haver influência nas grandes escolhas da vida adulta, pois é onde esses discentes vão precisar pensar com cautela sobre o futuro que pretende atuar construir.

Também é um tempo de mudanças, na voz, no corpo, no comportamento e principalmente nas ideias. Segundo Gallahue (2013), os alunos do Ensino Médio estão na fase da puberdade e entrando na adolescência, com grandes mudanças e maturação física, biológica e psicológica. É de grande importância que se entenda todo esse processo de transformação, para melhor conduzir os conteúdos e poder exercitar um trabalho eficaz. É nessa fase que acontece a preparação para a vida adulta, a quebra da dependência dos familiares, financeira e emocional.

Tendo em vista que esses discentes estão em fase de transformações, é comum observar comportamentos de distração por parte dos alunos, onde por sua vez eles estão cada vez mais dispersos, devido ao uso de aparelhos eletrônicos durante as aulas de Educação Física. Alguns discentes pensam até mesmo que são incapazes no que se refere ao seu desempenho na prática das atividades proporcionadas pelo professor. Porém, é de muita importância a atuação de professores nesses casos, pois é justamente nessa parte que entra a importância do educador no incentivo da participação durante as aulas práticas.

De acordo com as diretrizes curriculares nacionais do ensino médio, deve-se buscar igualdade para aumentar a chance de futuros iguais na sociedade:

Com a perspectiva de um imenso contingente de adolescentes, jovens e adultos que se diferenciam por condições de existência e perspectivas de futuro desiguais, e que o Ensino Médio deve trabalhar. Está em jogo a recriação da escola que, embora não possa por si só resolver as desigualdades sociais, pode ampliar as condições de inclusão social, ao possibilitar o acesso à ciência, à tecnologia, à cultura e ao trabalho (Parecer CNE/ CEB nº 5/2011 52; ênfases adicionadas)” (BRASIL, 2011, p. 25).

Dessa forma, buscamos o verdadeiro papel da escola no ensino médio, é através dela e das vivências sociais que o discente pode se sentir excluído ou não, apesar de ter um objetivo social muito mais amplo, o âmbito educacional tem que contribuir para que o estudante se sinta à vontade e consiga se desenvolver por inteiro. De acordo com a BNCC, a escola que acolhe as juventudes deve favorecer a atribuição de sentido às aprendizagens, por sua vinculação aos desafios da realidade e pela explicitação dos contextos de produção e circulação dos conhecimentos, garantindo o protagonismo dos estudantes em sua aprendizagem e o desenvolvimento de suas capacidades de abstração, reflexão, interpretação, proposição e ação, essenciais à sua autonomia pessoal, profissional, intelectual e política (BRASIL, 2020).

A BNCC também retrata a questão de valorizar os papéis sociais desempenhados pelos jovens, para além de sua condição de estudante, e qualificar os processos de construção de suas identidades e de seu projeto de vida, assegurando tempos e espaços para que os estudantes reflitam sobre suas experiências e aprendizagens individuais e interpessoais, de modo a valorizarem o conhecimento, confiarem em sua capacidade de aprender, e identificarem e utilizarem estratégias mais eficientes a seu aprendizado, promovendo uma aprendizagem colaborativa, desenvolvendo nos estudantes a capacidade de trabalharem em equipe e aprenderem com seus pares, estimulando atitudes cooperativas e propositivas para o enfrentamento dos desafios da comunidade, do mundo do trabalho e da sociedade em geral, alicerçadas no conhecimento e na inovação (BRASIL, 2020).

Dessa forma, para se trabalhar no ensino médio não basta ter apenas um espaço adequado e um material de qualidade, é preciso que os alunos sejam motivados, para possibilitar um trabalho com qualidade e que os objetivos de aprendizagem sejam atingidos. Nesse sentido, Rocha (2009) destaca que a motivação psicológica é um aspecto de extrema importância. O professor de educação física deve se preocupar também com esse lado psicológico e não somente com o físico, esses aspectos são determinantes para o desenvolvimento de crianças e adolescentes, objetivando também a manutenção do comportamento enquanto adulto.

De acordo com a BNCC (2020), a Educação Física disponibiliza uma série de possibilidades para enriquecer a experiência das crianças, jovens e adultos na Educação Básica, consentindo o acesso a um vasto universo cultural. Esse universo absorve os saberes corporais, experiências estéticas, emotivas e lúdicas, que se inscrevem, mas não se restringem, à racionalidade típica dos saberes científicos que, comumente, orienta as práticas pedagógicas na escola. Experimentar e analisar as diferentes formas de expressão que não se alicerçam apenas nessa racionalidade é uma das potencialidades desse componente na Educação Básica. Para além da vivência, a experiência efetiva das práticas corporais beneficia os alunos a participar, de forma autônoma, em contextos de lazer e saúde.

Outro aspecto importante é o professor em sala de aula. Ele deve ministrar a aula de forma planejada e estruturada, e isso diz respeito a uma educação inclusiva que possa atender às necessidades especiais que todos os alunos possam ter em algum momento de sua vida escolar, transformando a escola em um espaço para todos, proporcionando também igualdade para que os alunos se sintam inclusos nas aulas (BRASIL, 2020).

Para aplicar os jogos cooperativos na escola, é necessário pensar na relação da disciplina de Educação Física com a aprendizagem. Enquanto disciplina, a Educação Física deve ser integrada a proposta pedagógica da escola, sendo componente curricular da Educação Básica e ajustando-se as faixas etárias da população escolar (LDB, 1996).

As atividades práticas encontradas nas aulas de educação física contribuem para o desenvolvimento dos praticantes, é a partir dessa prática que o indivíduo se integra a cultura corporal dos movimentos. Sobre as novas formas de jogo, de acordo com Scalon (2004), podem diminuir a agressividade de indivíduos, resgatar atitudes de solidariedade, sensibilidade, socialização, comunicação e alegria. Nesse sentido, os jogos cooperativos entram como o principal mecanismo para intervenção, pois suas características exigem o trabalho em equipe em todas as idades.

Brotto (1997, p. 29) cita em seu livro Jogos Cooperativos que: “se o importante é competir, o fundamental é cooperar”, que esses jogos oferecem condições de companheirismo onde vigora o respeito, igualdade, os objetivos comuns e a liberdade, o jogo cooperativo contribui que juntos é possível promover as mudanças na vida de cada um na sociedade.

Para vivermos em um *mundo* melhor, é necessário construirmos pessoas melhores, estruturas sociais *mais* justas e comprometimento com os valores humanos. De acordo com Brotto (1997), os jogos cooperativos são um caminho a ser seguido, pois aplica uma direção

para construir um mundo mais solidário e harmonioso, facilitando assim o convívio social e em comunidade.

Segundo Santos (2017), os jogos cooperativos podem ser importantes em todas as idades para o trabalho de integração social e de cooperação mutua, esses jogos têm como finalidade a integração, cumprindo assim determinado objetivo através da cooperação. Por sua vez esses jogos cooperativos estão cada vez mais sendo reconhecidos como uma forma de melhorar as relações humanas em adultos, crianças, adolescentes e os idosos.

Segundo o livro coletivo de autores (1992), o jogo e o ato de brincar são sinônimos de várias línguas diferentes, e resume que essa criação do homem faz com que exista um sentimento para despertar a curiosidade que facilita a criatividade para modificar a realidade e o presente. Ainda citando o livro coletivo de autores (1992), podemos observar que a criança se envolve com um mundo imaginário. Entretanto existem preocupações, as tensões por perder um jogo, por exemplo, podem contribuir para o desinteresse da criança na atividade. Ao saber das regras claras a situação imaginaria fica oculta, diferente de quando no jogo as regras são escondidas por situações imaginarias. Para Soler (2006), os jogos cooperativos são bem mais do que um simples jogo, ele define cooperação como um processo de integração social, com objetivos comuns e ações compartilhadas para chegar num denominador comum.

Amaral (2009), coloca os jogos cooperativos como jogos que buscam novas formas de jogar, com objetivos de diminuir a agressividade por sua naturalidade do jogo e necessidade de participação de todos, buscando promover trabalho em equipe, sensibilidade, alegria e solidariedade. Conforme Brotto (1999), os jogos cooperativos são dinâmicas de grupo e tem o objetivo de unir as pessoas, reforçando a confiança dos participantes e despertando o espírito solidário.

Os jogos cooperativos têm como principal objetivo, desenvolver a consciência de cooperação, demonstrar que a cooperação é uma alternativa de um bom convívio das relações sociais. De acordo com Brotto (1999), nos jogos cooperativos, joga-se para superar desafios e não para derrotar os outros; joga-se para se gostar do jogo e pelo prazer de jogar. Atualmente, os jogos cooperativos podem ser trabalhados em escolas como forma de proporcionar a inclusão de todos os alunos, isso contribui para que possa estimular a participação de todos. Seu objetivo maior é que todos participem por uma meta em comum, sem agressão física, e cada um no seu próprio ritmo.

De acordo com Soler (2006), os jogos cooperativos podem ser usados como mecanismo para melhoria da educação na escola, implicando na maior participação dos alunos. É através dos jogos cooperativos que as crianças vão aprender a socializar e trabalhar em equipe.

Segundo Brotto (1999), os jogos cooperativos além de ajudar as crianças na socialização são grandes aliados da motivação, pois o jogo não leva ninguém a derrota, todos os participantes são. Haydt (2004), faz algumas sugestões de jogos que devem ser trabalhados na escola, nas aulas de educação física, o mesmo ainda orienta que as atividades devem ter características que fogem da individualização, mas que estimule os valores sociais. Exemplo de atividades pontuadas por esse autor são: Gincana Cooperativa, onde a turma é dividida em dois grupos e cada um recebe uma lista de tarefas a serem cumpridas. (Achar objetos que tenham na escola com letra tal, como: G) e marcar com os alunos um ponto de encontro para que todos possam encontrar após terem achado os objetos com que tem na escola com a letra informada. Já no ponto de encontro verificar se os alunos encontraram todos os objetos que foram pedidos. Caso isso não ocorra, unir os dois grupos com objetivo de ajudar uns aos outros, e com tempo marcado eles deverão aparecer com o objeto pedido.

Outro jogo cooperativo do autor é os “Unidos Venceremos”, dividindo a quadra em pequenos grupos de no máximo quatro pessoas. Quanto mais lúdica, a brincadeira será melhor. É interessante, dependendo da idade, contar uma história antes. Os alunos em grupos (como proposto no início), serão unidos por um elástico pela cintura. O grupo que estará com a bola (grande e leve) será o grupo pegador. Para que esse grupo pegue o outro grupo, será necessário que a bola encoste em alguém. Nesse momento, o pegador é o grupo que a bola encostou. Silva (2017), vê as atividades como novas experiências e trabalhos motivacionais para a inspiração e participação dos alunos proporcionando a motivação dos mesmos.

Brotto (1997) também reformulou jogos já tradicionais e conhecidos e os adaptou aos jogos cooperativos incluindo neles formas de cooperação e interação dos seus participantes. Destacamos um exemplo de jogo citado pelo autor: “Dança das cadeiras cooperativas”, esse é um jogo tradicional e muito conhecido. Forma-se, um círculo de cadeiras com uma cadeira a menos que o número de participantes. A música toca e eles andam ao redor das cadeiras, quando a música para eles sentam. Quem sobra sai da brincadeira e assim por diante, até que sobre só um participante. Brotto (1997) esclarece que esse método é totalmente exclusivo. O jogo cooperativo das danças das cadeiras é totalmente ao contrário, e não existe exclusão de

participantes. Os alunos não saem do jogo, o que sai é a cadeira, obrigando os estudantes a usarem a parceria e criatividade para todos conseguirem se sentar em uma só cadeira ao final da atividade.

Nessa vertente, Silva (2017), em referência a Correia (2006), conclui que os jogos cooperativos facilitam o convívio social das pessoas, permitindo sua interação e contribuindo para se divertir e se sentir feliz. Dessa forma possibilita aos estudantes se aceitarem, saber que são diferentes um do outro e que as aulas de educação física com o trabalho dos jogos cooperativos têm uma boa aceitação.

3 METODOLOGIA

Este artigo é oriundo de uma pesquisa bibliográfica e procurou empreender um mapeamento e em seguida apresentar dados a fim de encontrar subsídios para abarcar a amplitude das investigações científicas realizadas. Para realizar essa pesquisa do ponto de vista metodológico, foi adotado um levantamento de dados na qual sancionam conhecimentos sobre definição de jogos cooperativos nas aulas de educação física.

Os jogos cooperativos é uma parte muito importante da educação física, contribuindo na formação do aluno/cidadão, com isso o propósito dessa pesquisa é sobre como abordar esses jogos dentro da unidade escolar, especificamente no ensino médio. Para inteirar-se da situação geral desses debates, foi selecionada uma bibliografia básica sobre ciências humanas e sociais relacionadas à educação e a educação física, por meio da leitura de livros e artigos localizados, que interessaram para o trabalho. A seleção dos artigos foi bem criteriosa, buscaram-se trabalhos mais atuais e livros que se adequam aos jogos cooperativos inseridos nas aulas de educação física na escola. Este estudo buscou atender esses procedimentos metodológicos característicos de uma pesquisa bibliográfica, voltados para um estudo educacional. Essa análise é necessária para descobrir formas de lidar com os desafios de aplicar os jogos cooperativos em sala de aula, e apropriar-se da realidade para questionar, problematizar e atribuir significados.

A primeira etapa da pesquisa evidenciou as fases do ensino médio, apresentando características desse público e mostrando os objetivos que a escola deve ofertar a fim de encontrar alternativas para trabalhar os jogos cooperativos na escola nas aulas de educação física. Em seguida buscamos vários livros de autores que expõe o pensamento sobre os jogos cooperativos, para sabermos entender a necessidade dos mesmos na escola, bem como seus

processos históricos e objetivos dentro do jogo e na sociedade. Brotto (1997) cita em um dos seus livros “O jogo e o esporte como exercício de convivência” que os jogos cooperativos oferecem condições de companheirismo onde vigora o respeito, igualdade, os objetivos comuns e a liberdade. Os jogos cooperativos contribuem para promover as mudanças na vida de cada um na sociedade, e para alunos do ensino médio é necessário reforçar o pensamento de trabalho em equipe e solidariedade, pois os esportes muitas vezes não ensinam o lado de perder ou de cooperar, existe muito a competição exacerbada sem análise da real importância do companheirismo e do trabalho em equipe.

4 CONCLUSÃO

Concluimos que desde muito tempo os jogos cooperativos existiram, em cada época teve o seu tipo e estilo de jogos, esses jogos cooperativos contribuem de maneira muito positiva na vida de jovens dentro do ambiente escolar, pois aborda sobre a forma com que os jogos contribuem para que esses alunos, em especialmente os do ensino médio com idades de 15 a 17 anos possam evitar o desinteresse em relação à prática esportiva durante as aulas de Educação Física. Esses alunos do Ensino Médio devem demonstrar o interesse nessas práticas de inclusão por vontade própria, porém isso só acontece se professores de educação física investirem nesse incentivo, demonstrando que essa é uma alternativa que muda os jovens, que transforma uma sociedade. A inclusão irá também mostrar que os aparelhos celulares não substituem uma boa aula de educação física, com ênfase na inclusão desses alunos, assim então rompendo até mesmo essa competição entre o mundo tecnológico ou a aula de Educação Física. Podemos ressaltar que o ambiente escolar é, todavia, propício a determinadas formas de jogos na aula de educação física, mas a escolha do tipo de jogo deve ser voltada a não exclusão de nenhum aluno, desta forma, os jogos cooperativos são os mais aconselhados para as aulas de educação física desde a pré-escola até a adolescência. Dessa forma esses jogos tornam-se importantes no desenvolvimento dos alunos, para que esses adolescentes estejam mais propícios à solidariedade e a posturas menos egoístas. A cooperação deve ser implantada na escola e nas aulas de educação física, visto que isso pode desenvolver valores junto aos alunos e principalmente o respeito ao próximo.

REFERENCIAS

- AMARAL, Jader Denicol do. Jogos Cooperativos. 4 ed. São Paulo: Phorte, 2009.
- BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular, 2020.
- BRASIL, Ministério da Educação. Parecer CNE/ CEB. Brasília, 2011.
- BROTTO, Fábio Otuzi, Jogos cooperativos: Jogo e o esporte como um exercício de convivência. Campinas, SP: Projeto cooperação, 2002.
- BROTTO, Fábio Otuzzi. Jogos cooperativos: se o importante é competir, o fundamental é cooperar. São Paulo: Cepeusp, 1995/Santos: Projeto Cooperação, 1997.
- COLETIVO DE AUTORES. Metodologia de ensino da educação física. São Paulo: Cortez, 1992.
- DA SILVA, Maria. Jogos cooperativos e sua atualização no ensino fundamental. UNICEUB, 2017.
- GALLAHUE, David L.; OZMUN, John C.; GOODWAY, Jackie D. Compreendendo o desenvolvimento motor: bebês, crianças, adolescentes e adultos. AMGH Editora, 2013.
- HAYDT, Regina Célia C. Avaliação do processo ensino-aprendizagem. 6.ed. São Paulo: Ática, 2004.
- KUNZ, E. Transformação didático-pedagógica do esporte. 6. ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2004.
- KALOUSTIAN, S. M. (org.) Família Brasileira, a Base de Tudo. São Paulo: Cortez; Brasília-DF: UNICEF, 1988
- MORIN, E. A cabeça bem feita: repensar a reforma, reformar o pensamento. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- ORLICK, Terry. Vencendo a competição. São Paulo: Círculo do livro, 1989.
- ROCHA, Y.F.O. Piaget na sala de aula: uma abordagem lúdica. Faculdade de Ensino Superior do Piauí – FAESPI. Publicado em 07 de março de 2009.
- SANTOS, M. A. G. N. dos, & Nista-Piccolo, V. L. (2011). O esporte e o ensino médio: a visão dos professores de educação física da rede pública. Revista Brasileira De Educação Física E Esporte, 25(1), 65-78.
- SCALON, R. A psicologia do esporte a criança. Editora Edipucrs. 2004, p.140.
- SILVA, Jhonny et al. Jogos Cooperativos: contribuição na escola como meiosocializador entre crianças do Ensino Fundamental. Motrivivência, Ano 24, n. 39, p. 195-205. 2012.
- SANTOS, M.P.C. Evasão nas aulas de educação física no ensino médio: compreendendo o fenômeno. Bauru, 2007.16p. Dissertação (Graduação)-Departamento de educação física, Universidade Estadual Paulista.
- SOLER, Reinaldo. Jogos Cooperativos Para Educação Infantil. 2 ed. Rio de Janeiro: Sprint, 2006.

VIVIAN, C. D. PAULY, E. L. O uso do celular como recurso pedagógico na construção de um documentário intitulado: Fala sério! Revista digital da CVA-Ricesu, v. 7, n. 27, fev. 2012, p.3. Disponível em:
<https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKEwio4qnRzNT7AhUJqpUCHXBgDAsQFnoECBAQAQ&url=https%3A%2F%2Fperiodicos.ufpe.br%2Frevistas%2Fcadernoscap%2Farticle%2Fdownload%2F229430%2F28802&usg=AOvVaw3lh-xFWj06iBPqi6fgcfJc> Acesso em: 08/11/2022.

EFEITO DOS EXERCÍCIOS FÍSICOS NA VIDA DOS IDOSOS

Henrique Dias Germano ¹

Larissa Jordana Oliveira Patias ²

Bruno do Prado Alexandre³

¹Discente do curso de Licenciatura em Educação Física da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço, EDUVALE, Jaciara – MT, Brasil

²Graduada em Licenciatura em Educação Física; Pós Graduada em Psicopedagogia, Libras e Educação Inclusiva, Psicomotricidade e ABA (Análise do Comportamento Aplicada); Docente dos cursos de Educação Física e Psicologia na Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço, EDUVALE, Jaciara – MT, Brasil.

³Graduado em Licenciatura em História; Mestre em Educação; Docente na Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço, EDUVALE, Jaciara – MT, Brasil.

Email autor correspondente: diashenrique751@gmail.com

RESUMO

Este artigo tem como objetivo apresentar na sua trajetória os benefícios que os exercícios físicos podem proporcionar aos idosos uma vez que praticados por eles. Entende-se que o envelhecimento humano, em sua maioria vem acompanhado de uma série de problemas de saúde que prejudicam a qualidade de vida dos idosos. É notório também que a longevidade, se dá devido ao bem estar e a qualidade de vida do ser humano. Os exercícios físicos ajudam a pessoa a manter-se firme, forte e saudável o que é importante para que esse idoso possa desfrutar de seus dias de forma tranquila e digna. Dessa forma esse trabalho vem para contribuir com algumas dúvidas adquiridas ao longo dos estudos, onde se pretende pesquisar sobre: O que é o envelhecimento; O que são exercícios físicos; Qual a contribuição dos exercícios físicos para que o indivíduo possa envelhecer de forma saudável e por fim qual o papel do educador físico na vida de pessoas que estão na terceira idade. Para a confecção deste trabalho foi utilizado a metodologia da pesquisa bibliográfica e será abordado teóricos que defende a importância dos exercícios físicos para que tenhamos uma vida saudável enquanto envelhecemos. Por fim, tecem-se as considerações finais, onde conclui-se que tanto o profissional de educação física, quando os próprios exercícios físicos, são fundamentais para um bom envelhecimento na vida do idoso.

Palavras-chaves: qualidade, salvável, profissional.

ABSTRACT

This is a course conclusion work, entitled “Effects of physical exercises on the lives of the elderly, which aims to present in their trajectory the benefits that physical exercises can provide to the elderly once practiced by them. It is understood that human aging, for the most part, is accompanied by a series of health problems that impair the quality of life of the

elderly. It is also clear that longevity is due to the well-being and quality of life of the human being. Physical exercises help the person to remain firm, strong and healthy, which is important for the elderly to enjoy their days in a calm and dignified manner. Thus, this work comes to contribute with some doubts acquired during the studies, where it is intended to research on: What is aging; What are physical exercises; What is the contribution of physical exercises so that the individual can age in a healthy way and finally what is the role of the physical educator in the lives of people who are in the elderly. For the making of this work, the methodology of bibliographic research will be used and theorists will be approached who defend the importance of physical exercises so that we have a healthy life as we age. Finally, final considerations are made, where it is concluded that both the physical education professional, as the physical exercises themselves, are fundamental for a good aging in the life of the elderly.

Keywords: quality, salvageable, professional.

1.INTRODUÇÃO

É notório que quando envelhecemos necessitamos de cuidados especiais para que possamos ter uma vida tranquila e saudável. De acordo com Veras e Oliveira (2018), um modelo de atenção deve ser dado ao idoso, já que esse cuidado pode trazer a promoção da saúde. É interessante entendermos que a velhice vem acompanhada de sérios problemas e que se não cuidarmos poderemos comprometer a qualidade de vida, levando muitas vezes a doenças e a depressão.

Entende-se que por meio do exercício físico, é possível melhorar a qualidade de vida dos idosos, para que possam viver de forma independente e com boa saúde e de certa forma prevenindo doenças que ocorrem na velhice. A atividade física pode promover na terceira idade, benefícios que amenizam alterações que se relaciona com o envelhecimento (NAHAS, 2001).

Nesse caso, é de suma importância o trabalho dos profissionais de Educação Física, na orientação e prescrição correta dos exercícios físicos a serem realizadas de maneira adequada, dentro do tempo que cada um pode, dentro da capacidade de exercitar-se de cada um e principalmente quais exercícios cada idoso poderá desenvolver. Dessa forma, os idosos podem praticar os exercícios de forma segura e eficaz, e essa prática poderá reduzir as alterações físicas associadas à velhice, as doenças, ao stress e principalmente a depressão. Diz Alvez et al. (2021), que os exercícios físicos aos idosos trazem benefícios do como o controle de doenças crônicas, melhora a autoestima e eleva a qualidade de vida.

Diante disso, este trabalho de conclusão de curso vem apresentar alguns pontos interessantes sobre o envelhecimento e como podemos enfrentar este envelhecimento de forma saudável, pois se trata da importância dos exercícios físicos na terceira idade, ou seja, na vida do idoso. É muito importante que a pessoa na terceira idade, adote um estilo de vida ativo e saudável como elemento fundamental da promoção da saúde e qualidade de vida na velhice.

Assim sendo, este trabalho foi feito utilizando-se de uma pesquisa bibliográfica, verificando materiais produzidos por pessoas que já estudaram e escreveram sobre o assunto, que entendem do mesmo e que defendem a idéia de que os exercícios físicos ajudam a pessoa manter-se saudável e que melhore a sua qualidade de vida, bem como o papel do educador físico nesse envelhecer.

Diante disso o presente estudo tem como objetivo geral buscar informações no tocante aos exercícios físicos e sua função na vida dos idosos, e, entender como acontece o envelhecimento; Verificar quais os benefícios dos exercícios físicos na vida dos idosos; Falar sobre o papel do educador físico na terceira idade; Discorrer sobre os efeitos dos exercícios físicos na vida dos idosos. E em seus objetivos específicos, apresentar elementos sobre o assunto como, os benefícios dos exercícios físicos para idosos e relacionar o profissional de Educação física no processo saudável no envelhecimento, buscávamos trazer a importância dos exercícios físicos no processo de envelhecimento.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

O que é envelhecimento

Ultimamente tem se ouvido muito em portais de notícias como o ³G1, que o Brasil é um país que tende a aumentar a população de idosos cada vez mais. Isso é um problema, pois quando o indivíduo envelhece de forma saudável e tranquila é bom, mas em muitos casos temos visto que na maioria das vezes as pessoas têm envelhecido e paulatinamente adoecendo também. É sabido que o envelhecimento é um processo que não se pode negar, pois é natural e da própria vida conforme se cita abaixo:

O envelhecimento é um processo em que, para cada pessoa, as mudanças físicas, comportamentais e sociais desenvolvem-se em ritmos diferentes, sendo a idade

³ G1 é um portal de notícias brasileiro mantido pelo grupo globo e sob a orientação da central Google de jornalismo e líder de audiência no jornalismo digital no Brasil.

cronológica apenas um dos aspectos, entre outros, que podem ou não afetar o bem-estar do idoso. (ARGIMON e STEIN, 2005, p. 71).

De acordo com o autor acima, cada pessoa ao envelhecer apresenta aspectos e comportamentos diferenciados. Para ele, a idade é apenas um ponto marcante na vida do idoso. Entende-se que o envelhecer é imprescindível, hora mais, hora menos a idade chegará e junto com ela chegará também os problemas que acabam afetando a saúde e o bem estar dos idosos, pois no Brasil há uma tendência de aumento desta população, conforme aduz os autores Cervato et al. (2005). Sobre isso, Kalache, Veras e Ramos, 1987, p. 2) afirmam que:

O aumento da população idosa brasileira será de 15 vezes, aproximadamente, entre 1950 e 2025, enquanto o da população como um todo será de não mais que cinco vezes no mesmo período. Tal aumento colocará o Brasil, em 2025, como a sexta população de idosos do mundo, em números absolutos. Nas últimas décadas, esse fato tem aumentado a consciência de que está em curso um processo de envelhecimento.

Um conceito desenvolvido e publicado no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2010) que discorre sobre as estatísticas voltadas aos idosos, afirma que "são considerados idosos aqueles com 60 anos ou mais". Ou seja, passou dos sessenta anos, o indivíduo é considerado idoso. Nessa mesma pesquisa aponta ainda que "Uma grande parte dessa população continuou a crescer graças a prática de exercícios físicos e atividades de lazer, que lhes permite envelhecer com mais saúde, e que lhes permite praticar atividade física e atividades de lazer".

No envelhecimento, pode ocorrer de muitos idosos terem uma decadência na vida pessoal e social, algo que é bastante comum no envelhecimento, só que muitos, com essa decadência acabam perdendo também a qualidade de vida devido às dificuldades que encontram na velhice. Na literatura da gerontologia, "envelhecer é considerado um evento multifatorial e progressivo, a velhice é uma experiência potencialmente bem-sucedida, porém, heterogênea, e vivenciada com maior ou menor qualidade de vida" (MORIGUTI; LUCIF e FERRIOLLI, 1998).

De acordo com o Portal do envelhecimento (2014), "temos alguns termos para se referir a pessoas iguais ou a mais de 60 anos, mas muitas das vezes são usados de formas vaga, dentre eles estão os termos velhice, idoso, envelhecimento e terceira idade".

A velhice é algo individual que pode vir acompanhada de perdas sociais, culturais e psicomotoras, para muitos é considerada a última etapa da vida. O termo idoso já se refere a

qualquer pessoa acima de 60 anos e é o sujeito do envelhecimento. O envelhecimento já pode ser dito como algo natural da vida que ocorre desde o nosso nascimento, como diz o autor Messy (1999, p.18), “se envelhece conforme se vive”, e que traz algumas mudanças no corpo e organismo. E já a terceira idade é uma fase entre a aposentadoria e o envelhecimento, onde as pessoas que fazem parte dessa fase já começam a visar à saúde e uma boa qualidade de vida de uma forma mais ampla é melhor.

Parafraseando Messy, (1999, p. 18), quanto mais vivemos, mais envelhecemos, e isso é o ciclo da vida, cada dia que passa é um dia a mais contribuindo para o envelhecimento, o que nos remete a uma reflexão de que o envelhecimento inicia a partir do momento em que nascemos. E para ter um envelhecimento saudável, é necessário cuidar do corpo e da saúde e, umas das formas de fazer isso é através do exercício físico.

O exercício físico

O exercício físico vem desde a época dos homens primitivos, pois devidos às suas necessidades de adquirir o sustento do dia a dia e lutar pela sua sobrevivência, todos os dias eles realizavam movimentos básicos dos exercícios físicos, como correr, saltar, arremessar, puxar e empurra, como diz Pitanga (2002 p. 50), “Suas constantes migrações em busca de moradia fazia com que realizasse longas caminhadas, ao longo das quais lutava, corria e saltava”.

Ao observar a mídia social, observa-se que atualmente é importante ressaltar que o exercício físico e/ou atividade física, vem tomando uma grande proporção de importância na sociedade devido as várias coisas e hábitos não saudáveis que compõem o modo de vida da maioria das pessoas hoje em dia, como alimentação rica em *Fast foods* (comida rápida), falta de prática esportiva, má alimentação e sedentarismo. De acordo com Haskell (1998), mais de 50% das coisas que podem levar uma pessoa a óbito por problemas cardíacos está relacionado ao estilo de vida, no caso, a alimentação, pressão arterial e falta de exercício físico. Em virtude disso, essa importância vem, pois fica perceptível a relevância e a ligação do exercício físico com a qualidade e cuidados da vida saudável ou da nossa saúde.

Vale salientar, que o contrário de que muitos pensam, existem algumas diferenças entre o exercício físico e atividade física. De acordo Ogden (2004, p:208) é classificado como

exercício físico movimentos planejados, repetitivos e supervisionado com objetivo de manter o nível ou melhorar a aptidão física, o que é diferente do conceito de atividade física, que para OMS, a atividade física pode ser definida como qualquer energia gasta acima do nível de repouso onde a pessoa se encontra feita por um movimento corporal.

Para Caracciolo (2012), os exercícios físicos são classificados em dois blocos, os aeróbicos e os anaeróbicos. Os exercícios aeróbicos são aqueles que não exige muita força do praticante, e sim uma “resistência”, que de acordo com Hollmann & Hettinger (1983), o exercício físico aeróbico deve conter um esforço de longa duração com intensidade moderada. Podemos citar como exemplo a corrida e ciclismo. Já os exercícios anaeróbicos ao contrário do aeróbico, exige uma alta intensidade em curta duração, um exemplo disso é a musculação. De acordo com Dr. Carlos Mattos do site Dr. Carlos Mattos, ortopedia e lesões corporais (2020), exercícios anaeróbicos são aqueles de curta duração e alta intensidade, que envolve um esforço intenso de um grupo de músculos.

Efeitos dos exercícios físicos na vida dos idosos.

Conforme já mencionado acima, desde que nascemos estamos envelhecendo, e envelhecer com saúde é muito importante. Uma pessoa saudável é mais feliz, disposto a enfrentar o dia a dia sem medo.

Para que se envelheça com saúde é necessário que a pessoa faça exercícios físicos como caminhadas, ginásticas, ande de bicicleta e principalmente atividades direcionadas por alguém profissional com competência para isso. É claro que os exercícios físicos são aliados da saúde corporal, mental e também da saúde psicológica do idoso.

De acordo com MORIGUTI; LUCIF e FERRIOLLI (1998, p. 7):

O exercício é importante em qualquer idade e essencial, pois ajuda a manter a forma do corpo e o tônus muscular, pode prevenir ou até reduzir a taxa metabólica basal e aumentar a necessidade energética e melhorar a movimentação e força muscular, capacidade aeróbica, evitar quedas, melhorar alimentação, problemas e melhorar a qualidade de vida.

É bom lembrar que os exercícios físicos, principalmente aqueles realizados diariamente, são necessários e importantes na vida dos idosos, além de deixá-los mais

saudáveis, sabemos que idosos que são incapazes de se exercitar estão em maior risco de acidentes diários. De acordo com Spirduso (2005), os exercícios físicos podem melhorar o equilíbrio, a capacidade funcional e a coordenação, contribuindo para a prevenção de quedas e uma segurança maior.

Com o chegar da idade a pessoa não tem mais o equilíbrio necessário, a sua força fica fraca e a resistência não permite que faça nenhum movimento além da sua posição. Esses fatores aumentam o risco de quedas, pois a pessoa perde parte do seu equilíbrio físico. Diz Pikles et al. (2000), que com o aumento da idade, aumenta a probabilidade de queda. Com o avanço do envelhecimento, muitos idosos passam a ficar incapazes de realizar exercícios físicos ou qualquer tipo de atividade, deixando-os mais propícios a doenças degenerativas ou crônicas.

Além de reduzir muito o risco de doenças e problemas de saúde, o exercício físico pode diminuir a gordura corporal e aumentar a massa muscular. Os idosos com boa saúde são mais propensos a fazer o básico da vida diária e são menos dependentes de outras pessoas. De acordo com Matsudo; Matsudo e Barros (2000), com o exercício físico pode ocorrer o aumento da potência aeróbia, melhoria da imagem corporal, o aumento da hipertrofia, além de melhorar o desempenho de atividade que são proposta a eles.

Em um estudo onde tinha grande variedade de pesquisa sobre os benefícios dos exercícios físicos, onde Netz; Becker e Tenenbaum (2005), participou, chegaram a evidenciar uma grande quantia de fatores de bem estar mental e físico, que de certa forma estamos ligados a práticas de exercícios físicos.

Nesse sentido, a aptidão física é definida por Lima (2002, p. 8), como “[...]a capacidade de uma pessoa realizar tarefas específicas. Em pessoas idosas, tal habilidade é prejudicada, o que pode ser visto como envelhecimento biológico [...]”, como evidenciado por Guccione (2000, p. 10), “[...] no qual afirma que as mudanças relacionadas à idade na composição corporal e na atividade física também afetam a capacidade humana, sobrevivência ou função é chamado de envelhecimento biológico”.

Nesse contexto, devido à lentidão da vida laboral dos idosos associada à velhice, há perda da função e diminuição da atividade física, o que leva ao surgimento de doenças que levam à deterioração do processo de envelhecimento, colocando em risco a qualidade da vida. De acordo com Marciel (2010), devido à limitação ou a não realização dos exercícios físicos, gera um quadro de incapacidade funcional, podendo levar a uma queda na qualidade de vida.

A capacidade de trabalho é definida por Guccione (2000, p. 9) como “a capacidade de realizar tarefas da vida diária de forma independente”. Em muitos casos, as condições de trabalho podem ser definidas como a capacidade de realizar tarefas da vida diária, levando os idosos a expressarem limitações.

Segundo Borges e Moreira (2009) “essas limitações muitas vezes causam dificuldades na realização das atividades do dia a dia, também definidas como atividades do dia a dia (AVDs) e atividades do dia a dia (AIVDs)”. Assim, a velhice pode dificultar que o idoso enfrente os desafios da vida, tornando-o dependente de outras pessoas para realizar tais tarefas, que normalmente fazem com facilidade.

Essa dependência causa demência nos idosos e, por sua vez, permite o surgimento de problemas psicológicos em suas vidas. Para entender o que esses exercícios cotidianos dos adultos fazem como resultado do processo de envelhecimento, a definição de Borges e Moreira (2009. p. 2)

As AVD são as tarefas que uma pessoa precisa realizar para cuidar de si, tais como: tomar banho, vestir-se, ir ao banheiro, andar, comer, passar da cama para a cadeira, mover-se na cama e ter continências urinárias e fecais. As AIVD são as habilidades do idoso para administrar o ambiente em que vive e inclui as seguintes ações: preparar refeições, fazer tarefas domésticas, lavar roupas, manusear dinheiro, usar o telefone, tomar medicações, fazer compras e utilizar os meios de transporte.

Para os mesmos, até mesmo as atividades diárias, que os idosos realizam para cuidar-se de si mesmo são atividades que merecem cuidados, pois é tarefas humanas e indispensáveis a nossa saúde. Verifica-se que tais atividades, fazem parte da vida do idoso e, às vezes, as mesmas estão comprometidas devido o processo de envelhecimento, onde os idosos apresentam suas limitações devido ao estilo de ⁴vida sedentário e outros fatores associados.

Nesse sentido o exercício físico é uma forma de combater o processo de envelhecimento e, contribuir para a qualidade de vida do idoso, para que os mesmos possam realizar tais exercícios de maneira independente, bem como contribuindo para uma melhor qualidade e aumento da expectativa de vida do idoso. O exercício físico na vida de pessoas idosas pode resultar em, melhora da qualidade de vida, independência em atividades do dia a

⁴ Levar um estilo de vida sedentário resume-se na ausência de exercícios físicos, e isso não quer dizer apenas a prática de esportes, mas também, atividades corriqueiras como por exemplo, a caminhada diária até o local de trabalho, ou subir escadas, ao invés de usar o elevador.

dia, melhora a qualidade de vida, redução da mortalidade e maior expectativa de vida (SCIANNI et al., 2019).

Sendo assim, pode-se dizer que o conceito de qualidade de vida relaciona-se ao bem-estar pessoal e abrange uma grande gama de aspectos, tais como: nível socioeconômico, interação social, autocuidado, estado de saúde, valores culturais, éticos e religiosidade, atividade intelectual, estilo de vidas, suporte familiar, capacidade funcional, satisfação com o emprego e com as atividades da vida diária, atividade intelectual e com o ambiente em que se vive (BRODY, 1999). Assim, de acordo Vecchia et al. (2005) pode se dizer que o conceito de qualidade de vida é subjetivo e dependente da idade, aspirações pessoais e do nível sociocultural. Fomentando teoricamente essa discussão, Brody (1999, p. 32) demonstra que:

A qualidade de vida de idosos depende da preservação do self e da manutenção de objetivos ao longo da vida, e a experiência de qualidade de vida envolveriam valores pessoais, experiências anteriores, capacidade de adaptação às mudanças, independência, autonomia, atividades, saúde, relações sociais e viver em casa.

Dessa forma, é importante discutir sobre envelhecimento e qualidade de vida, com o objetivo de verificar como o assunto tem sido estudado nas diferentes áreas de conhecimento, uma vez que o tema é interdisciplinar. Nessa perspectiva, faz-se necessário ainda enfatizar a importância do exercício físico no envelhecimento. Ressalta Costa et al. (2012), que o exercício físico é importante, porque através dele consegue combater os efeitos do envelhecimento e, trazer uma vida mais ativa ao idoso.

Vale ressaltar também, que o idoso deve atentar aos objetivos que deseja alcançar quando chegar à velhice. A pessoa precisa também valorizar as experiências adquiridas ao longo dos anos vividos e com estas experiências traçar para sua vida novas expectativas e novos projetos. De acordo *site* Dr. Rondó (2018), idosos com metas vivem mais e melhor.

É um fato que idosos que fazem algum tipo de exercício físico, são mais saudáveis e resistentes. De acordo com o Tribunal De Justiça do Distrito Federal e Territórios (2019), uma rotina de exercícios impacta no bom funcionamento do organismo e reduz danos causados pelo tempo, como o enfraquecimento dos músculos. É bom lembrar que todo e qualquer exercício físico proposto a um idoso deve ser programado por um profissional que tenha conhecimento da causa. Nem sempre um idoso pode fazer todos os tipos de exercício. Há casos em que o exercício pode também atrapalhar a saúde do idoso.

O exercício, mal feito, pode levar a alterações de humor, distúrbios hormonais e aumentar o risco de lesões no sistema músculo esquelético, que pode ser ligamento, tendão, osso e músculo. Danos extremos, que podem ocorrer nos tecidos transportadores de líquidos, no coração, no cérebro, nas artérias, na pressão alta, no aumento da frequência cardíaca, entre outros fatores, podem ser fatais ou até fatais. A atividade física feita de forma errada pode trazer danos a coluna vertebral, aumenta o risco de lesões articulares e desvios posturais e, pode levar o corpo a fadiga muscular e mental. (SILVEIRA e SOUZA, et al. 2014).

De acordo com um estudo do Portal do idoso (s.d), foi constatado que “um em cada sete paulistas se exercita sem exame médico e sem orientação de um professor de Educação Física, aumento de lesões”. Esses dados indicam a importância da orientação profissional na escrita e orientação do exercício. Uma das tarefas da Educação Física é limitar e equilibrar o exercício para tirar o máximo proveito dele

Não necessariamente a pessoa precisa atingir uma fadiga que resulte em movimentos com maior duração, com muita força e forçados para que o exercício seja eficaz, principalmente em idosos, o profissional de educação física deve estar atendo as alterações cardíacas e de pressão no vaso sanguíneo. POLLOCK e WILMORE (1993).

Diante desta colocação acima, é possível entender que todo trabalho físico deve ser mediado para que o idoso não venha sentir fadigas e o que era para ajudar a manter uma qualidade de vida, torne-se em incomodo e até mesmo doença.

Papel do educador físico na terceira idade.

Trata-se de educador físico o profissional graduado em educação física e com preparo para trabalhar os exercícios físicos com as pessoas, que tenha adquirido as habilidades para desenvolver seu papel e que reconheça sua função e que saiba desenvolve-la proporcionando o bem estar ao seu aluno, idoso ou paciente, conforme diz Dias Et al. (2007.p. 79):

O profissional de Educação Física, neste sentido, é fundamental, pois compete a ele coordenar, planejar, programar, supervisionar, dirigir, organizar, avaliar e executar todos os trabalhos e programas, realizar treinamentos especializados, participar de equipes multidisciplinares e interdisciplinares e elaborar informes técnicos, científicos e pedagógicos na área da prática de atividade física regular e do desporto.

De acordo com a citação acima, o papel do educador físico é amplo e de suma importância, não somente ao realizar sua função de coordenar, pois vai bem, além disso. É o

educador físico que entenderá das particularidades de cada idoso com quem ele irá trabalhar. Aqui se trata do educador físico numa esfera ampla e importante indo além da sala de aula, há entre este e o profissional que atua fora da sala de aula e atende públicos diferenciados.

Além de ocuparem postos de trabalhos distintos, sua titulação é diferenciada, já que os professores devem ser graduados sob o título de licenciado e os profissionais sob o título de bacharel. Essas diferenças refletem a forma como o trabalho é regulamentado e fiscalizado, sendo os alunos de pós-graduação responsáveis perante o Departamento de Educação e Cultura (MEC) e os bacharéis perante o Conselho de Educação Física, nacional (CONFEF) ou regional (CREF's).

Portanto, de acordo com o CBO (Classificação Brasileira de Ocupações), os profissionais de educação física devem estar registrados no conselho distrital para funcionar e, a definição deixa claro que essa distinção não inclui professores que trabalham em escolas ou universidades. Sua descrição evidencia o caráter esportivizado da área, bem como a ênfase no aspecto da atividade física para a saúde e para o rendimento, pautado nos princípios de treinamento desportivo com a visão de ser humano como ser biológico, desconsiderando, quase totalmente, o aspecto sociocultural.

Nessa ótica entendemos que o trabalho deste profissional possui grande relevância diante do processo em que se acompanha e favorece a qualidade de vida das pessoas incluindo os idosos que precisam de muita atenção, e de programas que os assistam favorecendo o bem estar e o envelhecimento saudável.

Uma das tarefas da Educação Física é limitar e equilibrar o exercício para tirar o máximo proveito dele. Para que o exercício seja eficaz, não é necessário que a pessoa atinja uma fadiga que resulte em movimentos forçados com maior força e maior duração, principalmente em pessoas idosas, o especialista deve estar atento ao aumento da frequência cardíaca e aumento da pressão no vaso sanguíneo, conforme Pollock e Wilmore, (1993, p.365).

Essas precauções de segurança devem ser consideradas para que o exercício produza resultados, sendo necessário que as pessoas estejam cientes de suas limitações físicas. Essa consciência corporal é muito difícil, pois em muitos casos as pessoas acreditam que quando faz muito exercício físico o resultado será mais rápido e, portanto, mais lucrativo.

Na visão do autor acima, é necessário observar quando algum idoso apresentar alguma limitação e diante destas limitações o educador entender e saber o que pode fazer para ajudá-lo, sem que haja prejuízos tanto na saúde mental como corporal, em suma o educador deve se preocupar com a saúde geral do idoso.

Existem vários exercícios e procedimentos relacionados aos benefícios para a saúde, mas os mais indicados para idosos podem variar entre caminhada, corrida, hidroginástica, natação, musculação, entre outros. Cada tipo de exercício tem uma abrangência específica, para se adequar aos objetivos de cada pessoa e tipo de treino (VELASCO, 2006).

Parafraseando Velasco (2006), para que uma pessoa obtenha resultados satisfatórios, é importante continuar frequentando as aulas, que devem ser pelo menos três vezes por semana, com duração de 45 a 60 minutos, para que você possa ver algum resultado. A maioria das pessoas começa a se exercitar por indicação médica, mas é importante lembrar que é um profissional de Educação Física que irá orientar essas atividades, buscando assim resultados médicos e exercícios.

É o profissional de Educação Física que irá ministrar as aulas de natação e hidroginástica, montar uma série na sala de musculação, definir o ritmo de caminhada ou corrida, então um Médico especialista acompanha o dia a dia do paciente e o médico compara resultados, conhecendo o grau de evolução de um determinado indivíduo.

3. METODOLOGIA

O atual trabalho de conclusão de curso foi desenvolvido utilizando o método de pesquisa bibliográfica em sua metodologia. De acordo com Gil (2002, p. 44), a pesquisa bibliográfica “[...] é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Já para Severino (2007), a pesquisa bibliográfica é realizada pelo:

[...] registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utilizam-se dados de categorias teóricas já trabalhadas por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir de contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos (SEVERINO, 2007, p. 122).

A forma como a metodologia foi construída é de suma importância para este trabalho, além de servir como um breve caminho para executar o processo de pesquisa, também trouxe

à tona alguns trabalhos importantes que englobam um pouco sobre o tema desde trabalho, como Contribuição da atividade física para a qualidade de vida dos idosos: Uma Revisão Integrativa da Literatura e, Efeitos do exercício físico em idosos fragilizados: uma revisão sistemática. Estes trabalhos não só trouxeram uma base e construções de ideias, como também, trouxe um diálogo entre eles e a minha pesquisa, onde se complementam e se agregam para uma melhor fonte de conhecimento sobre o assunto discorrido.

Fazendo jus ao tem, que é efeitos dos exercícios físicos na vida dos idosos, o trabalho vem abordando pontos essenciais sobre o exercício físico em relação ao idoso, seu bem estar e sua qualidade de vida.

O atual trabalho também correlaciona o educador físico a esses exercícios e aos idosos, mostrando que a importância dele no acompanhamento e planejamento das práticas desses exercícios e, mostrando também a sua relevância em relação a qualidade de vida de idosos, que tão importante quanto a prática de um exercício. O profissional de educação física, é fundamental para coordenar, dirigir, programar, supervisionar e avaliar os trabalhos e programas, treinamentos, e elaborar informes pedagógicos, técnicos e científicos na área da prática de atividade física desporto e regular. (DIAS et al. 2007).

4. CONCLUSÃO

Ao término deste trabalho pode-se concluir que este estudo evidencia que o profissional do ramo da educação física é indispensável para a oferta e garantia de um bom acompanhamento e favorecimento da qualidade de vida da pessoa idosa, como diz o autor Dias e seus colaboradores (2007), pois são inúmeros os benefícios que estes trazem para a vida das pessoas nessa faixa etária de idade. Pode-se observar também que ao envelhecer o ser humano precisa realizar atividades cotidianamente, para que possa manter-se saudável e com isso ter boas condições de vida e qualidade também, como afirma os autores Moriguti e Ferrioli (1998) . Este trabalho foi confeccionado sob uma pesquisa bibliográfica que objetivou analisar os benefícios das práticas de educação físicas na melhoria da qualidade de vida dos idosos. Durante os estudos realizados buscou-se também verificar quais as contribuições do trabalho do Educador físico no processo de acompanhamento e favorecimento da qualidade de vida desse público alvo.

Diante do que foi estudado e citado por Pollock e Wilmore (1993), constatou-se que os exercícios físicos precisam ser ministrados por um profissional qualificado e que devem ser dosado de acordo com as possibilidades de cada idoso, para que este trabalho não se torne um motivo de piorar a vida do idoso.

Observou-se também alguns facilitadores para os idosos praticarem os exercícios físicos, dentre eles o bem estar na realização das atividades físicas, a comunicação entre os idosos, as vantagens ao corpo trazidas pelas atividades físicas, à adequação quanto ao horário e quantidade de exercícios físicos, companhia ao se exercitar e ter saúde.

Vale aqui ressaltar que esta pesquisa contribuiu muito no tocante a preparação profissional para o pesquisador, pois norteou o trabalho e as dúvidas que havia, foram sanadas diante das leituras e estudos realizados.

Por fim, pode se afirmar que o papel do educador físico é fundamental e indispensável para que os idosos realizem os exercícios sem que venha desenvolver nenhum problema de saúde. Por isso, só um educador que tenha o conhecimento dos benefícios e malefícios que um exercício físico pode trazer a um ser humano, deve e pode exercer o papel de conduzir um idoso na busca de uma qualidade de vida melhor e em consequência disto envelhecer com qualidade.

REFERÊNCIAS

ALVES ,H. B.; Vasconcelos. K. P.; Silva, C. T. L.; Bezerra, A. K.; Alvez, H. B. Revista Interdisciplinar em Saúde, Cajazeiras, 8 (único): 724-737, 2021, ISSN: 2358-7490

ARGIMON, I. I. L.; STEIN, L. M. Habilidades cognitivas em indivíduos muito idosos: um es- tudo longitudinal. Cadernos de Saúde Pública, v. 21, n. 1, p. 64-72, 2005. 23/08.

BORGES, M. R. D.; MOREIRA, A. K. Influência da prática de atividades Físicas na terceira idade: estudo comparativo dos níveis de autonomia para o desempenho nas AVDs e AIVDs entre idosos ativos fisicamente e idosos sedentários. Motriz, Rio Claro, v.15 n.3 p.562-573, jul./set. 2009. Disponível em: http://cac-php.unioeste.br/extensao/unati/arqs/UNATI_14.pdf. Acessado em: 04 abr.2022.

BRODY, Jane E. O livro de saúde The New York Times: como sentir-se em forma, comer melhor e viver mais. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

COSTA, L. M; Mattiello, N; Hoch, M. R; Bagnara, C. I. EFDeportes.com, Revista Digital. Buenos Aires - Año 17 - Nº 170 - Julio de 2012. <http://www.efdeportes.com/>

CARACCILO, M. Queima Calorias. Revista Saúde & lar. No773 – Março de 2012. Publicadora Servir. Sabugo.

CERVATO, A. M. At el. Rev. Nutr., Campinas, 18(1):41-52, jan./fev., 2005

DIAS, J. A., PEREIRA, T. R. M., LINCOLN, P. B., DA SILVA SOBRINHO, R. A. A importância da execução de atividade física orientada: uma alternativa para o controle de doença crônica na atenção primária. Lecturas: Educación física y deportes, (114), 59, 2007

Envelhecimento, idoso, velhice ou idade?. Portal do envelhecimento e longeviver, 2014. Disponível em: <https://www.portaldoenvelhecimento.com.br/envelhecimento-idoso-velhice-ou-terceira-idade/> Acesso em: 15/06/2022.

Exercícios aeróbicos e anaeróbicos: entenda as diferenças. Dr Carlos Mattos, Ortopedia e lesões esportivas, 2020. Disponível em: <https://drcarlosmattos.com.br/exercicios-aerobicos-e-anaerobicos-entenda-as-diferencas/> Acesso em: 27/08/2022.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo, SP: Atlas, 2002

GUCCIONE, Andrew A. Fisioterapia geriátrica. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002.

HASKEL, W. Atividade física e os dissemes dos alcances tecnológicos soviéticos. In: Artigos da Academia Americana de Educação Física: Atividade física em populações iniciais e modernas, 1998.

HOLLMANN, W. & HETTINGER, Th. Medicina do esporte. Rio de janeiro. Manole, 1983.

Idosos com meta de vida vive mais e melhor .Dr Rondó, s.d. Disponível em: <https://www.drondo.com/idosos-com-metas-de-vida-vivem-mais-e-melhor/#mobile-site-navigation> Acesso em: 02/09/2022.

KALACHE, A., Veras, R. P., & Ramos, L. B. (1987). O envelhecimento da população mundial: um desafio novo. Revista de Saúde Pública, 21(3), 200-210.

LIMA, Dartel Ferrari . Dicionário de esportes. Rio de Janeiro: Sprint, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em 06 abr. 2022.

MARCIEL, G. M. Motriz, Rio Claro, v.16 n.4, p.1024-1032, out./dez. 2010

MATSUDO, S. M. M, MATSUDO, V. K. R e BARROS, N. T. L. Efeitos benéficos da atividade física na aptidão física e saúde mental durante o processo de envelhecimento. Revista Brasileira de Atividade Física e Saúde. 2000, 5; 60-75;

MESSY J. APessoa idosa não existe. (Tradução JSM. Werneck). São Paulo: Aleph; 1999.

MORIGUTI, J.; LUCIF JR, N.; FERRIOLLI, E. Nutrição para idosos. São Paulo: Roca, 1998.

NETZ Y, WU MJ, BECKER BJ, TENENBAUM G. (2005). Physicalactivity and psychologicalwellbeingi. n advanced age: a meta-analysis of interventionstudies. PsycholAging, 20: 272-284. Doi:10.1037/0882-7974.20.2.272

NAHAS, M.V. (2001). Atividade física e saúde: conceitos e sugestões para um estilo de vida ativo. 3a ed. Londrina, 2001.

OGDEN, J. Psicologia da Saúde. Ed Climepsi.2a Edição. Lisboa. 2004.

PIKLES, B. Et al. *Fisioterapia na terceira idade*. 2. Ed. São Paulo: Editora Santos, 2000.

PITANGA, F. J. G. Epidemiologia, Atividade Física e Saúde. Artigo de Revisão. Revista Brasileira de Ciências e Movimento, vol. 10 no 3, Brasília 2002.

POLLOCK, M.; WILMORE, J. Exercício na saúde e na doença. 2 ed. Rio de Janeiro: MEDSI, 1993.

SPIRDUSO W. Dimensões físicas do envelhecimento. São Paulo: Malone, 2005

SEVERINO, A. J. Metodologia do Trabalho Científico. São Paulo, SP: Cortez, 2007

SCIANNIA, A. A.; Faria, G. S.; Silva, J. S.; Benficab, P. A.; Faria, C. D. C. M. Efeitos do exercício físico no sistema nervoso do indivíduo idoso e suas consequências funcionais. Revista Brasileira Ciência Esporte. 2019;41(1):81-95

SOUSA, A. S.; OLIVEIRA, S. O.; ALVES, L. H. A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos. Cadernos da Fucamp, v.20, n.43, p.64-83/2021

SILVEIRA, E. F; SOUZA, S. G. EFDeportes.com, Revista Digital. Buenos Aires - Año 19 - Nº 192 - Mayo de 2014. <http://www.efdeportes.com/> Acessado em: 28/10/2022

VELASCO, C. Aprendendo a envelhecer: a luz da psicomotricidade. São Paulo: Phorte, 2006.

VECCHIA, R. D., Ruiz, T., Bocchi, S. C. M., & Corrente, J. E. (2005). Qualidade de vida na terceira idade: um conceito subjetivo. Revista Brasileira de Epidemiologia, 8(3), 246-52.

VERAS, R. P; Oliveira. M. Ciência & Saúde Coletiva, 23(6):1929-1936, 2018

Vida saudável. Tribunal de Justiça do Distrito Federal, 2019. Disponível em;<https://www.tjdft.jus.br> Acesso em: 28/10/2022.

A IMPORTÂNCIA DA ANÁLISE DE CONTAS CONTÁBEIS EM UMA EMPRESA DO RAMO COMERCIAL NA CIDADE DE JACIARA – MT

Marques Semeão de Oliveira¹
Luciana Aparecida Augusta de Oliveira²
Alexandre Mezari²
Francisco Eudes Gomes de Lima²

¹Discente da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço, EDUVALE, Jaciara – MT, Brasil

² Docente dos cursos de Educação Física e Psicologia na Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço, EDUVALE, Jaciara – MT, Brasil.

Email autor correspondente: franciscoeudes@eduvalesl.edu.br

RESUMO

O presente trabalho apresenta um estudo sobre as análises das contas contábeis em uma empresa no ramo comercial da cidade de Jaciara-MT com o intuito de demonstrar o por que é importante fazer a análise das contas contábeis na empresa. Para esse estudo foi utilizado pesquisas bibliográficas, pesquisa de campo, pesquisas qualitativas e exploratórias, onde com a interpretação desses métodos foram importantes para realizar um levantamento acerca das contas contábeis que foram analisadas para entender qual a necessidade e importância de fazer essa conferência dentro da empresa. Por fim, como conclusão desse estudo concluiu-se que a análise de contas é muito importante para que a empresa obtenha resultados precisos e corretos, pois as contas influenciam em todo processo da organização e com os resultados corretos é possível analisar como a empresa está financeiramente por exemplo. Isso auxilia nas tomadas de decisão da gestão da organização, fazendo com que a medida que as contas são analisadas melhor será seu crescimento.

Palavras-chave: Análise. Contas Contábeis. Demonstrações. Balanço Patrimonial. DRE

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho visa trazer um estudo sobre a importância da análise de contas em uma empresa do ramo comercial na cidade de Jaciara-MT, onde foi evidenciado a maneira em que as contas são validadas e como elas vão impactar nos resultados da empresa. A análise de contas em uma empresa regimentada no ramo varejista, traz vários benefícios que serão citados no decorrer deste trabalho e assim demonstrar como são importantes tais contas e o papel que elas exercem dentro da organização.

A análise de contas é um processo de verificação dos lançamentos contábeis que foram feitos dentro do sistema contábil da organização, cada registro gera um fato contábil que poderá ser analisado futuramente caso necessário e também para gerenciar todas as movimentações contábeis da empresa. Por este motivo é muito importante que esses registros sejam feitos de forma correta, este é um problema que deve ser levado em questão na validação das contas contábeis. O analista contábil deve estar ciente de como cada conta contábil funciona e entender os processos contábeis da organização para auxiliar ao máximo nesse processo de conferência e manter os dados sempre atualizados e conferidos.

O objetivo final desse trabalho é ressaltar esse papel fundamental que as contas contábeis têm para a empresa trazendo um check list de rotinas que precisam ser analisadas para que no final de cada período contábil as informações geradas estejam corretas. Para chegar a esse objetivo foram utilizados os métodos de pesquisas bibliográficas para explicar os significados das contas contábeis citadas e como elas são estruturadas dentro do sistema contábil. Todas as informações da coleta de dados foram obtidas através da pesquisa de campo e da pesquisa qualitativa, entendendo que para esse estudo foi-se necessário a coleta dessas informações para auxiliar na solução do problema e nas dúvidas que surgiram durante a pesquisa de campo. A pesquisa exploratória foi necessária para aumentar os dados coletados, pois os dados foram coletados na organização pois assim como as contas precisam estar apuradas, os dados coletados neste estudo, também precisam estar e a pesquisa exploratória auxiliou essa coleta. Cada dado coletado, foi de suma importância para chegar à conclusão deste trabalho, para sanar as dúvidas de como é válido para a organização que esse processo

seja feito e no decorrer deste trabalho será explanado cada operação e como elas são realizadas para que no final os dados estejam apurados e assim possa gerar resultados precisos e confiáveis.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 O que é Controladoria

De acordo com Padoveze (2016, pag. 9) a Controladoria é o órgão administrativo responsável pela gestão econômica da empresa, com a finalidade de torná-la mais eficaz. A Controladoria tem como base científica a Ciência Contábil, na qual temos os fundamentos da gestão econômica. Diante disso a controladoria visa a criação de valor para a empresa e para os acionistas, valor esse que será obtido pelos gestores e líderes das diversas atividades desenvolvidas dentro da organização.

Para Nascimento, Reginato (2013, pag. 2) O papel da controladoria é apoiar o processo de tomada de decisão, com um auxílio de um sistema de informações que possibilite e facilite o controle operacional da organização, acompanhando as atividades da empresa. O setor da controladoria pode ter diversas funções, dependendo das dimensões da empresa e orientação vinda por parte da sua administração.

A controladoria visa promover eficácia nas tomadas de decisões da entidade, analisando quais são os objetivos que foram estabelecidos e trazendo soluções para que os resultados sejam alcançados. O departamento de controladoria tem a função de estudar as operações realizadas, as informações coletadas e repassar aos gestores para melhorar o processo decisório.

2.2 Estrutura das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis têm o papel de demonstrar como a empresa está na sua situação econômica, financeira e patrimonial, através dela é possível identificar a origem de seus fatos contábeis no determinado período em que foi elaborada a demonstração contábil.

Alves e Laffin (2018, pag. 14) citam que as estruturas das demonstrações contábeis trazem informações que estão no ativo, passivo, patrimônio líquido, receitas e despesas ou estão expostos os ganhos e perdas, mutações no capital próprio que

integralizam os proprietários, distribuições realizadas e fluxos de caixa, ou seja, nela consta a situação patrimonial e financeira da empresa e através dela é possível acompanhar o desempenho dentro de um período específico.

Conforme Ribeiro, Osni (2020, pag. 14) as demonstrações contábeis são estruturadas para analisar a posição patrimonial, financeira e também o desempenho da organização. Através das demonstrações contábeis é possível apresentar a movimentação da administração e o seu potencial na prestação de contas diante de todos os recursos e métodos que foram confiados a entidade.

2.3 Balanço Patrimonial

O balanço patrimonial nada mais é que a forma de evidenciar em um determinado período o Patrimônio Líquido da organização, onde nessa demonstração contábil deve conter tudo aquilo que é Bens e Direitos bem como também as Obrigações e por fim o Patrimônio Líquido da empresa.

Martins, Miranda e Diniz (2020, pag. 21) cita que todas as informações relatadas no balanço patrimonial são importantes para a tomada de decisão por parte dos usuários, pois é através dessas informações que eles chegam a conclusões sobre por exemplo a solvência da empresa, sua estrutura patrimonial ou até mesmo a rentabilidade da entidade.

2.4 Demonstração Resultado do Exercício – DRE

Na DRE temos uma forma esquematizada dos resultados que foram informados pela empresa em um determinado período. Esse resultado é apurado onde as receitas da entidade são diminuídas pelas despesas que também estão incluídos os custos da empresa e feito o cálculo temos o Resultado do Período.

Ribeiro, Osni (2020, pag. 47) enfatiza que a DRE é um demonstrativo contábil que elucida os resultados econômicos, seja ele prejuízo ou lucro de uma determinada entidade que informam as suas atividades durante um determinado período que pode ser um mês, um trimestre, um semestre ou até mesmo um ano.

IUDÍCIBUS, FARIA e MARION descrevem que a DRE é a principal demonstração dos fluxos contábeis da entidade, pois nela são comparados receitas e despesas que foram apropriadas e reconhecidas, resultando em determinado valor que

quando positivo refere-se as receitas que foram superiores as despesas, negativo quando acontece o inverso do resultado e, por fim, nulo, quando a igualdade nas receitas e despesas, onde nessa última opção é um caso mais raro, porém, aceito teoricamente.

2.5 Análise do Balanço e DRE

A análise do Balanço e da DRE é feita a partir do momento em que as contas contábeis são conferidas e analisadas. Por isso é importante a análise de tais contas, pois isso impactaria diretamente em um processo de tomada de decisão na empresa.

Sendo assim existe um prazo para que possa ser feito essa análise para não haver divergências ou algum tipo de erro que possa impactar na DRE ou no Balanço Patrimonial.

2.6 A Escrituração dos Documentos Fiscais

A escrituração dos documentos fiscais é através de um sistema integrado onde é feito lançamento de notas de entrada e saída, onde os usuários que são habilitados para essa função têm uma série de processos contábil de notas disponibilizados para escolher qual processo define o tipo de documento a ser escriturado dentro do sistema.

Este é um processo comum dentro da empresa e está relacionado a vários departamentos e a partir da escrituração que o sistema é alimentado com os dados que serão analisados nas contas contábeis

2.7 O Cálculo do Imposto

A partir do momento que os documentos fiscais foram incluídos no sistema, existe um parâmetro contábil chamado de regra fiscal que é analisado por um departamento específico que estuda as legislações tributárias para que no momento em que é dada entrada no documento fiscal conforme o processo contábil do mesmo, este calculará os devidos impostos.

Este processo é importante para que não haja divergência no cálculo dos impostos que serão pagos futuramente devido as leis tributárias e obrigações fiscais dispostas pelo estado onde a empresa está sediada.

2.8 Conciliação Contábil

O sistema é composto por parâmetros e processos contábeis que são incluídos para gerar a conciliação contábil para facilitar a análise das contas contábeis, para cada processo e parâmetro existe uma conta a ser conciliada.

O sistema é preparado com rotinas e pesquisas que validam cada procedimento realizado onde, se houver divergência, o analista da conta é responsável para analisar a situação e solucionar o caso.

3. METODOLOGIA CIENTÍFICA

Para o desenvolvimento do trabalho em questão, foi utilizado a pesquisa bibliográfica que segundo Lakatos e Marconi (2021, pag. 49) a pesquisa bibliográfica é um tipo de produção científica, baseada em textos de livros, artigos científicos, ensaios críticos, resenhas, resumos, dicionários, enciclopédias, jornais e revistas.

Esse tipo de pesquisa é importante para que o autor do trabalho tenha embasamento bibliográfico sobre qualquer tema em que o artigo será desenvolvido. Lakatos e Marconi (2021, pag. 216) citam que a pesquisa de campo contribui para no levantamento de dados no próprio local e onde os fatos ocorreram, esse tipo de pesquisa é utilizado para conseguir as informações sobre determinado assunto que necessita de respostas e que encontrado na pesquisa de campo. Esse tipo de estudo auxilia a sanar as dúvidas e questionamentos encontrados durante o processo da pesquisa através da coleta de dados. O método de pesquisa qualitativa foi aplicado neste trabalho e segundo Flick (2008, pag. 130) o estudo qualitativo pode atingir vários objetivos distintos, com base nas suas decisões o pesquisador montará um plano para estudo. Esse estudo é marcado pelo estudo de comportamentos, percepções e aspectos relacionados a um determinado procedimento e umas das suas prioridades é a observação e a conversa com seus indivíduos.

Para Gil (2017, pag.26) as pesquisas exploratórias buscam trazer mais familiaridade com os problemas que foram encontrados durante a pesquisa. Esse tipo de pesquisa é bastante flexível, pois nela é analisado vários aspectos até que o pesquisador consiga definir seus objetivos que foram motivados a elaborar o estudo.

A pesquisa exploratória gera uma afinidade maior entre o autor e o seu campo

de pesquisa, pois nesse método as pesquisas ocorrem mais de perto, o que exige do pesquisador se deslocar até a área de estudo para fazer o levantamento dos dados.

4. ANÁLISE DA COLETA DE DADOS

A coleta de dados ocorreu em uma empresa do ramo comercial de móveis e eletrodomésticos no departamento de controladoria onde a empresa está instalada na cidade de Jaciara no estado do Mato Grosso, com aproximadamente 450 funcionários. Esta é uma de suas filiais da rede, que conta hoje com mais de 300 filiais espalhadas pelo Brasil, sendo elas do ramo varejista, atacadista, indústrias, centros de distribuições e assistência técnica. As análises são feitas mesmo que não haja divergência, pois, o intuito da análise é evitar conflitos entre os processos contábeis para que o resultado final das contas seja o mais eficaz possível, demonstrando o real valor de cada conta contábil.

Quando há alguma divergência, as contas são analisadas de maneira mais minuciosas para descobrir qual o motivo do erro e solucioná-los para obter o saldo correto das contas.

4.1 Check List – Validação de Notas

Validação de notas sem movimentar estoque
3186.2 - Validação de Notas Emitidas
3352.2 - Validação de Notas Duplicadas
7302.2 - Validação de Todas as Notas
114.1 / 115.1 - Validação de Imposto de acordo com o CFOP
114.1 / 115.1 - Validação de Armazém Geral: 7033,7034,7035,7036
1860.2 - Notas emitidas com numeração duplicada
7151.2 - Validação de Transferências enviadas e recebidas

Fonte: da pesquisa

Conforme Silva (2019, pag. 218) o controle das entradas e saídas precisam ser

comprovadas com documentos que validam a movimentação como por exemplo, notas fiscais de compra e venda.

Estes são documentos são emitidos para a empresa ou a própria empresa as emite para fins fiscais, tributários e controle de estoque que registram as vendas do seu estoque mediante a saída dos produtos e documentos exigidos pelo governo para validar a movimentação de produtos e gerar os devidos tributos e afins.

E se tratando de uma empresa de ramo comercial esse fluxo no estoque precisa ser preciso, porque é nas vendas que o estoque movimenta e as demais funções da empresa conseguem se desenvolver.

Então neste check list é verificado o livro fiscal de entrada e saída de notas fiscais, esta rotina é feita para que todas as notas que foram registradas no sistema possam estar registradas de maneira correta, isso facilita a tomada de decisão da gestão da empresa.

Nascimento, Reginato (2013, pag. 109), citam que o conjunto dessas operações são chamadas de controle interno, onde nela é verificado por exemplo a quantidade de vendas de um determinado produto e se as saídas das mercadorias estão sendo realizadas corretamente e estão dando baixa no estoque da empresa.

4.2 Check List – Contas de Caixa e Fluxo de Caixa e Vendas (Receitas)

Títulos Cartão de Debito - Inclusão x Baixas (83.1 - Movimento Diário A Receber - Processo/Sintético)
Títulos Perdido - Inclusão x Baixas (83.1 - Movimento Diário A Receber - Processo/Sintético)
Saldo Negativo de Caixa (355.1 - Pesquisa Saldo Contábil por Filial)
Transferências de Numerios (C/C 8)
11907 - Transitória Vendas (355.1 - Pesquisa Saldo Contábil por Filial).
11914 - Transitória Caixa (355.1 - Pesquisa Saldo Contábil por Filial).
11915 - Transitória Recebimento (355.1 - Pesquisa Saldo Contábil por Filial).
11916 - Transitória Pagamento (355.1 - Pesquisa Saldo Contábil por Filial).
11917 - Transitória Compra a Vista (355.1 - Pesquisa Saldo Contábil por Filial).
11918 - Transitória Encontro de Contas (355.1 - Pesquisa Saldo Contábil por Filial).

Fonte: da pesquisa

Para Silva (2019, pag. 218) no fluxo de caixa está relacionado toda movimentação financeira de um determinado período e nele é exposto o saldo de caixa e seus recursos financeiros para entender a saúde financeira da empresa e todas as transações que nela são executadas.

Nelas estão relacionadas algumas contas de receita que são apresentadas na DRE e tem a função apresentas os valores financeiros seja eles recebidos ou gastos. Através dessa conferência é possível validar uma parte do que é movimentado nas contas de receita e balanço patrimonial da organização, isso é de suma importância para controlar o fluxo de caixa e a movimentação de tais receitas que são geradas na empresa e por isso são rotinas executadas diariamente para não haver divergências nas contas. Porque na empresa a saúde financeira conta muito para obter resultados e alcançar as metas que foram lançadas.

IUDÍCIBUS, FARIA e MARION (2018, pag. 189) relatam que nesse processo contábil o relacionamento entre as receitas e as despesas operacionais é importante para que a Demonstração dos Resultados esteja calculando corretamente ganhos e perdas e sempre relacionados a um mesmo período de referência para fazer a análise.

4.3 Check List – Contas de Despesas e Devoluções

1131107 - Devolução A Fornecedor (355.1 - Pesquisa Saldo Contábil por Filial).
1110216 - Trans. Renegociação de A Receber (355.1 - Pesquisa Saldo Contábil por Filial).
21620 - Telefone A Pagar (355.1 - Pesquisa Saldo Contábil por Filial).
21619 - Energia Elétrica A Pagar (355.1 - Pesquisa Saldo Contábil por Filial)
21516 - Processos Trabalhistas A Pagar (355.1 - Pesquisa Saldo Contábil por Filial).
21609 - Estágios Supervisionados A Pagar (355.1 - Pesquisa Saldo Contábil por Filial)
21603 - Entregas Terceirizados A Pagar (355.1 - Pesquisa Saldo Contábil por Filial)
213/21313 - Valores A Pagar Forn. Revenda/Ativo Imb./Diversos/Merc. Filiais/Forn. Filiais (355.1).
2160104 - Devolução de Venda (355.1 - Pesquisa Saldo Contábil por Filial).
2131501 - Partes Relacionadas a Pagar (355.1 - Pesquisa Saldo Contábil por Filial).
1121201 - Partes Relacionadas a Receber (355.1 - Pesquisa Saldo Contábil por Filial).
1131120 - Devolução a Fornecedor Partes Relacionadas (355.1 - Pesquisa Saldo Contábil por Filial).
2164402 - Adiantamento Partes Relacionadas (355.1 - Pesquisa Saldo Contábil por Filial).
11923 - Recompra (355.1 - Pesquisa Saldo Contábil por Filial).

Fonte: da pesquisa

Marion (2017, pag. 41) relata sobre as contas de despesas como formas de escriturar os gastos que são efetuados com aquisição de bens ou serviços para a empresa, esses gastos podem ser tonar despesas ou investimentos para a organização, isso vai depender para qual finalidade o valor foi usufruído.

Essa é uma conta contábil que demonstra todas as despesas gastas na empresa em determinado período.

Então está é uma rotina voltada para as contas de despesas e devoluções da organização, é por ela que se tem conhecimento de parte daquilo que é usufruído na empresa, seja como prestação de serviço, despesas em geral ou as devoluções de clientes e fornecedores. Essa conferência é necessária para controlar as despesas da entidade porque se trata de uma conta que vai parar na DRE da empresa e por isso sempre deve ser analisada de perto porque as despesas devem ser controladas para evitar gastos excessivos e que prejudiquem no seu lucro.

Ribeiro, Osni (2020, pag. 46) cita que essas são algumas contas de despesas que confrontadas com as contas das receitas vão gerar um resultado econômico seja ele lucro ou prejuízo, por isso é necessário a dedução dessas despesas para achar o resultado econômico.

4.4 Check List – Projeção Financeira a Receber e a Pagar

Projeção Devolução de Venda (Saldo Carteira 50,64,66,80,103)
Projeção Devolução de Compra (Saldo Carteira 49,90 - Relatório 2114)
Projeção A Pagar Adiantamento (8045.2 - Conferimento de Saldo A Pagar X Cont. Adiantamento.)
Projeção A Receber Adiantamento (8046.2 Conferimento Saldo A Receber X Cont. Adiantamento.)
Projeção A Pagar (7045.2 Conferimento Saldo A Pagar X Contábil.)
Projeção A Receber (7046.2 Conferimento Saldo A Receber X Contábil.)

Fonte: da pesquisa

Padoveze (2016, pag. 191) cita que a projeção dos demonstrativos contábeis está relacionada com o Balanço patrimonial, a DRE e o Fluxo de Caixa, como por

exemplo o Contas a Receber e a Pagar que está citado no Balaço patrimonial e na demonstração dos resultados onde e feito a estrutura de cada lançamento contábil gerando assim as projeções dos demonstrativos contábeis.

Esta é uma validação que vai impactar diretamente no balanço patrimonial da empresa, parte dos bens e direitos e obrigações estão nessas rotinas, ela é necessária para verificar se todos os processos de duplicatas a receber e a pagar estão parametrizados de forma correta e se foram lançados corretamente.

Para uma empresa no ramo comercial essas contas são necessárias, pois estão vinculadas com todo o processo de compra e venda e elas são usadas também no fluxo de caixa da empresa.

Para Padoveze (2016, pag. 189) as projeções financeiras são análises do Balanço e da Demonstração que mostram resultados que serão utilizados nas contas orçamentárias e por isso é feito essa projeção financeira com base nas informações que são geradas através das análises da saúde financeira da empresa.

4.5 Check List – Conciliação Contábil

1131014 - Conciliação Adiantamento Transporte - CC x Contábil - 6
11630 - Conciliação Cheque Devolvido em Transito - Conta saldo ZERO
21629 - Conciliação Cheque Em Transito - Contábil x Pendente
2160105 - Conciliação Entrega Futura - Contábil x Pendente
2160107 - Conciliação Entrega Futura - Contábil x Pendente
2160103 - Conciliação Venda A Vista - Contábil x Pendente
1110219 - Conciliação Trans. Núm. Caixa e Banco - Contábil x Pendente

Fonte: da pesquisa

A conciliação contábil é um relatório usado para fazer a comparação e a conferência entre os valores que foram debitados e os valores que foram creditados nas contas contábeis, como por exemplo as contas do fluxo de caixa, havendo divergências na conciliação, o erro precisa ser encontrado e corrigido a tempo para que as contas possam ser conciliadas corretamente.

A conciliação contábil é feita para depois que todas as demais rotinas foram corrigidas, pois aqui consta os parâmetros que são feitos entre as contas e validação é feita depois que as contas já estão conferidas. Nas conciliações constam as contas contábeis incluídas no sistema e essa rotina é importante para verificar relatórios de vendas, adiantamentos, conciliação bancária e afins. Todo o check list de maneira clara e sucinta estão interligados e fazem parte da análise de contas de uma empresa.

Padoveze (2016, pag. 227) enfatiza que as conciliações são utilizadas para melhorar a compreensão sobre o desempenho empresarial em áreas específicas organização, pois nesta análise existem elementos são importantes para entender os pontos e fracos e fortes nesse processo operacional.

4.6 Check List – Apuração de ICMS

A apuração de ICMS tem a finalidade de emitir um relatório que contém todas as notas de entrada e as notas de saída que foram emitidas dentro ou fora do estado em que a empresa está sediada. De forma geral esse cálculo é feito pelo sistema da empresa e soma-se os valores dos impostos das notas de saída e diminui pelo valor total dos impostos das notas de entrada.

Havendo um saldo maior nas entradas, o valor apurado entra como crédito para a empresa, que pode ser abatido nas apurações dos meses seguintes, caso seja maior os impostos das notas de saída, o valor é apurado como saldo devedor e deve ser pago para o estado com os demais impostos.

A rotina da Apuração de ICMS é um cálculo feito nas filiais da rede da empresa onde é auferido todos os débitos e créditos referentes ao imposto de ICMS, para que seja apurado o valor do imposto que deverá ser pago por filial. Para essa rotina existe um sistema específico para gerar as apurações onde nela será informado todas as notas fiscais com esse imposto e será calculado conforme a legislação exigida pelo estado em que a filial está sediada. Esta rotina é a última a ser validada pois, as demais rotinas, principalmente as que envolvem análise das notas fiscais, porque precisam estar corretas para que não haja divergências no momento em que for conferir as apurações. Por isso é muito importante que as apurações estejam corretas para que não haja problemas internos na organização, mas também com o estado.

5. CONCLUSÃO

Para concluirmos este estudo sobre as análises de conta, o motivo deste trabalho e escolha do tema é demonstrar as vantagens que podem ser encontradas no processo da análise de contas em uma empresa do ramo comercial, haja vista que um dos objetivos das análise é chegar a resultados precisos e claros sobre cada conta contábil. Aprendemos com esse estudo que a análise das contas contábeis é um ponto importante para toda a empresa que deseja ter um controle mais eficiente sobre seus resultados, balanço patrimonial e também nas tomadas de decisão da empresa, pois, com as contas analisadas e validadas e possível chegar a decisões mais específicas e corretas.

Este é o ponto positivo dessa análise, todavia para isso é preciso que a empresa invista em um sistema de qualidade que vai gerar as informações das contas com precisão e sem erros, caso gere as informações incorretas pode prejudicar o papel importante que está na análise de contas. A partir deste ponto podemos sugerir uma pesquisa também sobre a demonstração do resultado do exercício, a DRE, que é o relatório mais utilizado pelas empresas e que de forma direta trabalha com as contas contábeis e que gerar muito mais informações para os gestores e diretores das empresas.

REFERÊNCIAS

ALVES, Aline, LAFFIN, Nathália Helena Fernandes – **Análise das demonstrações financeiras** – Porto Alegre: SAGAH, 2018. ISBN 978-85-9502-742-8

Carlos, GIL, A. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa, 6ª edição**. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo GEN, 2017.

Flick, Uwe. **Introdução à Pesquisa Qualitativa**. Disponível em: Minha Biblioteca, (3ª edição). Grupo A, 2008.

IUDÍCIBUS, Sérgio de, FARIA, Ana Cristina, MARION, José Carlos, **Introdução à teoria da contabilidade: para graduação – 6. ed.** – São Paulo: Atlas, 2018, ISBN 978-85-970-1162-3

Marion, José C. **Introdução à contabilidade gerencial**. Disponível em: Minha Biblioteca, (3ª edição). Editora Saraiva, 2017.

Maria, LAKATOS, E. **Fundamentos de Metodologia Científica**. Disponível em: Minha Biblioteca, (9th edição). Grupo GEN, 2021.

MARTINS, Eliseu, MIRANDA, Gilberto José, DINIZ, Josedilton Alves, **Análise didática das demonstrações contábeis – 3. ed.** – São Paulo: Atlas, 2020, ISBN 978-85-97-02566-8

NASCIMENTO, Auster Moreira, REGINATO, Luciane, **Controladoria: um enfoque na eficácia organizacional – 3. ed.**, São Paulo: Atlas, 2013, ISBN 978-85-224- 7490-5.

PADOVEZE, Clóvis Luís, **Controladoria básica - 3. ed.** revista e atualizada, São Paulo: Cengage Learning, 2016. ISBN 978-85-221-2517-3

RIBEIRO, Osni Moura, **Noções de demonstrações contábeis** – São Paulo: Érica, 2020, ISBN 978-85-365-3228-8.

SILVA, Edson C. Da, **Como Administrar o Fluxo de Caixa das Empresas, 10ª edição.** Grupo GEN, 2018. ISBN 978-85-97-01552-2

ANALISE DAS ESPECIFICIDADES CONTÁBEIS NAS IGREJAS

Aline Luzia Felix ¹
Luciana Aparecida Augusta de Oliveira ²
Alexandre Mezari ³
Francisco Eudes Gomes de Lima ⁴

¹Discente da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço, EDUVALE, Jaciara – MT, Brasil

² Docente dos cursos de Educação Física e Psicologia na Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço, EDUVALE, Jaciara – MT, Brasil.

Email autor correspondente: franciscoeudes@eduvalesl.edu.br

RESUMO

O Terceiro Setor, surge em razão da carência de assistência social, educacional e cultural, por parte da sociedade, que não são atendidas pelo Estado. Delineado pela concepção de sustentabilidade, responsabilidade social, democracia e cidadania, na qual seus atos seguem o fundamento do altruísmo, da filantropia, da reciprocidade, dos costumes e tradições, religiosidade e cultural. O objetivo geral deste artigo é compreender a importância da avaliação de resultados de contabilidade, no Terceiro Setor, da necessidade da contabilidade e a obrigatoriedade dela para as igrejas, decorrente de um questionário aplicado às igrejas do município de Jaciara. A metodologia utilizada foi de cunho bibliográfico utilizando a abordagem exploratória qualitativa através dos dados coletados por meio de questionários com o intuito de compreender a pesquisa através de um estudo de caso. Nos resultados foram discutidos os dados e como a igreja deve manter uma contabilidade planejada, estruturada e organizada consoante as normas contábeis em vigor. Conclui-se que as organizações do terceiro setor, principalmente as organizações religiosas, têm como características distintas dos outros setores, pois são mantidas por meio de recursos de terceiros e a não obtenção de lucros, dessa maneira a prestação de contas torna-se essencial, visto que mediante isso devem transparecer confiabilidade nos fiéis.

Palavra-chave: Terceiro setor, organizações religiosas, contabilidade no terceiro setor, contabilidade nas organizações religiosas.

1.INTRODUÇÃO

O Terceiro Setor, para Rodrigues *et al.* (2016), surge em razão da carência de assistência social, educacional e cultural, por parte da sociedade, que por ventura não são atendidas pelo Estado (primeiro setor) ineficaz na sua obrigação de zelar ou pela iniciativa privada (segundo setor) mesmo que não seja obrigação desse setor.

Consoante a isso, para Ebsen et al. (2003), o patrimônio das igrejas, que é formado por bens, direitos e obrigações, sofre modificações no decorrer de períodos, portanto devem

ser registradas e acompanhadas pela contabilidade, que justifica, em suas demonstrações, a origem e a forma como são geridos e utilizados os recursos.

O artigo em questão, tem como intenção compreender a importância da avaliação de resultados de contabilidade, no Terceiro Setor, da necessidade da contabilidade e a obrigatoriedade dela para as igrejas, decorrente de um questionário aplicado às igrejas do município de Jaciara.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 O terceiro setor

Para Mendes (1999), a década de 70 marca o aparecimento, para o Brasil, do nomeado Terceiro Setor, ocupando um espaço o qual o setor público não se fazia presente, e se fundamentava na realização de atividades sociais como na defesa dos direitos humanos, na proteção do meio ambiente, assistência à saúde, suporte a populações carentes, educação, cidadania, direitos da mulher, direitos indígenas, direitos do consumidor, direitos das crianças etc

Como enfatizado por Paes (2013), esses organismos e organizações não substituem o Estado em sua incumbência de representante legal, procuram apenas subsidiar ações primárias fundamentando e fortalecendo suas características. Para Melo (2013), caracteriza-se Terceiro Setor de Privado, porém público. De acordo com CRC (2018), os recursos possuem origem da própria atividade, e também de doações, subvenções e financiamentos, públicos ou privados, e estes por meio da aplicação de tais valores inerentes destinado à manutenção do objetivo a qual foi instituída, de acordo com o estatuto. O superávit ao final de cada exercício não deve ser distribuído aos associados/membros, mas, sim, reinvestido nas suas atividades-fim, no país. (CRC Rio Grande Do Sul, 2018).

2.1.2 Definição de organização religiosa

Ames (2016), expressa que o termo religião, é dirigido a indivíduos se agrupam para prestar culto a um intuito comum, seguindo doutrinas, uso e costumes referentes com este propósito, e segundo Lott (2018), um membro ordenado mais conhecido como padre, pastor ou ministro religioso fica incumbido pelo cuidado pastoral do povo.

Em nosso território é crescente o número de organizações religiosas legalmente registradas, (IBGE, 2010). Com isso é imprescindível a ajuda de um profissional da área contábil, uma vez que acontece movimentação financeira este fato deve ser registrado e declarado com seus documentos adequados (SOUZA, 2013).

Como Oliveira; Romão (2011), afirmam ministros religiosos possuem a profissão equivalente ao autônomo, não constando vínculo empregatício.

No inciso 1º da Lei nº 10.825/03 expressa que “são livres a criação, a organização, a estruturação interna e o funcionamento das organizações religiosas, dessa forma é vedado ao poder público negar-lhes reconhecimento ou registro dos atos constitutivos e necessários ao seu funcionamento” (BRASIL, 2003)

2.1.3 A igreja como pessoa jurídica de direito privado

O código civil brasileiro no artigo 44 da lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002, expressa que são pessoas jurídicas de direito privado as associações, sociedades, fundações, partidos políticos, organizações religiosas e empresas individuais de responsabilidade limitada (BRASIL, 2002), mas de acordo com Vesco (2020), as igrejas podem se auto regulamentar, estabelecer sua estrutura interna e organização, desde de que siga a estrutura jurídica imposta pelo Código Civil, visto que em casos de demanda judicial as entidades religiosas também respondem em juízo, em razão disso a contabilidade de igreja deve ser realizada para cumprir a legislação fiscal (SILVA, 2017).

2.2 Norma brasileira de contabilidade aplicada ao terceiro setor

De acordo com Gonsalves; Parrão 2017 às entidades do terceiro setor se aplicam as Norma Brasileira de Contabilidade 10.19.1.6 das Entidades sem Finalidade de Lucros, de onde se tem:

Para Gollo *et al.* (2014), de maneira geral, é aplicada a essas entidades os princípios fundamentais de contabilidade, assim como as NBC e suas interpretações técnicas, as demonstrações contábeis deve prezar pelo regime de competência, Princípio de Entidade e registro do valor original (CRC RS,2018). E então procurando padronizar e distinguir algumas contas sucede uma mudança nas nomenclaturas através da Lei 6.404/1976 (BRASIL,1976), Lucro ou Prejuízo Exercício x Superávit ou Déficit Exercício, Lucro ou Prejuízo Acumulado x Superávit ou Déficit Acumulado.

2.3 A contabilidade na igreja

Para se falar em contabilidade em igrejas, conforme Stephano;Buesa (2013), vale ressaltar que a contabilidade não muda, é a mesma, logo pode-se averiguar por meio das Normas Brasileiras de Contabilidade (CFC, 2012).

A prestação de contas das igrejas, para Oliveira (2018);Ferreira (2018), é realizada de modo simples pelo Ministério da justiça, pelo Cadastro Nacional De Entidades Sociais (CNES), neste ato é obrigatório apresentação de relatório de atividades e demonstração de resultado do período FBC (2015).

2.4 Distinção entre imunidade e isenção

Conforme Gonsalves; Parrão (2017) deve se enfatizar, que as entidades do terceiro setor são incumbidas pelo bem estar social. Para então, o governo beneficiar de forma tributária esse grupo, permitindo a imunidade ou a isenção.

Ao Terceiro Setor destaca-se a lei complementar do Código Tributário Nacional (CTN,1966, art.9), que dispõe dos requisitos para enquadrar nas normas para isenção ou imunidade.

Artigo 150 constituição Federal é vedado:

VI - Instituir impostos sobre:[...] b) templos de qualquer culto;c) patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas

fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei.

No entanto, para a Escrituração Contábil Fiscal, é válida a partir do ano de 2015. Ainda que as igrejas sejam vistas pela legislação brasileira como entidades imunes à tributação do imposto de renda, isto não as isenta de demonstrar à Receita Federal suas movimentações.

2.5 Imunidade

Para Calado; Lobo (2017), as imunidades não possuem finalidade de prestigiar determinados entes, órgãos ou pessoas, e sim a natureza de proporcionar a defesa de determinadas concepções merecedoras desta tutela, isto é, não há regalia, mas sim a proteção de valores acordados como especiais para toda a sociedade. Mediante isso, o que é imune não poderá ser tributado, em razão de ser abrangido pela regra negativa de limitação ao poder de tributar.

2.6 Isenção

Cassone (2006), determina isenção como a dispensa legal do pagamento de determinado tributo, por via de regra atribuída em face do relevante interesse social ou econômico regional, setorial ou nacional.

Contudo, para Pereira *et al.* (2019), o que diferencia uma organização sem fim lucrativo como isenta ou imune é o fato de a isenção ser algo temporário, podendo existir delimitação de prazo, isto é, pode ser revogado, por sua vez a imunidade é permanente, alterada somente por lei. Mas de acordo com a Lei nº 9.532/97, têm-se em seu artigo 15.

2.7 Descumprimento dos requisitos

Conforme Santos (2017) aduz que, por essas instituições gozarem, na maioria das vezes, de imunidades e isenções, sofrem com maior rigidez do Fisco e do Ministério Público, bem como Oliveira, Rosa (2020) argumentam que, caso aconteça em determinado momento o descumprimento de quaisquer itens para enquadramento nas regras de isenção ou imunidade dos tributos os mesmos serão interrompidos e obrigatoriamente a organização deve realizar o recolhimento dos mesmos e repassar aos órgãos devidos.

3. METODOLOGIA

A metodologia ocorreu por meio de levantamento bibliográfico, método qualitativo, técnica, pesquisa de campo, e por intermédio disso foram consultados artigos de acesso livre, como Scielo, Science Direct, Google acadêmico. E também foram aplicados 11 questionários em igrejas distintas.

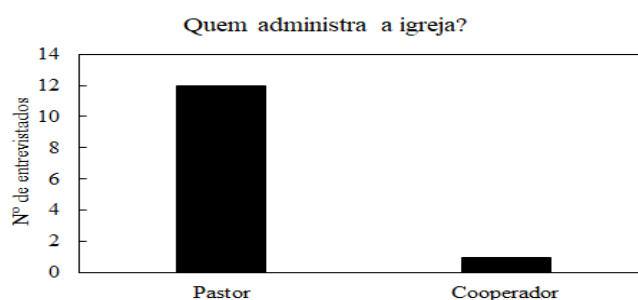
Mais relevante que a opção da abordagem metodológica, nas etapas de planejamento e execução da pesquisa, “os procedimentos devem ser expostos com

acessibilidade, para que o leitor acompanhe virtualmente as fases do processo” (CANZONIERI, 2010, p.17). Estas ações geram confiança na profundidade das informações apresentadas, e estas serão demonstradas através de gráficos simples de acordo com os dados quantificados no decorrer da pesquisa.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

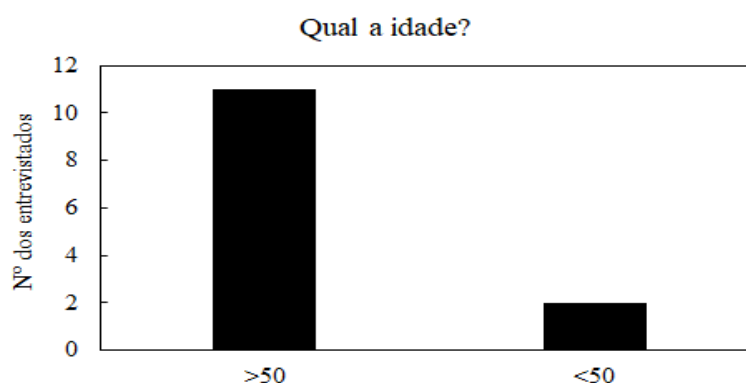
É possível afirmar, mediante análise das respostas dos responsáveis pela administração das igrejas entrevistadas que: em sua grande maioria toda renda da igreja provem de dízimos e ofertas, estes por sua vez é contabilizado e repassados para a manutenção da própria. Seguindo esta consoante é correto dizer que todo trabalho voltado a parte contábil é jurídico é de responsabilidade das igrejas Sede. Durante o levantamento de dados foram entrevistados 13 representantes legais ,na cidade de Jaciara através de questionário contendo 11 perguntas.

Diante da Figura 1 abaixo, têm-se o resultado da primeira pergunta do questionário e assim sucessivamente, e para questionar sobre quem administrava a igreja, a maioria deu-se por pastores, mais respectivamente 12 entrevistados e apenas 1 como cooperador.



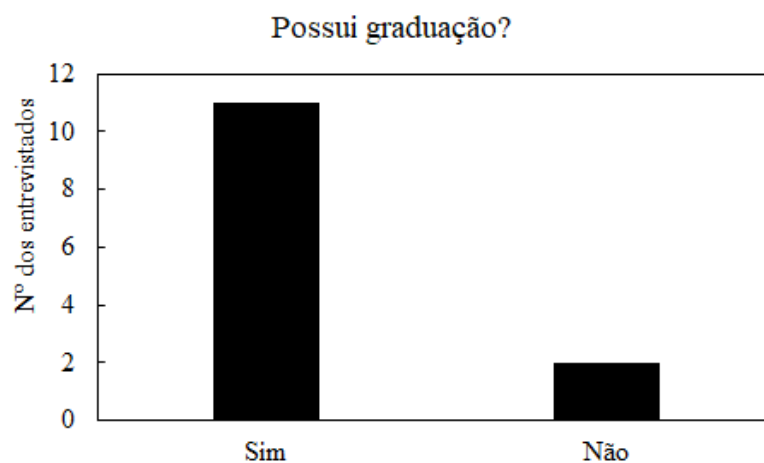
Fonte: Autora, 2021

Na Figura 2, aponta-se sobre a idade dos representantes das igrejas, e >50 obteve maior resposta com 11 dos entrevistados e apenas 2 com idade <50.



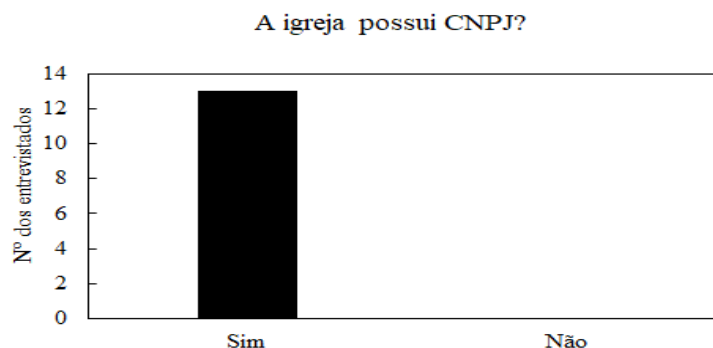
Fonte: Autora, 2021.

Na Figura 3, questiona-se sobre o grau de escolaridade desses representantes da igreja, de acordo com o resultado, 11 dos entrevistados possuíam graduação em teologia, enquanto 2 não possuíam.



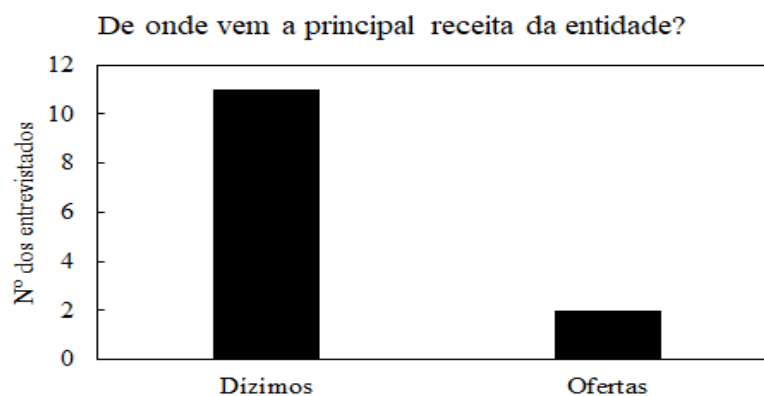
Fonte: Autora, 2021.

A Figura 4, remeteu a pergunta sobre quanto a igreja possuía CNPJ, e dos 13 entrevistados, todos disseram que sim. Nesse sentido, o principal requisito para as organizações religiosas, é a legalização como Pessoa Jurídica de Direito Privado, fornecendo assim, obrigações legais e fiscais aplicáveis às Pessoas Jurídicas (MONELLO, 2017a), e diante disso, essas organizações religiosas estão obrigadas a exigências legais, das quais são constituídas sob o manto confessional.



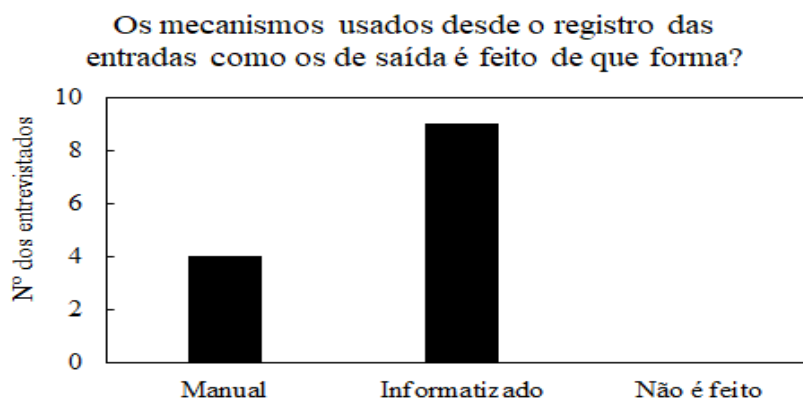
Fonte: Autora, 2021.

Na Figura 5, perguntou-se de onde vem a principal receita da entidade e 11 dos entrevistados responderam que de dízimos e 2 responderam que a partir de ofertas.



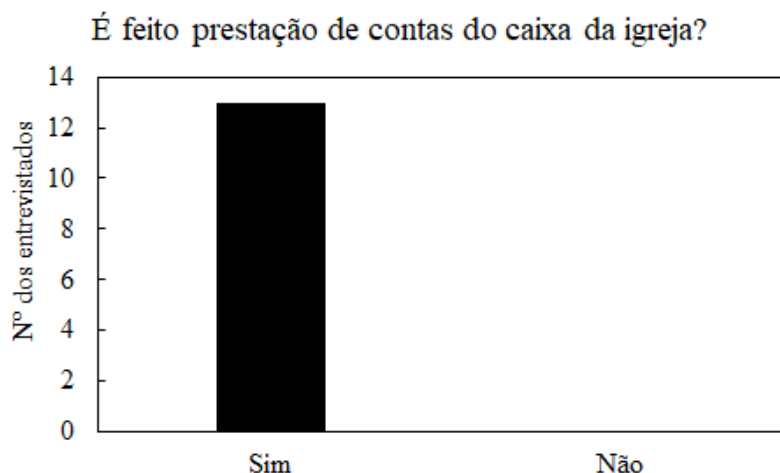
21.

Na Figura 6, questionou-se sobre os mecanismos utilizados quanto aos registros da entrada e saída, se são informatizados ou manuais, 4 disseram ser manuais enquanto 9 disseram ser informatizados



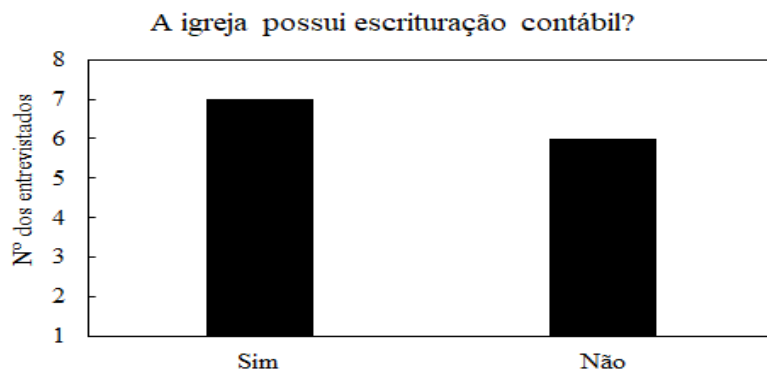
21.

Na Figura 7, expressa a prestação de contas do caixa da igreja, 13 confirmam que é realizada esse tipo de prestação de contas. Neste contexto, a prestação de contas torna-se uma ferramenta muito relevante para a transparência no que concerne ao processo de gestão, cujos relatórios realizados devem ser demonstrados aos usuários, sejam eles conselho fiscal, colaboradores remunerados ou voluntários, órgãos públicos, empresas privadas, doadores e sociedade civil (GIMENES, 2014, p. 137)



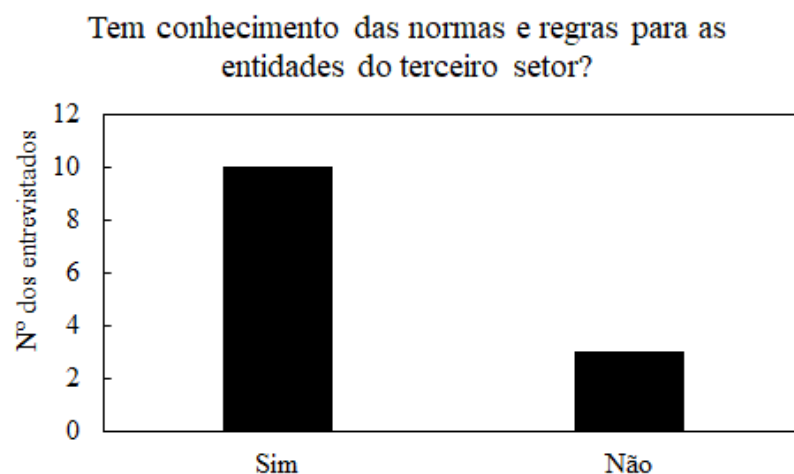
21.

A Figura 8, expressa quanto a escrituração contábil se a igreja possui, 7 afirmam possuir enquanto 6 não possuem.



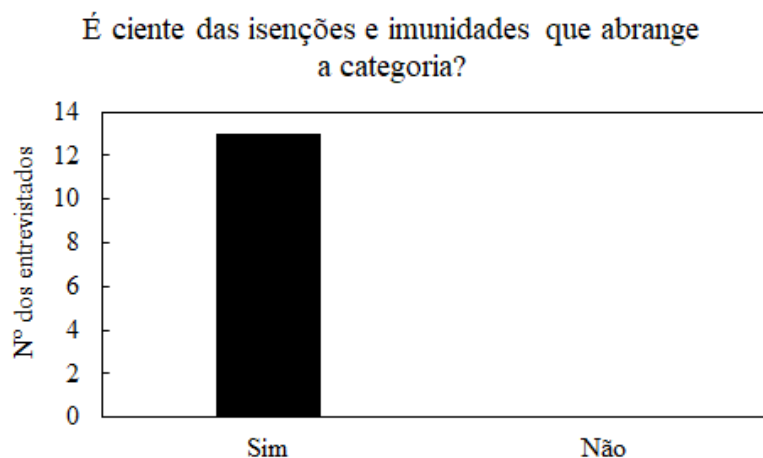
21.

A Figura 9, expressa se a igreja possui conhecimento a respeito das normas e regras do 3º setor, e 10 possuem conhecimento enquanto 3 não sabem. Mediante a este fato de desconhecimento



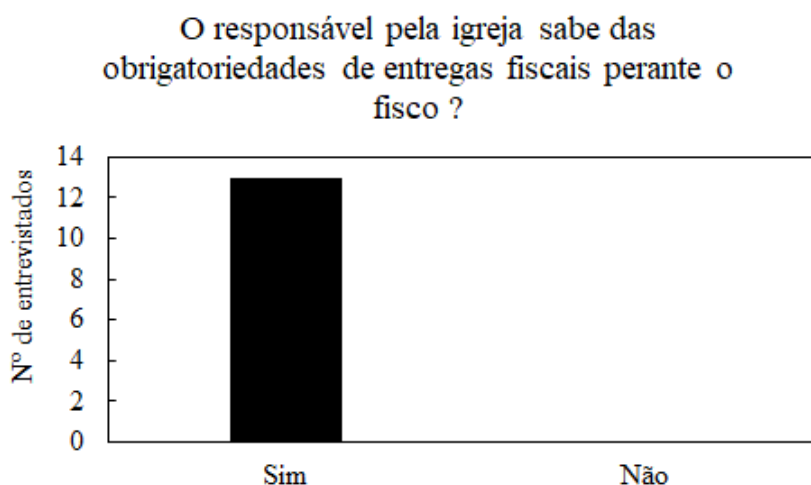
21.

A Figura 10, questionou se a igreja é ciente das isenções e imunidades que a categoria possui, 13 dos entrevistados disseram que sim, pois além das arrecadações a partir de doações dos fiéis e entidades privadas, a “doação” por parte da união, estados e municípios, fundamentada em algumas imunidades tributárias e até mesmo isenções, fazem parte da composição da máquina monetária que sustenta essas instituições.



21.

E por último, na figura 11, questionou-se sobre as entregas fiscais perante o fisco, 13 dos entrevistados entendem a importância da responsabilidade da igreja mediante a essas obrigações fiscais, mostrando que apesar de uma grande parcela das organizações religiosas terem dívidas com a união, as igrejas questionadas possuem em seu corpo administrativo e eclesial, a sabedoria e entendimento da obrigação fiscal perante o fisco.



21.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As organizações do terceiro setor, principalmente as organizações religiosas, têm como características distintas dos outros setores, pois são mantidas por meio de recursos de terceiros e a não obtenção de lucros.

Em vista dos aspectos econômicos da igreja, devem conduzir dentro dos padrões éticos e seguindo a gestão contábil do modelo que a igreja constituir, e é a partir daí que a

contabilidade atua tanto na prestação de contas, como também para fins de isenção de imposto de renda, controle de patrimônio e Demonstrações financeiras.

Esse artigo teve como finalidade compreender as igrejas através do estudo de caso nas mesmas e como parte do 3º setor e como esta deve alicerçar a transparência e o cumprimento das exigências legais, aplicada às organizações religiosas, e isso foi refletido através do artigo, a compreensão gradual destas perante a relevância da contabilidade nesse setor.

REFERÊNCIAS

- AMES, J. L. Religião e política no pensamento de Maquiavel. *Kriterion: Revista de Filosofia*, v. 47, p. 51-72, 2006.
- BRASIL. DECRETO Nº 6.306, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2007. Disponível em: planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6306.htm. Acesso em: 08/10/2021.
- BRASIL. LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406compilada.htm. Acesso em: 08/10/2021.
- BRASIL. LEI Nº 12.101, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12101.htm. Acesso em: 08/10/2021.
- BRASIL. LEI Nº 8.906, DE 4 DE JULHO DE 1994. Disponível em : < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8906.htm. Acessado em: 08/10/2021.
- BRASIL. LEI Nº 9.532, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1997. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9532.htm. Acesso em: 08/10/2021.
- CALADO, L. B.; LOBO, L. DE T. Templos religiosos e a imunidade tributária constitucional. *Etic-encontro de iniciação científica*-ISSN 21-76-8498, v. 13, n. 13, 2017.
- CAMARGO. M. Fundamentos da ética geral e fundamental. 4. ed. revista e ampliada, São Paulo: Atlas S.A 2001.
- CANZONIERI, A. M. Metodologia da Pesquisa Qualitativa na Saúde. Petrópolis: Vozes, 2010.
- CASSONE, V. Direito Tributário: fundamentos constitucionais da tributação, definição de tributos e suas espécies, conceito e classificação dos impostos, doutrina, pratica e jurisprudência. 17 ed. São Paulo: ATLAS, 2006.
- CFC. Conselho Federal de Contabilidade. Disponível em: <https://cfc.org.br/>. Acesso em: 08/10/2021.
- CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO TOCANTIS, 2018 Disponível em: https://crcto.org.br/administracao/files/files/Apostila_Terceiro_Setor_Sind_Contabilistas.pdf. Acesso em: 06/10/2021.
- CRC DO RIO GRANDE DO SUL. Terceiro Setor Guia de orientação para o profissional da Contabilidade. 2018. disponível em: http://www.crcrs.org.br/arquivos/livros/livro_3setor.pdf
- DA SILVA, M. A. Administração eclesástica: lideranças em atualização. Editora Dialética, 2020.
- DA SILVA, P. K. F. *et al.* Práticas contábeis adotadas por entidades do terceiro setor: uma análise junto a templos religiosos de Pernambuco à luz da itg 2002. *Revista Evidenciação Contábil & Finanças*, v. 5, n. 3, p. 123-139, 2017.
- DA SILVA, S. A. Entidades não governamentais sem fins lucrativos, 2008.

- DAL VESCO, A. Fundamentos do terceiro setor:(entidades sem fins lucrativos), 2020.
- DE CONTABILIDADE, Conselho Federal. Manual de contabilidade do sistema CFC/CRCs. 2009. Disponível em: https://cfc.org.br/wp-content/uploads/2018/04/1_manual_cont.pdf. Acesso em: 08/ 10/ 2021..
- DE OLIVEIRA, D. D. *et al.* A contabilidade e a prestação de contas no terceiro setor: Estudo de Caso em uma Organização Religiosa Católica. Revista Transformar, v. 12, n. 1, p. 303-320, 2018.
- DE OLIVEIRA, T. S. A.; ROSA, S. M. Análise da interpretação técnica geral 2002 (r1) – entidades sem finalidade de lucros e do impacto financeiro pelo descumprimento das obrigações acessórias aplicadas ao terceiro setor com ênfase em uma organização religiosa. Revista Eletrônica de Ciências Contábeis, v. 9, n. 2, p. 270-302, 2020.
- DE SOUZA, S. P. O novo perfil do profissional de contabilidade na nova era. Revista científica semana acadêmica. Fortaleza, ano MMXII, n. 000017, 2013.
- DOS SANTOS SARACENO, D.V. O papel do terceiro setor na questão do desenvolvimento regional e local, 2020.
- FRANDOLING, A. C.; PAES, J. E. S. Remuneração dos dirigentes e a manutenção das imunidades e isenções tributárias no terceiro setor, 2019.
- GOLLO, V.; SCHULZ, S. J.; DA ROSA, F. S. Evidenciação contábil em entidades brasileiras de terceiro setor: adequação às normas brasileiras de contabilidade. ConTexto, v. 14, n. 27, 2014.
- GONSALVES, Giovanna Santos; PARRÃO, Juliene Aglio Oliveira. As instituições sem fins lucrativos e as obrigações contábeis acessórias: análise da contabilidade no terceiro setor a partir das igrejas católicas da região da alto sorocabana. Etic-encontro de iniciação científica-issn 21-76-8498, v. 13, n. 13, 2017.
- IBGE. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/apps/atlas/pdf/Pag_203_Religi%C3%A3o_Evang_miss%C3%A3o_Evang_pentecostal_Evang_nao%20determinada_Diversidade%20cultural.pdf>. Acessado em: 01/10/2021.
- ICHIHARA, Y. Imunidades Tributárias. São Paulo: Atlas, 2000.
- LAFFIN, M.; EBSEN, K.S. Terceiro Setor e Contabilidade: compilações de uma pesquisa. Revista Contemporânea de Contabilidade, v. 1, n. 1, p. 11-28, 2004.
- LOTT, F. Z. O trabalho dos pastores de igrejas pentecostais não denominacionais, 2018.
- MANUAL DE PROCEDIMENTOS PARA O TERCEIRO SETOR: aspectos de gestão e de contabilidade para entidades de interesse social, Brasília: CFC : FBC : Profis, 2015.
- MENDES, L. C.A. Visitando o "terceiro setor"(ou parte dele), 1999.
- OLIVEIRA, A. de; ROMÃO, V. Manual do terceiro setor e instituições religiosas: trabalhista, previdenciária, contábil e fiscal. São Paulo: Atlas, 2011
- OLIVEIRA, D. L.S. de. A percepção das empresas de serviços contábeis quanto aos aspectos tributários e contábeis de entidades do terceiro setor, 2018.
- OLIVEIRA, S. V. F. de. Contribuição social sobre o lucro líquido: a tributação progressiva como alternativa para concretização do estado social, 2019.
- SANTOS, L. de A. Terceiro Setor – Principais Obrigações Acessórias, 2017. Disponível em: <<https://www.contabeis.com.br/artigos/3805/terceiro-setor-principaisobrigacoes-acessorias/>>. Acesso em: 08/10/2021.
- SILVA, A. F. A.; BÔAS, R. V. V. O estado estratégico e a participação social do terceiro setor. RFD-Revista da Faculdade de Direito da UERJ, n. 38, p. 185-205, 2020.
- SILVA, E. B. da. A Contabilidade como Instrumento de Gestão e Controle em uma Organização Religiosa do Terceiro Setor.

Programa de Pós-Graduação (Setor de Ciências Sociais Aplicadas. Departamento de Contabilidade). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

SILVA, J. M. da. Isenções e imunidades tributárias do terceiro setor: estudo da contribuição para o financiamento da seguridade social aplicada nas instituições de ciência, tecnologia, pesquisa e inovação, 2019.

SOARES, C. F. A.; SOUZA, L. B. W. O terceiro setor as imunidades tributárias das instituições filantrópicas, 2017.

SOUZA, F. F. de *et al.* Manual de controle patrimonial: uma contribuição à divisão de patrimônio da Universidade Federal Da Paraíba a partir do novo plano de contas aplicado ao setor público, 2017.

STEPHANO, J. Y. K.; BUESA, N. Y. Contabilidade do terceiro setor: enfoque na contabilidade das igrejas de Cotia e Itapevi. Revista Eletrônica Gestão e Negócios, v. 4, n. 1, p. 1-34, 2013.

GIMENES, É. R. Transparência na Prestação de Contas por organizações do Terceiro Setor. Revista Urutaguá – acadêmica multidisciplinar. DCS/UEM, v.4, n.1, p. 130-140, dez. 2014. Disponível em: <eduem.uem.br/ojs/index.php/Urutagua/article/viewFile/6493/5220>. Acesso em: 05/10/2021.

MONELLO, S. R. A Organização Religiosa, Seu Estatuto e Suas Obrigações Legais. 2017a. Disponível em: <www.advocaciasergiomonello.com.br/.../59-a-organizacao-religiosa-seu-estatuto-eseu....> Acesso em: 06/10/2021.

ANÁLISE COMPARATIVA DO REGIME CELETISTA E DO REGIME ESTATUTÁRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DA PREFEITURA DE JACIARA- MT

Camila Celuppi¹

Fabiana Kely dos Santos Reis²

Francisco Eudes Gomes de Lima²

Diego Campos Pereira²

¹Discente da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço, EDUVALE, Jaciara – MT, Brasil

² Docente dos cursos de Educação Física e Psicologia na Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço, EDUVALE, Jaciara – MT, Brasil.

Email autor correspondente: diego@eduvalesl.edu.br

RESUMO

Este artigo tem por objetivo mapear as principais diferenças entre o regime estatutário dos servidores públicos da cidade de Jaciara – MT e o regime celetista. Ele aborda conceitos de regime estatutário e celetista, bem como um breve resumo histórico de ambos, também as principais diferenças entre os direitos dos servidores públicos da Prefeitura de Jaciara-MT e dos trabalhadores da iniciativa privada. Para o desenvolvimento deste trabalho, usou-se de pesquisa documental e bibliográfica para os dados históricos e comparativos. O método de pesquisa utilizado foi o básico qualitativo e a técnica utilizada foi a de coleta de dados, feita de forma documental com a análise comparativa entre holerite celetista e estatutário, com a finalidade de comparar as características presentes que constroem o regime jurídico a que pertencem, bem como as principais diferenças entre os dois regimes, por meio da análise do recibo de pagamento de um servidor em regime estatutário. Apresenta-se neste trabalho uma tabela comparativa, podendo ver com clareza quais as principais diferenças entre o regime Estatutário e o Regime Celetista. Com base nas informações levantadas, observa-se a importância do estudo sobre o assunto no meio acadêmico e torna-se pertinente a constante evolução dos direitos trabalhistas de ambos os regimes, visto que em alguns casos o regime estatutário sobrepõe o celetista, em outros casos, o celetista leva mais vantagem sobre o estatutário, e em outras situações, há um equilíbrio justo entre os dois regimes.

Palavras-Chave: Diferença. Servidores Públicos. Trabalhadores Celetistas.

ABSTRACT

This article aims to map the main differences between the statutory regime of public servants in the city of Jaciara - MT and the CLT regime. It addresses concepts of statutory and CLT regime, as well as a brief historical summary of both, as well as the main differences between the rights of public servants in the City of Jaciara-MT and workers in the private sector. For the development of this work, documental and bibliographic research was used for historical and comparative data. The research method used was the qualitative basic and the technique used was the data collection, made in a documentary way with the comparative analysis between CLT and statutory payslips, in order to compare the present characteristics that build the legal regime to which they belong. , as well as the main differences between the two regimes, through the analysis of the payment receipt of a civil servant under the statutory regime. A comparative table is presented in this work, where you can clearly see the main differences between the Statutory regime and the Celetista regime. Based on the information gathered, the importance of the study on the subject in the academic environment is observed and the constant evolution of labor rights of both regimes becomes relevant, since in some cases the statutory regime overlaps the CLT, in other cases , the CLT takes more advantage over the statutory one, and in other situations, there is a fair balance between the two regimes.

Keywords: Difference. Public Servants. Celestial Workers.

1 INTRODUÇÃO

A busca pela estabilidade profissional tem levado as pessoas cada vez mais quererem uma aprovação em concurso público, fato este que tem elevado cada vez mais o nível exigido de conhecimento e, conseqüentemente, de concorrência. O que leva ao questionamento de vantagens e desvantagens do Regime estatutário, bem como vantagens e desvantagens do regime celetista.

O referencial teórico deste trabalho traz visões de diferentes autores sobre este tema, proporcionando maior credibilidade e consolidação, pois foi preocupação maior buscar bases e referências fidedignas para a sua construção e sustentação, com informações de qualidade e recentes, pois são inúmeras as referências e a produção das mesmas são constantes.

Um estudo analítico, baseado nas leis brasileiras vigentes, foi feito sobre o Regime Celetista e o Estatutário, trazendo para este trabalho as principais características e diferenças

entre eles, sendo acompanhado das particularidades do Estatuto dos Servidores do Município de Jaciara.

Foi realizado também um estudo da caracterização do vínculo empregatício de ambos os regimes, bem como a remuneração e as parcelas salariais, estabilidade, FGTS e direitos trabalhistas no geral. Uma análise a partir da coleta de dados de um holerite de servidor público em comparação com o regime celetista foi feito para sintetizar, na prática, as reais diferenças entre esses dois regimes.

Esse holerite analisado trouxe, na prática, a jurisprudência citada neste trabalho, à cerca da remuneração, pois torna-se imprescindível a veracidade observada na sua análise. O holerite estatutário apresentado nesta pesquisa, baseado na Lei do Estatuto do Servidor 8.112/90, permite uma análise com visualização prática dos direitos à cerca da remuneração no regime estatutário, em comparação com o regime celetista.

E, por fim, a comparação entre os dois regimes, em uma tabela comparativa que demonstra com mais clareza as divergências entre os regimes, sendo possível compreender quais são as vantagens e desvantagens de optar por algum desses regimes quando a carreira profissional precisar ser questionada.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Regime Jurídico

De acordo com Filho (2010): "Regime jurídico, como se sabe, é o conjunto de regras de direito que regulam determinada relação jurídica [...]". E é justamente no regime jurídico que consta os deveres e direitos das partes envolvidas.

Para os empregados de empresas privadas o regime jurídico aplicado é o Decreto-Lei nº 5.452/43, ou seja, a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT que se dá através de contrato de trabalho. Enquanto que o regime jurídico adotado para servidores públicos é o regime estatutário regulamentado pela Lei Federal 8.112/90, além das garantias conferidas pela Constituição Federal.

2.2 Regime Celetista

O regime que respalda o vínculo empregatício dos trabalhadores de empresas privadas é o Celetista. Este regime é a principal referência dos trabalhadores, pois é regido pela

Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT, que surgiu com o Decreto-Lei de caráter geral nº 5.452 de 1º de Maio de 1943, estando estes ainda submetidos às normas constitucionais previstas na Constituição Federal – CF.

No art. 2º da Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT – diz que “considera-se empregador, a empresa, individual ou coletiva, que, assumindo os riscos da atividade econômica, admite, assalaria e dirige a prestação pessoal de serviço”. Nascimento (2008) resume que “empregador é o ente, dotado ou não de personalidade jurídica, com ou sem fins lucrativos, que tiver empregados”.

Nascimento (2008) também define o conceito de empregado de forma sucinta como “o empregado é um trabalhador que presta seus serviços pessoalmente e ele irá efetuar as suas atividades e não tem a autonomia para escolher a maneira como realizará o trabalho”.

O contrato de trabalho é lavrado e assinado pelo trabalhador contratado por uma empresa privada, que, Segundo Führer (2011) é o ajuste das vontades do empregado, que se compromete a prestar os serviços subordinados, não eventuais, ao empregador que, mediante pagamento de salário, assumirá sua parte no contrato, podendo este ser demitido com ou sem justa causa.

A Consolidação das Leis Trabalhistas delineia o contrato de trabalho, na letra da Lei, em seu art. 442º que “O Contrato de trabalho é um acordo tácito ou expresso, correspondente a relação de emprego”.

A Legislação Trabalhista passou por algumas mudanças, sendo a mais recente reforma, atualizada pela Lei 13.467 de 13 de julho de 2017, entrando em vigor em 11 de novembro do mesmo ano, sendo estabelecido princípios como liberdade, segurança jurídica e simplificação, considerados em diversas normas constitucionais.

Além disso, a CLT determina que o trabalhador tenha direito a receber pelo menos um salário mínimo, férias, décimo terceiro salário, acesso ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS e aposentadoria pelo Instituto Nacional do Seguro Social- INSS.

2.3 Regime Estatutário

O regime estatutário inicia através de concurso público, feito pela administração pública, para a contratação dos servidores, bem como a aprovação do estágio probatório para a aquisição da estabilidade, conforme Lei Federal nº 8112/90, além das garantias conferidas

pela Constituição Federal, o Regime Estatutário pode conter regras específicas conforme a região e o cargo em questão.

O Plano de Cargos, Carreiras e Salários, Lei Municipal nº 1.456/2012, regulamenta os cargos efetivos e normatiza o desenvolvimento dos servidores públicos, conforme a Lei 1208/09, em seu art. 3º XIV:

É o conjunto de normas que disciplinam o ingresso no serviço público instituem oportunidades e estímulos ao desenvolvimento dos servidores municipais de forma a contribuir com a qualificação dos serviços prestados pelos órgãos e instituições, constituindo-se em instrumento de gestão da política de pessoal.

O regime estatutário, ou seja, regido pelo Estatuto do Servidor Público, é o regime que regulamenta os direitos, deveres e obrigações entre a administração pública e os servidores públicos, sejam eles federais, estaduais ou municipais.

Para Filho (2010) os servidores públicos são:

Todos os agentes que, exercendo com caráter de permanência uma função pública em decorrência de relação de trabalho, integram o quadro funcional das pessoas federativas, das autarquias e das fundações públicas de natureza autárquica.

O Estatuto do servidor da Prefeitura de Jaciara-MT que está em vigor, é a Lei nº 1208 de 03 dezembro de 2009, que reformula Estatuto dos Servidores Públicos do município de Jaciara – MT, a Lei Municipal nº 470/1991, de natureza Estatutária, não podendo este ser alterado de forma livre com o consentimento do servidor. A única forma de alteração dar-se-á por intermédio da alteração da lei, de maneira unilateral.

3. PRINCIPAIS DIFERENÇAS

3.1 Estabilidade e Demissão/Exoneração

No regime celetista, a rescisão de contrato de trabalho é a formalização do término do vínculo empregatício, ou seja, o fim da relação de trabalho por vontade do empregado ou do empregador. Quando rescindido o contrato de trabalho por qualquer uma das partes, fica o empregador obrigado a honrar com os direitos do empregado, estabelecidos na CLT, conforme assegura o art. 477º:

Na extinção do contrato de trabalho, o empregador deverá proceder à anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social, comunicar a dispensa aos órgãos competentes e realizar o pagamento das verbas rescisórias no prazo e na forma estabelecidos neste artigo.

A rescisão contratual pode ser por justa causa, sem justa causa, conforme art. 482 da CLT, ou ainda uma rescisão indireta, quando o empregador não cumpre os termos estabelecidos no contrato. Com a Reforma Trabalhista agora também é possível a rescisão por acordo mútuo, conforme define o art. 484-A, incluído pela Lei nº 13.467/2017, chamada de demissão consensual que garante alguns benefícios ao trabalhador, sendo eles menores do que em caso de demissão sem justa causa.

A estabilidade do servidor público, é adquirida após três anos de estágio probatório e está vinculada ao concurso público, previsto na Constituição Federal - CF. Tendo como objetivo maior, segundo Nascimento (2008), “garantir a continuidade do serviço público, também a garantir ao servidor condições e maior segurança para a realização das suas funções”, considerando que as suas atividades devem ser somente em prol da sociedade, pois não abre precedente para a pressão política.

Oliveira (2020) define a estabilidade do servidor público:

A estabilidade é a garantia de permanência no serviço público reconhecida ao servidor público estatutário, ocupante de cargo efetivo, após três anos de efetivo exercício da função e aprovação na avaliação especial de desempenho (art. 41 da CRFB).

Oliveira (2020) reitera que o servidor estável possui garantia de permanência no serviço público, salvo em algumas situações em que a administração pode determinar a perda do cargo, pois são atos punitivos que dependem de infração funcional grave por parte do servidor, como o processo judicial transitado em julgado, mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa, mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa, ambos conforme art. 41, § 1º, I e II da Constituição Federal.

Já o empregado celetista não possui garantia de estabilidade em sua carreira, mas Führer (2011), explica que terá estabilidade somente situações específicas, sendo elas na condição de gestante, desde a gestação até o quinto mês após o parto. Diretor e suplente da CIPA – Comissão Interna de Prevenção de acidentes, desde o registro da candidatura até um ano após o seu mandato.

Ainda segundo Führer (2011), também terá estabilidade o trabalhador acidentado, pelo prazo de 12 (doze) meses, após cessação do auxílio doença e trabalhador dirigente sindical, a partir da candidatura, até um ano após o final do mandato.

3.2 FGTS e Seguro Desemprego No Regime Celetista

O trabalhador celetista, diferentemente do servidor público, tem direito legal sobre o FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. O art. 7º, III, da CF/88, garante aos trabalhadores quando diz que “são direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: [...] III - fundo de garantia do tempo de serviço.”

Führer (2011) define o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço como “um pecúlio formado compulsoriamente pelo empregador, em nome do empregado, depositada em conta vinculada”. O que garante um montante financeiro ao trabalhador celetista, em caso de demissão, ou em casos específicos de saque.

Também é direito do trabalhador do regime celetista, demitido sem justa causa ou de forma indireta, o Seguro Desemprego, regulamentado pela Lei 7.988/90, na base do art. 2º que garante assistência financeira temporária ao trabalhador desempregado, de forma continua ou alternadas, contadas da data de dispensa, e garantido ao trabalhador o valor mínimo de um salário mínimo vigente.

3.3 Da Remuneração e Horário de Trabalho

Ao trabalhador celetista é garantido o reajuste salarial, conferido através de Convenções Coletivas de Trabalho, que reúne as regras trabalhistas de cada categoria profissional, acordadas entre sindicato laboral e patronal, onde são discutidos e acordados esse e outros direitos do trabalhador regido pela CLT.

A CF prevê a forma pela qual deve proceder a remuneração dos funcionários públicos, conforme o art. 37º, X:

A remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o §4º do art. 39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privada em cada caso, assegurada revisão geral, sempre na mesma data e sem distinção de índices.

O aumento salarial ocorre de forma periódica neste regime, de acordo com a progressão, descrita no Plano de Cargos e Carreiras específico para cada cargo, constituído de regras e benefícios legais que respaldam a carreira do servidor.

Sob regência da CF, o Estatuto do Servidor público do Município de Jaciara, confere o reajuste salarial ao servidor, formalizado em seu art. 39º, conforme a Lei Municipal

1804/2018, que regulamenta os percentuais que serão aplicados aos vencimentos anualmente, sempre no mês de janeiro.

O adicional por tempo de serviço somente será obrigatório, no regime celetista, se estiver estabelecido no contrato de trabalho ou então, que o trabalhador o receba de forma espontânea pelo empregador, pois não está previsto na CLT e nem há uma lei que garanta a obrigatoriedade do adicional aos trabalhadores da rede privada.

Por outro lado, o servidor público efetivo tem direito ao adicional por tempo de serviço, referente a dois por cento do salário base, conforme art. 73º do Estatuto do Servidor, bem como o enquadramento salarial, de acordo com o Plano de Cargos e Carreiras do Servidor, constituídos de regras e benefícios, observada a iniciativa privativa de cada caso, conforme art. 23 do Estatuto do Servidor:

Art. 23 A evolução funcional ocorrerá exclusivamente nos cargos de carreira, oferecendo promoção horizontal e progressão vertical, segundo critérios e procedimentos a serem estabelecidos na Lei que tratar do Plano de Cargos e Carreiras dos Servidores

Segundo Rigolin (2012), assim como o trabalhador do regime celetista, o trabalhador do regime estatutário também tem garantido o salário mínimo constitucional, conforme art. 7º, IV, da CF/98, ou seja, a lei que cria o cargo deve assegurar como vencimento básico, inicial, do menor cargo público, um salário mínimo nacional, integral.

O horário de trabalho no regime celetista, segundo Führer, é o tempo ou período em que o empregado fica à disposição do empregador, sendo este, ajustado por ambos. O art. 7º, XIII, da CF estipula horário máximo de 8 horas diárias, 44 horas semanais, sendo garantido pelo art. 67º da CLT, o Descanso Semanal Remunerado de 24 (vinte e quatro) horas consecutivas, preferencialmente aos domingos.

Já no regime Estatutário, os servidores devem cumprir carga horária semanal de, no máximo, quarenta horas, salvo quando estipulado carga horária divergente em estatuto próprio específico, como no art. 19º da Lei 8.112/90, bem como no Estatuto do Servidor de Jaciara, em seu art. 17º, que prevê jornadas de trabalho com limites mínimo de 6 (seis) horas e máximo de oito horas diárias e quarenta e quatro horas semanais, respectivamente, com exceção dos turnos de revezamento.

3.4 Das licenças do Regime Estatutário

A licença prêmio é uma das vantagens garantidas ao servidor público como prêmio por assiduidade, conquistada após cada quinquênio de efetivo exercício público, o servidor fará jus a de três meses de licença remunerada do seu cargo efetivo, podendo esta ser usufruída de forma integral ou fracionada, conforme trata o art. 113º do Estatuto do Servidor do município de Jaciara.

Também é permitido ao servidor público ocupante de cargo efetivo, a concessão de licenças sem remuneração, para assuntos particulares pelo prazo de 2 anos, podendo ser prorrogável por igual período, observado no art. 117 do Estatuto, com alteração da Lei nº 1819/2018.

Tabela 1 - Comparativo entre Regime Estatutário e Regime Celetista

Regime Celetista	Regime Estatutário
Estabilidade em casos específico, assegurados pela CLT e direito ao FGTS e Seguro desemprego.	Estabilidade garantida por Lei, após concurso público, posse e estágio probatório, não tem direito a FGTS.
Demissão a qualquer momento e sem motivo.	Exoneração em casos específicos.
Alteração do contrato de trabalho mediante consentimento do empregado.	Administração pública altera o vínculo de forma unilateral, por intermédio da Lei.
Jornada máxima de 44 horas semanais	Jornada máxima de 40 horas semanais, salvo quando estipulado em estatuto próprio específico.
Em algumas empresas, é possível haver crescimento profissional, em outras não.	Possui um PCCS, que possibilita uma projeção da carreira ao assumir o cargo.
Regido pela CLT	Regido pelo Estatuto do Servidor
Adicional por tempo de serviço sem garantia pela CLT.	Adicional por Tempo de Serviço e enquadramento salarial periódico garantido no PCCS.
Aumento salarial de acordo com as Convenções Coletivas do Trabalho.	Aumento salarial de acordo com o Plano de Cargos e Carreiras do Servidor.

Não existe	Licença prêmio como bonificação por assiduidade.
------------	--

Fonte: Da pesquisa.

4 METODOLOGIA

Este estudo tem por objetivo pesquisar e analisar as diferenças existentes entre o Regime Celetista e o Regime Estatutário do Município de Jaciara-MT e dar uma visão mais detalhada sobre as características de ambos os regimes, utilizando-se de definições e embasamento de autores notáveis à leitura, assim como a perfeita descrição na letra da lei à cerca do assunto abordado. “Pesquisar é o exercício intencional da pura atividade intelectual, visando melhorar as condições práticas de existência.” (SANTOS, 2011).

Primeiramente fez-se necessário uma abordagem sintetizada dos principais aspectos que envolvem o regime celetista e o regime estatutário através de uma pesquisa bibliográfica e documental, sendo as principais fontes de busca: livros, Leis federais, Estaduais e Municipais, artigos científicos, páginas de web sites, arquivos online com informações pertinentes, para os dados históricos e comparativos

Com uma finalidade básica, firmando o aprofundamento do assunto aqui abordado, essa pesquisa é classificada como descritiva, pois descreve as características da administração pública e condutas adotadas pela Prefeitura Municipal de Jaciara-MT e das empresas privadas, para que se fosse possível a análise comparativa entre o regime celetista e o regime estatutário.

Conforme descreve Matias-Pereira (2019):

Pesquisa descritiva: visa descrever as características de determinada população ou fenômeno, ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Envolve o uso de técnicas padronizadas de coleta de dados: questionário e observação sistemática. Assume, em geral, a forma de levantamento

O método de pesquisa utilizado foi o básico qualitativo, pois busca por ampliação do conhecimento, sem preocupação com sua aplicabilidade, explicado por Matias-Pereira (2019), que diz que:

A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Não requerem o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. [...] O processo e seu significado são os focos principais de abordagem.

A técnica utilizada neste estudo para a coleta de dados foi feita de forma documental com a análise comparativa entre os dois regimes. O estudo de caso foi elaborado acerca de Leis Federais, Estaduais e Municipais, Medidas Provisórias, Leis Complementares e documentos e web sites oficiais da União.

Este trabalho também se utilizou da técnica de amostra não probalística para complementar a coleta de dados, que nas palavras de Lozada (2018) “esse tipo de amostra representa um procedimento de seleção informal, determinado pelas necessidades do pesquisador”. Utiliza-se também de informações reais de holerites de servidor público e trabalhador celetista e posteriormente feito a análise comparativa entre o holerite de um servidor público do município de Jaciara-MT, sob o regime estatutário, bem como o holerite de um trabalhador da rede privada, também do município de Jaciara-MT, sob o regime celetista.

5 COLETA DE DADOS

Este estudo de caso tem como princípio analisar a folha de pagamento de um servidor público e um trabalhador celetista. Para que o mesmo fosse possível, foi feito uma coleta de informações através de pesquisa documental nos holerites de dois trabalhadores, um sendo sob o regime da CLT, contratado por uma empresa prestadora de serviços em refrigeração no município de Jaciara, baseado nas leis que determinam o caminhar do regime trabalhista.

O outro holerite analisado é de um servidor público estatutário, da Prefeitura Municipal de Jaciara, onde será observado as descrições dos lançamentos efetuados, bem como o que diz o estatuto do Servidor que rege este servidor e o PCCS que regulamenta sua carreira.

Figura
Estatutário

1

—

Holerite

Empresa: PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA					
Endereço: AV ANTONIO FERREIRA SOBRINHO, 1075 CENTRO					
Cidade/UF: JACIARA/MT					
CNPJ: 03.347.135/0001-16					
Divisão: 000008 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE					Mês 09/2021 Folha Mensal
Subdivisão: 008001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE					
Unidade: 080194 - MAN VIGILANCIA EM SAÚDE-EFETIVOS MUNICIPIO					
Cargo: 0185 - AGENTE DE FISCALIZAÇÃO SANITARIA					
Vínculo: 30 - EFETIVO ESTATUTARIO PREVIDENCIARIO					
Local Trab.: 000020 - VIGILANCIA SANITARIA					
Matrícula 8559-1	Nome XXXXXXXXXX	PIS XXXX	Admissão 16/03/2016	Ref.Sal. 0480	C.B.O. 515120
Código	Descrição	Referência	Vencimentos	Descontos	
001	SALARIO MENSAL	30.00D	2.590,19	0,00	
060	PRODUTIVIDADE FISCAL	1.00	1.660,00	0,00	
186	ACORDO JUDICIAL URV	30.00D	186,75	0,00	
070	SISP JACI	1.00	0,00	29,59	
082	EMPRESTIMO CAIXA	1/1	0,00	429,64	
082	EMPRESTIMO CAIXA	16/72	0,00	539,05	
084	SISP JACI AUTORIZACAO	1.00	0,00	7,92	
920	IRRF - SALARIO	22.50	0,00	232,05	
942	PREV-JACI	14.00	0,00	388,77	
			Total de Vencimentos 4.436,94	Total de Descontos 1.627,02	
			Valor Líquido:	2.809,92	
Salário Base 2.590,19		Base Previdência 2.776,94	Base FGTS 0,00	Valor do FGTS 0,00	Base IRRF 4.436,94

Fonte: Do autor.

Neste holerite de um servidor em regime estatutário, observa-se que o mesmo é concursado pela prefeitura Municipal de Jaciara, lotado na secretaria municipal de Saúde, na unidade de Vigilância em saúde e no cargo de agente de fiscalização sanitária, sendo seu local de trabalho o setor de Vigilância Sanitária. O vínculo que este servidor tem com a administração pública é o de efetivo estatutário previdenciário.

As informações adicionais, constantes em seu holerite, indica que este servidor foi admitido em 16/03/2016, sendo assim, o mesmo adquiriu sua estabilidade no setor público após o seu período probatório, que findou em 16/03/2019, benefício este não encontrado no regime celetista.

O salário base deste servidor tem referência de 30 dias, para todos os respectivos lançamentos em seu holerite. O servidor concursado em questão teve salário inicial de

R\$1668,85, sendo reajustado anualmente, também através de enquadramento horizontal, conforme garante o Plano de Cargos e Carreiras vinculado ao seu cargo efetivo, tendo, atualmente, o salário de R\$2.590,19.

O PCCS possibilita uma visualização nítida da carreira profissional no setor público, em contrapartida, no regime celetista normalmente não é visto essa projeção de carreira, não sendo necessariamente um problema pois, dependendo da saúde financeira da empresa, o crescimento profissional pode ser mais rápido.

Observa-se que este servidor tem o lançamento “produtividade fiscal”, o qual está previsto e garantido pelo Plano de Cargos e Carreiras do Servidor, específico para o setor de fiscalização do município de Jaciara, regido pela Lei 1453/2012 que garante o pagamento da produtividade para esses servidores como forma de incentivo, conforme art. 22º desta Lei. Este incentivo não é exclusivo no regime estatutário. No inciso IX, do artigo 611-A da CLT, segundo o qual: “remuneração por produtividade, incluídas as gorjetas percebidas pelo empregado, e remuneração por desempenho individual, assegura ao trabalhador em regime celetista, o recebimento da produtividade, quando assegurado pelo contrato de trabalho ou por Convenções Coletivas do Trabalho.

Também se nota, ainda como vencimentos, a descrição “acordo Judicial URV”, que, conforme pesquisa realizada diretamente no setor, refere-se a um acordo judicial estabelecido entre o sindicato dos trabalhadores e a administração pública para equiparação salarial dos servidores.

Em sequência se nota os campos referentes ao FGTS em branco, retificando a explicação anterior de que servidor público não tem direito ao FGTS. Já o Trabalhador em regime celetista tem plenos direitos ao FGTS, sendo respaldado pela CF, conforme o art. 7º, III.

Para o cálculo do IRRF - Imposto de Renda Retida na Fonte – é considerado todos os vencimentos obtidos pelo servidor, conforme observado no holerite e também regulamentado pela Lei 8.134/1990, que altera a legislação sobre o Imposto de Renda no país. Desta maneira, no regime celetista também é considerado todos os vencimentos, tidos como remuneração, obtidos pelo trabalhador como base de cálculo para o IRPF.

7 CONCLUSÃO

Diante do exposto, é possível concluir que é de suma importância o estudo sobre o assunto e torna-se pertinente a constante evolução dos direitos trabalhistas de ambos os regimes. O regime estatutário proporciona uma estabilidade que não é observada em nenhuma outra forma de trabalho, em contrapartida, observa-se a possibilidade de alcançar posições superiores mais rápido no regime celetista em relação ao estatutário.

Este trabalho foi construído por entre os pontos específicos de cada regime para que, no seu decorrer pudesse ter uma compreensão clara das particularidades e características diferentes de cada um, e assim atingir o objetivo deste trabalho, que é a análise comparativa entre o regime estatutário e o regime celetista.

Observa-se através da análise comparativa que em alguns casos o regime estatutário será mais evidente que o celetista, e em outros pontos o celetista será mais acertado que o estatutário, e em outras questões haverá um equilíbrio entre os dois regimes.

Da jornada de trabalho e das parcelas salariais, podemos concluir que há um equilíbrio entre os dois regimes. Mas, de forma geral, leva vantagem prática o celetista por não depender dos cofres públicos para o pagamento do seu vencimento.

O Adicional por Tempo de Serviço chama a atenção quando enfatizado a não seguridade da CLT sobre o seu pagamento no regime celetista, o qual perde posição para o regime estatutário pois este tem o direito garantido no PCCS, vinculado ao Estatuto do Servidor.

Jornada máxima de 44 horas semanais, hora extra, adicional noturno e insalubridade, bem como férias e decimo terceiro, são direitos assegurados aos dois regimes, com equilíbrio predominante, pois são considerados direitos básicos do trabalhador, estatutário ou celetista.

O regime celetista promove estabilidade ao trabalhador somente em casos específicos, enquanto que o servidor estatutário, após adquirir efetivação no cargo e garantir a estabilidade no serviço público, poderá perdê-la somente em casos específicos. Outra vantagem garantida ao regime estatutário é a Licença Prêmio, que é conquistado pelo servidor por assiduidade, a cada cinco anos de trabalho efetivo.

O regime celetista, muito embora tenha estabilidade garantida por lei somente em casos estritamente específicos, possui o Seguro Desemprego como direito legal respaldado juridicamente, quando do desligamento do trabalhador celetista da empresa em que esta contratado. O direito ao benefício não é garantido ao servidor público em caso de exoneração.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Amador Paes de. CLT Comentada. 9ª edição Revista, atualizada e ampliada. São Paulo. Saraiva. 2015.

CONSTITUIÇÃO DA REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Promulgada em 5 de outubro de 1988. 41ª Edição, atualizada e ampliada. Saraiva. 2008.

DECRETO-LEI Nº 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452compilado.htm

FILHO, José dos Santos Carvalho. Manual de direito administrativo. 23. ed. Revisada, ampliada e atualizada até 31.12.2009. Lumen Juris. Rio de Janeiro. 2010.

FÜHRER, Maximiliano Roberto Ernesto; FÜHRER, Maximilianus Claudio Américo. Resumo Do Direito Do Trabalho. 22ª ed. Atualizada, coleção 9 Resumos. Malheiros Editores. Brasil. 2011.

LEI Nº 1.208, DE 03 DEZEMBRO DE 2009. "Dispõe sobre a reformulação do Estatuto Dos Servidores Públicos Do Município De Jaciara – MT (com alterações regidas pela Lei nº 1.950/2020). Disponível em <https://www.jaciara.mt.gov.br/leis/1260194163.pdf>

LEI Nº 4.090, DE 13 DE JULHO DE 1962 – Inclui a Gratificação de Natal para os Trabalhadores. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4090.htm

LEI Nº 5.107, DE 13 DE SETEMBRO DE 1966 - Cria o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5107.htm

LEI Nº 5.869, DE 11 DE JANEIRO DE 1973 - Institui o Código de Processo Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5869impresao.htm

LEI Nº 7.998, DE 11 DE JANEIRO DE 1990. Regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial, institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7998.htm

LEI Nº 8.134, DE 27 DE DEZEMBRO DE 1990. Altera a legislação do Imposto de Renda e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8134.htm

LEI Nº 8.036, DE 11 DE MAIO DE 1990 - Dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8036consol.htm

LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990 -Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8112cons.htm

LEI Nº 13.467, de 13 de julho de 2017 D.O.U. de 14.07.2017 que altera a Consolidação das Leis do Trabalho. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13467.htm.

LEITE, Carlos Henrique Bezerra, Curso de Direito do Trabalho. De Acordo com a Reforma Trabalhista (Lei n. 13.467/2017) e o Decreto Federal n. 9.507/2018. 11ª Ed. Editora Saraiva. Jur. 2019.

LOZADA, Gisele E Nunes, Karina Da Silva. Metodologia Científica. SAGAH. Porto Alegre. 2018.

MATIAS-PEREIRA, José. Manual de Metodologia da Pesquisa Científica. 4ª Ed. - [3. Rempr.]. – São Atlas. Paulo. 2019.

NASCIMENTO, Nilson de Oliveira. O Poder Diretivo do Empregador e os Direitos Fundamentais do Trabalhador na Relação de Emprego, São Paulo, 2008.

OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende, Curso de Direito Administrativo, 8ª Ed., revista, atualizada e ampliada. Método. Rio de Janeiro. 2020.

RIGOLIN, Ivan Barbosa, Comentários ao Regime Único dos Servidores Públicos Civis Lei n. 81.112, de 11-12-1990. Ed. 7ª revista e atualizada. Saraiva. 2012.

SANTOS, João Almeida; FILHO. Domingos Parra; Metodologia Científica. 2. ed. – Cengage Learning. São Paulo. 2011.

YIN, R. K. Estudo de caso: planejamento e métodos. 5ª Ed. Bookman. Porto Alegre. 2015.

O SALÁRIO E OS TIPOS DE REMUNERAÇÃO PAGA AO EMPREGADO

Patrícia Carmen Galvão Reis¹
Luciana Aparecida Augusta de Oliveira²
, Alexandre Mezari²
Francisco Eudes Gomes de Lima²

¹Discente da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço, EDUVALE, Jaciara – MT, Brasil

² Docente dos cursos de Educação Física e Psicologia na Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço, EDUVALE, Jaciara – MT, Brasil.

Email autor correspondente: franciscoeudes@eduvalesl.edu.br

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo desenvolver um estudo sobre salário, remuneração e suas diferenças com a reforma trabalhista, O estudo fundamentou se na revisão bibliográfica do tema relacionado onde podemos ter ciências das diversificadas formas de salário e remuneração, e como são vistas no ponto de vista do empregado e do empregador com as mudanças na reforma trabalhista. Podemos verificar através da coleta de dados as diversas opiniões e questionamentos sobre um assunto que está em nosso cotidiano, mas que ainda e tão pouco explorado.

Palavras-Chave: Salário, Remuneração, Reforma Trabalhista

1 INTRODUÇÃO

Esse trabalho tem como objetivo ressaltar as diferenças de salário e remuneração no mundo atual, destacando alguns pontos específicos e citando alguns autores renomados a respeito do assunto. É um tema muito específico e amplo onde só agrega na vida de nós trabalhadores, é um direito de todos tanto empregado quanto empregador saber seus benefícios de contratação e as formas de acordos entre ambos. Pois existe alguns tipos a serem destacados de salário e remuneração que podem ser desconhecidos para algumas pessoas.

O nascimento da palavra salário está precisamente relacionada ao Império Romano, visto que a provém do latim *salarium*. Esse modo traduzia o que os soldados romanos recebiam pelos seus serviços prestados ao Império uma quantia de sal. Por

volta do século XIV que o salário começou a existir de forma semelhante como o conhecemos hoje. Ou seja, uma forma de pagamento recebida após alguma prestação de serviço.

O salário surgiu no Brasil por volta do século XX, com a divulgação da lei de nº185 em janeiro de 1936. No respectivo momento havia quatorze salários mínimos diferentes. A primeira tabela do salário mínimo tinha um determinado prazo de vigor de três anos, mas foi em 1943 que houve o primeiro reajuste salarial, onde os aumentos eram calculados para recompor o poder de compra do salário mínimo.

O salário mínimo seria o menor valor que a empresa poderia oferecer ou pagar para o funcionário, onde ele é estabelecido por lei e todo ano é feita uma revalidação com base no custo de vida da população, e sua criação é feita baseado no menor valor que uma pessoa possa gastar para manter suas necessidades básicas.

O conceito de “salário” poderia ser admitido, independentemente do método de pagamento, como o conjunto das parcelas econômicas dos empregados, com a retribuição do trabalho efetivo, as fases de interrupção contratual e os descansos contáveis na jornada de trabalho (NASCIMENTO, 2006).

De acordo com art. 457 § 1º da CLT, “Integram o salário não só a importância fixa estipulada, como também as comissões, percentagens, gratificações ajustadas, diárias para viagens e abonos pagos pelo empregador”. Por terem natureza salarial, as comissões recebidas incidirão sobre repouso semanal remunerado, horas extras, FGTS, férias, 13º salário e aviso-prévio

Para Nascimento (2009), o salário é o conjunto de prestação econômica devido pelo empregador ao colaborador em função da contraprestação do trabalho, do período em que o empregado fica em disposição do empregador aguardando ordens, do descanso devidamente remunerado, das interrupções legais que ocorre na vigência do contrato de trabalho e por força de lei. Administração de salário é o conjunto de normas e procedimentos utilizados para estabelecer e \ ou manter estrutura de salários equitativos e justos na organização. Como a organização é o conjunto integrado de cargos em diferentes níveis hierárquicos e em diferentes setores de atividades, a administração salarial é o assunto que envolve a organização como um todo que repercutem todos os seus níveis e setores. Uma estrutura salarial é o conjunto de faixas salariais relacionado com os diferentes cargos existentes na organização (CHIAVENATO, 2008, p. 287).

Segundo ULYSSEA (2006) nos traz um conceito, no qual o salário mínimo possui o efeito de comprimir a distribuição de salários e, portanto, de reduzir a desigualdade salarial para aqueles que permanecem empregados após uma elevação do

mínimo, além das regressões por decis de renda utilizando-se o salário como variável dependente e o salário mínimo como variável independente.

O art. 3º da CLT define o empregado como: “toda pessoa física que prestar serviços de natureza não eventual a empregador, sob a dependência deste e mediante salário”. Empregado é o trabalhador subordinado, que recebe ordens, é pessoa física que trabalha todos os dias ou periodicamente e é assalariado, ou seja, não é um trabalhador que presta seus serviços apenas de vez em quando ou esporadicamente. Além do que, é um trabalhador que presta pessoalmente os serviços. Desta forma, empregado é toda pessoa física que prestar serviços de natureza não eventual a empregador, de forma pessoal, sob a dependência deste e mediante salário. Na avaliação desses requisitos a lei impõe o exame, principalmente, dos fatos em caso concreto, não sendo decisivo o que tenha sido formalizado por escrito. (CLT, 2015).

1.2 Tipos de salário

Salário Compressivo

Art. 477. Na extinção do contrato de trabalho, o empregador deverá proceder à anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social, comunicar a dispensa aos órgãos competentes e realizar o pagamento das verbas rescisórias no prazo e na forma estabelecidos neste artigo. (Redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017)

Os tipos de salário podem ser: nominal, que é aquele escriturado na carteira profissional; efetivo, valor líquido recebido, já descontadas as obrigações legais; compressivo, aquele que adiciona horas extras, horários noturnos, etc.; profissional, no qual a lei ampara um salário específico para algumas profissões; relativo, que compara um salário e outro na mesma empresa; e o absoluto, denominado pelo montante que o empregado recebe (MARRAS, 2011).

O salário pode ser determinado por vários fatores como: tempo de serviço, produtividade, lucros gerados ou pela avaliação dos cargos, e ainda depende da demanda, considerando que a oferta de trabalho reduz o seu preço e a escassez de trabalhadores aumenta o preço do trabalho. No entanto, a consequência desse efeito é que sempre que houver mão de obra sobrando, inevitavelmente os salários tendem a baixar (RIBEIRO, 2005).

Carvalho (2011, p.102) relata que os principais fatores a serem considerados

para sugerir uma estrutura salarial são:

- Cenário econômico/social; • Características do segmento de atuação da empresa; • O conhecimento necessário aos cargos para o desempenho do negócio; • Filosofia, política e procedimentos adotados pela empresa; e • as relações sindicais e os acordos sindicais. A política salarial é baseada numa estrutura de cargos, e entre os elementos de uma política salarial, podemos citar: • Piso salarial;
- Mínimo da faixa salarial; • Reajustes coletivos; e • Reajustes individuais (englobando promoções, enquadramento nas faixas salariais, e por mérito) (CARVALHO, 2011, p. 106)

2. O QUE É REMUNERAÇÃO

A palavra remuneração tem sua origem na Antiguidade, antes de Cristo. No reinado de Nabucodonosor, os trabalhadores envolvidos na produção de tecidos recebiam salários de incentivos para desenvolver suas tarefas (RIBEIRO, 2006).

O processo de remuneração, observado no século XX, procurou integrar empresa e produção com os colaboradores e o salário. O trabalho deixou de ser visto apenas como um executor de ordens e através de pesquisas de relações humanas percebeu-se que o salário isolado não estimula o trabalhador, passando então a considerar fatores como motivação e satisfação no momento da remuneração (ARAÚJO, 2006).

Remuneração é o procedimento que não necessita de contrato formal, pois funciona de certa forma como recompensa pelos serviços intelectuais ou/e braçais prestados. Quando este for somado ao salário, obtém-se a remuneração. No entanto, salário é o que recebemos por força de contrato e remuneração é a soma de parcelas que adquirimos e que, ao serem somadas ao salário contratual, torna-se a remuneração total. (FRANCO, 2012)

A remuneração tem componentes intrínsecos importantes, como todo processo de valorização. A remuneração traduz em muitas situações a importância relativa da pessoa para empresa e seu status profissional para o mercado. Ao tratarmos a remuneração como um fator objetivo, perdemos a perspectiva de todo o seu valor simbólico em nossa sociedade (DUTRA, 2012, p.181).

A remuneração, para todos os efeitos legais, são os valores pagos pelo empregador ao seu empregado, além do salário, como contraprestação do serviço, as gorjetas que receber de acordo com art. 457 da CLT.

2.1 Tipos de remuneração

Dutra (2002) afirma que existem dois tipos de remuneração. A remuneração direta é a soma total do dinheiro que o empregado recebe pelo trabalho prestado. Esse total de dinheiro de dinheiro pode ser fixo (remuneração fixa), onde o valor recebido pelo empregado é pago regularmente conforme acordo prévio com a organização e, salvo exceções, de acordo com a legislação brasileira, não pode ser diminuída no tempo.

A periodicidade pode ser mensal, Compensação Financeira Direta: - Salário - Prêmios - Comissões - Bônus Indireta: Legal: - Planos de incentivos -Gratificações - Horas extras - Adicional Periculosidade - Adicional Insalubridade - Descanso semanal remun. - Seguro desemprego - Férias - 13º Salário

Voluntária: - Tempo não trabalhado - Complementação de aposentadoria - Seguro de vida em grupo - Benefícios sociais - Serviços Sociais - Prêmios de produção Não-Financeira Relativo ao cargo: - Variedade - Identidade - Significado - Autonomia - Retroação Relativo ao ambiente de trabalho: - Políticas de RH -Símbolos de status - Reconhecimento - Orgulho -

Condições ambientais - Qualidade de vida no trabalho - Cafeteira - Área de lazer - Segurança no emprego Flexibilidade: - Flextime - Semana reduzida - Compartilhamento de cargos - Rodízio de cargos 46 quinzenal ou semanal. Ou o total do dinheiro pode ser variável (remuneração variável), onde o montante varia de acordo com resultados obtidos pelo trabalhador. É importante ressaltar que as pessoas podem ter ambos os tipos de remuneração direta ou apenas um deles. Existe também a remuneração indireta, que é composta por benefícios recebidos pelo empregado. Geralmente esse tipo de remuneração complementa a remuneração direta e é extensiva a todos os trabalhadores, como forma de proporcionar mais conforto e bem-estar aos mesmos.

Dutra (2002, p. 182) complementa dizendo que “[...] a remuneração direta é representada pelo dinheiro que colocamos em nosso bolso e a remuneração indireta é representada pelo dinheiro que não retiramos de nosso bolso”. O mesmo autor (Dutra, 2002 apud Martocchio, 1998; Lawler, 1990; Wood e Picarelli, 1995)

Ainda nos fala sobre mais seis tipos de classificação de remuneração:

- Remuneração básica: é a remuneração recebida pelo empregado em troca do seu trabalho. Esse tipo de remuneração pode ser subdividido em: Remuneração funcional: de acordo com o cargo exercido; Remuneração por habilidade: de acordo com as habilidades requeridas ou possuídas;
- Remuneração por competências: de acordo com as competências exigidas e entregues

pelas pessoas.

•Remuneração por senioridade: remuneração recebida de acordo com o tempo de experiência ou de dedicação à empresa. Geralmente é feita na forma de adição de percentual no salário. •Remuneração por performance: premia os resultados conquistados pelos trabalhadores e organização. Normalmente são concedidas quando há o alcance de metas e pode ser paga em forma de dinheiro, prêmios ou participação acionária.

2.2 A mudança da reforma trabalhista para Salário e Remuneração

Para Carvalho (2017, p.85) a discricionariedade do empregador não pode ser irrestrita, pois a circunscrição desse espaço depende do grau civilizatório de cada sociedade, e, portanto, não deve ser imóvel. No entanto, as mudanças devem considerar o direito do trabalho estabelecendo mínimas condições de um trabalho civilizado que devem ser tidas como invioláveis, e, quando se propõe que à legislação trabalhista traz somente a garantia de negociação, em sua ideologia a mudança nas legislações fere a autonomia do trabalho.

Dentre as mudanças pode-se referenciar a as alterações concernentes ao artigo 457 da CLT que conceitua os salários e parcelas pagos em razão do contrato de trabalho, logo a ajuda de custo como, alimentação, diárias de viagem, encargos trabalhistas e previdenciários não pertencem ao conjunto salarial do funcionário, visto que no 2º parágrafo do artigo pressupõem se indenizatória essas parcelas. Nessa mudança os benefícios serão liberados em forma de bens, serviços ou valor em dinheiro para o empregado em razão do desempenho de suas atividades.

Para Orsi (2018) a maior inovação da Reforma, é o trabalho intermitente, ela classificando como sendo aquele em que o empregado, embora subordinado ao empregador, não tem habitualidade na prestação de serviços, a qual ocorre com alternância entre períodos de trabalho e de inatividade que podem ser de horas, dias ou meses. Na legislação atual o funcionário recebe apenas pelos dias que exerceu 20 suas atividades na empresa, e em seu período de inatividade ele não será remunerado, sendo pago a ele as férias referentes ao período de trabalho se o contrato exceder 1 ano, o 13º salário proporcional, e os adicionais legais, além do recolhimento para o fundo previdenciário de o FGTS. Após a extinção do contrato, nenhuma relação deverá ser contida entre o funcionário que prestou serviço intermitente e a empresa, exceto se um novo contrato for regularizado.

3. METODOLOGIA

Nesta pesquisa foi utilizada a metodologia de pesquisa bibliográfica, pois expos bibliografias de diversos autores sobre pontos de vista diversos, e relatou sobre remuneração as suas diversas categorias e sobre salário como a forma de pagamentos e os meios pelo qual é praticado. Foi utilizado o método de pesquisa bibliográfica para definir sobre os conceitos de remuneração e salário, a fim de informar sobre um novo enfoque numa abordagem diferente sobre estas áreas.

Esta pesquisa foi retirada de materiais de livros, artigos acadêmicos no qual destacou as vantagens e desvantagem dos vários meios de remuneração e do salário pertencente ao trabalhador, tendo o objetivo de relatar sobre os meios adotados de uma organização ou empresa para remuneração aos seus colaboradores e a forma na qual se realiza o pagamento salarial. Segundo Marconi e Lakatos (2011), a pesquisa bibliográfica ou de fontes secundárias abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo. Tendo a finalidade em colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto.

4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

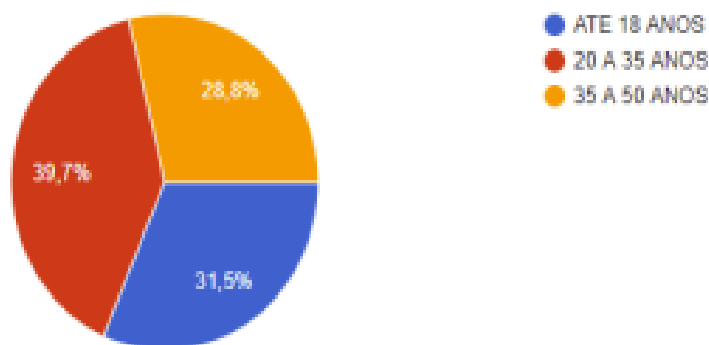
Para análise de dados, coletou-se através de uma pesquisa feita por questionário onde pessoas de diferentes faixas de idade responderam sobre quais os conhecimentos gerais obtidos de salário e remuneração.

A análise dos dados é uma das partes mais importantes da pesquisa, pois é a partir dos resultados obtidos pela mesma, que são sugeridas as maneiras de solucionar as causas do problema. A análise tem por objetivo organizar e sumarizar os dados, de tal forma que seja possível fornecer as respostas necessárias para o problema que foi proposto a ser investigado (GIL, 2010)

Diante deste contexto, a análise dos dados coletados deste trabalho deu-se através da análise de conteúdo, que segundo descreve Apolinário (2011) tem por finalidade a busca do significado de materiais textuais, em que consiste na interpretação teórica das categorias. Para ilustrar o procedimento adotado, segue os gráficos com todos os instrumentos utilizados para coleta e análise dos dados desta pesquisa:

QUAL SUA IDADE :Pergunta sem título

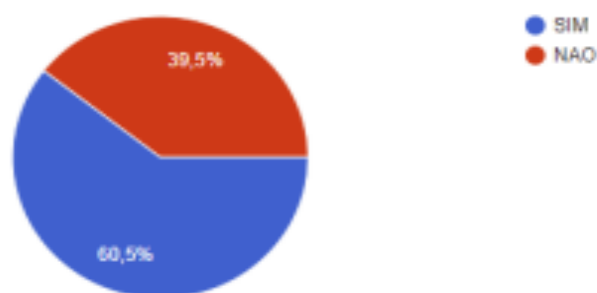
73 respostas



Como mostra o gráfico acima, o público entre 20 a 35 anos foram a maior porcentagem que responderam à pesquisa sobre salário e remuneração. Com uma porcentagem de 39,7% são uma faixa etária de idade que hoje em dia ainda estão em busca de novos conhecimentos para mover o mercado de trabalho.

VOCE SABE A DIFERENÇA ENTRE SALARIO E REMUNERAÇÃO

76 respostas

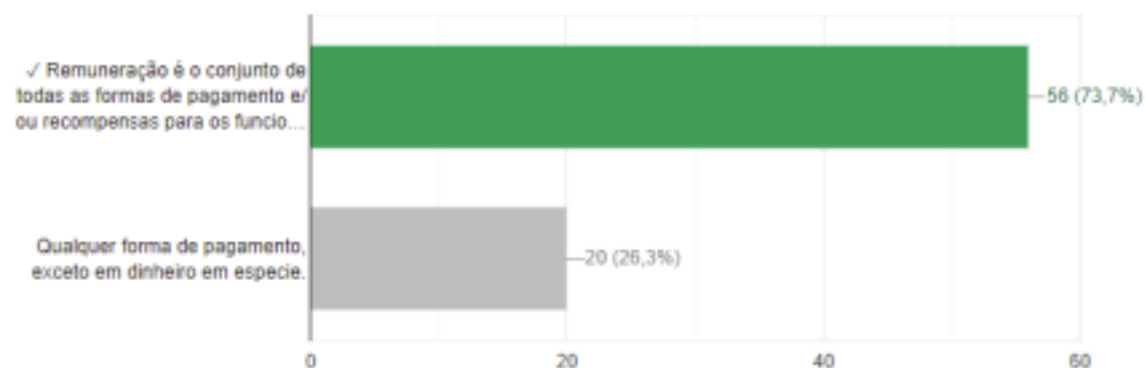


Como mostra o gráfico acima, 39,5% das pessoas que responderam o questionário ainda é leiga sobre tal assunto, mesmo com a atualidade hoje em dia não são todos que possuem oportunidades de saber sobre seus direitos e obrigações.

Conforme mostra os acima, em uma pesquisa feita por questionário 73 pessoas se mostraram interessadas em saber mais sobre as inovações salariais e os tipos de remunerações que podem receber, são pessoas na faixa de 20 a 35 anos, onde é umas das principais faixas etária para o mercado de trabalho atual. Nos gráficos acima, podemos perceber que 43,4% são pessoas do gênero feminino interessadas em saber mais sobre o assunto de salário e remuneração, e 60,5% estão cientes de seus deveres e direitos.

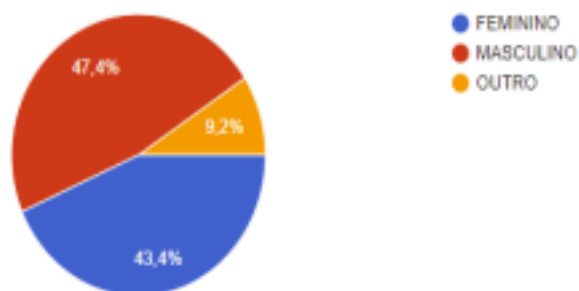
O que é remuneração

56 / 76 respostas corretas



QUAL SEU GENERO

76 respostas

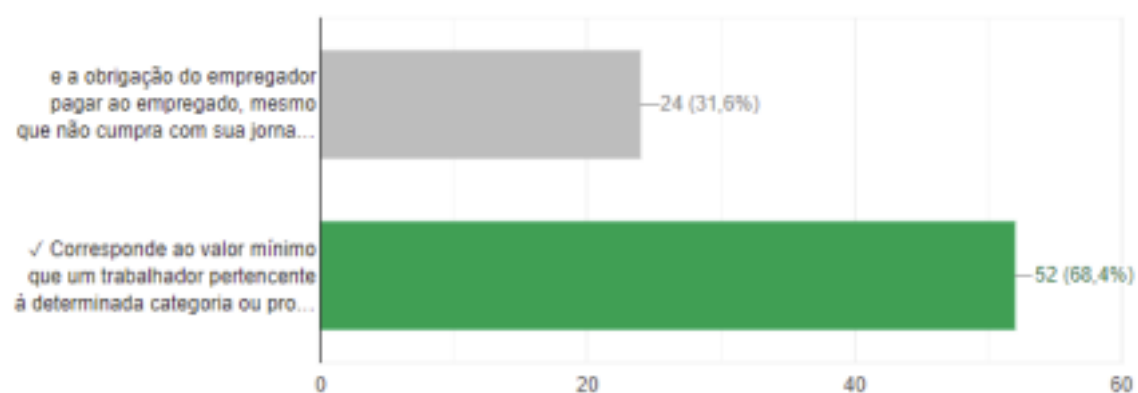


remun
consta
32% e
assunt

e
e
e
l

OQUE VOCE ENTENDE QUE SALARIO É

52 / 76 respostas corretas



Apesar de tudo estar tão desenvolvido e com tantos meios e recursos para se obter informações são dados preocupantes para pessoas que trabalham e não tem ciência de como podem estar recorrendo a seus direitos. Pois parte da população por não ter ciência

de seus direitos e deveres referentes aos meios de serem remunerados podem trabalhar por muito pouco.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O salário é a parte paga em que as organizações retribuem pelas atividades prestadas pelos colaboradores, a parte líquida em que o empregado recebe, pelas unidades de tempo, de mão de obra ou por tarefa, e tem como vantagem a segurança jurídica, em que proporciona direitos concedidos, como o recebimento das atividades realizadas.

O sistema de remuneração constitui um custo benefício, porém necessário para atingir seus objetivos, e pelo ponto de vista do empregador constitui uma forma de recompensa que contribui para satisfação básica, pessoal e profissional.

Verificamos que na remuneração direta e funcional, o empregado receberá pela função desempenhada, contudo, o que terá valor será o cargo e a sua função e não o Remuneração e salário Getec, v.5, n.10, p.1-11 /2016 desempenho do colaborador. Na remuneração básica, além do salário base é composta por outras remunerações como, bônus, férias, auxílio saúde, entre outras. Algumas organizações valorizam os anos de casa de seus empregados, é o que denominamos de remuneração por senioridade, sendo que a vantagem desta remuneração é o reconhecimento por dedicação deste funcionário à empresa, em um longo período de tempo. Nas remunerações por desempenho, competência, habilidade e resultado, as empresas beneficiam os empregados no qual se sobressaem nas atividades corporativas, retribuindo-os pelas metas alcançadas. A remuneração estratégica contém diversas categorias de remunerações em que pode ser fixa, funcional ou variável.

No entanto, é necessário avaliar o custo-benefício na adoção do método da remuneração indireta em que, além da contribuição salarial, as empresas oferecem benefícios de vales transporte, alimentação e refeições, planos de saúde e odontológico, tendo maior vantagem à motivação dos colaboradores que se sentem resguardados. Este modelo de remuneração indireta poderá apresentar diversas vantagens tanto para as empresas quanto para os seus colaboradores como, entre elas, estão o aumento da produtividade, a melhoria na qualidade no trabalho, além disso, de contribuir para a organização melhorar seus resultados.

Analisando todas as vantagens e desvantagem que cada remuneração proporciona, o mais viável seria a junção da remuneração fixa ou variável juntamente

com a remuneração indireta, beneficiando os colaboradores com um valor prefixado sobre um acordo, e oferecendo benefícios que complemente esta renda, como os itens de vale alimentação, refeição, transporte e auxílio saúde.

No ponto de vista do colaborador a remuneração proporciona um sentimento de segurança, reconhecimento de habilidades profissionais e desempenho dentro das organizações. Por estes motivos os colaboradores se propõem a alcançá-los. SABINO, L. A. M.; CUNHA, N. C. Getec, v.5, n.10, p.1-11 /2016

As empresas devem sempre estarem atentas quanto a motivação dos colaboradores e a obtenção de engajamento e comprometimento do pessoal, cabendo as empresas atrair e reter talentos na organização.

REFERÊNCIAS

- <https://www.fiscalti.com.br/salario-entenda-a-diferenca-entre-os-termos-confira/>] Acesso em: 05 de setembro de 2021
- <https://www.jornalcontabil.com.br/entenda-a-diferenca-entre-salario-e-remuneracao> Acesso em: 06 de setembro de 2021.
- <https://calculocerto.com/acerto-trabalhista/> Acesso em: 05 de setembro de 2021. <https://super.abril.com.br/comportamento/salario/> Acesso em: 10 de outubro de 2021. <https://www.tst.jus.br/noticia-destaque-visualizacao/> /asset_publisher/89Dk/content/reportagem-especial-historia-do-salario Acesso em: 10 de outubro de 2021
- <https://administradores.com.br/artigos/salario-remuneracao-e-beneficios> Acesso em: 10 de outubro de 2021.
- ULYSSE, A, Gabriel, and Miguel N. Foguel. "Efeitos do salário mínimo sobre o mercado de trabalho brasileiro." (2006).
- ARAÚJO, Luís C. G. de. Gestão de Pessoas: estratégias e integração organizacional. São Paulo: Atlas, 2006.
- CHIAVENATO, Idalberto. Gerenciando Pessoas: como transformar gerentes em gestores de pessoas. 4ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.
- CHIAVENATO, Idalberto. Remuneração, benefícios e relações de trabalho: como reter talentos na organização. 6. ed. Barueri: Manole, 2009.

CARVALHO, Sandro Sacchet. Uma visão geral sobre a reforma trabalhista. 2017

<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/67312/000872241.pdf?sequence=1>KRETZER, Kristiano. Criação de um plano de cargos e salários para a Empresa Automatiza. 2007. 149 f. TCC (Graduação) - Curso de Administração, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

MARTINS, Gilberto de Andrade; LINTZ, Alexandre. Guia para elaboração de monografias e trabalhos de conclusão de curso. São Paulo: Atlas, 2000.

<https://direitoreal.com.br/artigos/impacto-da-reforma-trabalhista-na-remuneracao-com-a-medida-provisoria-n-905-2019> Acesso em: 25 de outubro de 2021.

MARTINS, Sergio P. Direito do Trabalho. 24. Ed. São Paulo: Atlas, 2008. NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Iniciação ao Direito do Trabalho. São Paulo: LTr, 2009. ORSI, Renata. PEREIRA, Leone. Reforma Trabalhista. Reta final OAB. Revista dos Tribunais, São Paulo. 2018.

ULYSSE. A, Gabriel, and Miguel N. Foguel. "Efeitos do salário mínimo sobre o mercado de trabalho brasileiro." (2006).

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm Acesso em: 30 de novembro de 2021

ASSÉDIO MORAL: RESCISÃO INDIRETA POR INICIATIVA DO EMPREGADO

Rodrigo da Silva Barros¹

Fabiana Kely dos Santos Reis²

Francisco Eudes Gomes de Lima²

Diego Campos Pereira²

¹Discente da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço, EDUVALE, Jaciara – MT, Brasil

² Docente dos cursos de Educação Física e Psicologia na Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço, EDUVALE, Jaciara – MT, Brasil.

Email autor correspondente: diego@eduvalesl.edu.br

RESUMO

O desenvolvimento desse artigo tem como principal objetivo de pesquisa a análise dos casos de rescisão contratual, com ênfase na rescisão indireta por justa causa. Estabelecendo a relação entre funcionário e empregador, descrevendo os aspectos que levam ao assédio no ambiente empresarial, e os direitos garantidos por lei para as vítimas. A metodologia aplicada

para a elaboração do artigo foi de característica quantitativa descritiva e foi utilizando o método estatístico, com participação da pesquisa de campo e a pesquisa bibliográfica. A coleta de dados utilizada foi um questionário online e teve como objetivo principal coletar informações de conhecimento pessoal de cada pessoa entrevistada sobre a rescisão indireta de trabalho por justa causa em decorrência do assédio moral. Com o resultado obtido pôde-se assim observar que grande parte das pessoas tem conhecimento mínimo sobre a rescisão contratual e sabe identificar características de assédio na empresa, mas infelizmente poucas pessoas utilizam da rescisão indireta por justa causa para pôr fim ao vínculo.

Palavras-chave: Contrato; Rescisão Indireta; Justa Causa.

ABSTRACT

The development of this article has as main research objective the analysis of cases of contractual termination, with emphasis on indirect termination for just cause. Establishing the relationship between employee and employer, describing the aspects that lead to harassment in the business environment, and the rights guaranteed by law for victims. The methodology applied for the elaboration of the article it was of descriptive quantitative characteristic and it was using the statistical method, with the participation of the field research and the bibliographic research. The data collection used was an online questionnaire and its main objective was to collect information of personal knowledge of each person interviewed about the indirect termination of work for just cause as a result of moral harassment. With the result obtained, it was possible to observe that most people have minimal knowledge about contractual termination and know how to identify characteristics of harassment in the company, but unfortunately few people use indirect termination for just cause to end the relationship.

Keywords: Contract; Indirect Termination; Just Cause.

1 INTRODUÇÃO

Todo contrato de trabalho é regido por leis expressas na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), no qual dentre os diferentes tipos de vínculos existentes entre o empregador e o empregado se destacam a rescisão por justa causa e a indireta por justa causa por iniciativa do empregado. A rescisão indireta ocorre quando o empregador comete algo grave com empregado, e deixa de cumprir com seus deveres e obrigações trabalhistas, no qual pode ser usada a qualquer momento quando o funcionário sentir lesado seus direitos. Com isso os valores monetários que seriam removidos em uma quebra por justa causa como: FGTS + multa de 40%, férias e o 13º proporcionais e indenização pelos danos sofridos, permanecem com a vítima.

Com o aumento exponencial da nossa sociedade moderna, o mercado de trabalho acaba por consequência requerer níveis mais elevado de qualificação no momento da contratação. Pessoas que já estão contratadas por muitas das vezes acabam por aceitarem atitudes de seus empregadores que ferem sua honra e integridade, pelo motivo de serem a principal fonte de sustento de sua família e enfrentar a duvida da escolha entre aceitar ou suportar essas tais atitudes. Com o crescimento de casos de assédio moral e sexual sofrido no

ambiente de trabalho o uso da lei na ruptura desse vínculo por meio da rescisão indireta por justa causa tem que ser utilizada, dando assim uma seguridade a vítima dessas práticas.

A questão principal a ser abordada será relacionar os casos de assédio moral no ambiente empresarial com as rescisões indiretas de contrato de trabalho através da justa causa por casos de assédio. Assunto esse por muita das vezes não se é discutido dentro das organizações, Francis Bacon cita que “o conhecimento é em si mesmo um poder” (1561-1626), ou seja, a empresa não manipularia mais seus colaboradores a respeito de seus direitos. Cabe também evidenciar os danos e as consequências que pode trazer a pessoa e que foi vítima desses assédios, e ao final analisar o comportamento da pessoa que foi vítima desses atos.

O método aplicado para o desenvolvimento do artigo foi de caráter essencialmente quantitativo descritivo e foi utilizando o método estatístico, com participação da pesquisa de campo e a pesquisa bibliográfica. O tipo de coleta de dados utilizado foi na forma de questionário e teve como objetivo principal colher informações de conhecimento pessoal de cada pessoa entrevistada sobre a rescisão indireta de trabalho por justa causa em decorrência do assédio moral.

Deste modo, com os resultados finais coletados pôde-se chegar na conclusão que grande parte das pessoas tem conhecimento mínimo sobre a rescisão contratual e sabe identificar características e situações de assédio na empresa, entretanto uma parcela muito pequena das pessoas utiliza da rescisão indireta por justa causa para pôr fim ao vínculo empregatício.

2 ASSÉDIO MORAL

2.1 Características gerais

O assédio moral é uma conduta abusiva de natureza psicológica que fere a dignidade e integridade mental do trabalhador de modo que coloque o mesmo em situações de humilhações e chacotas, com finalidade indireta de sobrepor uma vantagem indevida sobre a pessoa no decorrer da jornada de trabalho ou nas tarefas rotineiras.

De acordo com o pensamento de Marie-France Hirigoyen “o assédio moral no trabalho é todo e qualquer conduta abusiva manifestando-se, sobretudo por comportamentos, palavras, gestos, escritos que possam trazer dano à personalidade, à dignidade ou à integridade física ou psíquica de uma pessoa, pôr em perigo seu emprego ou

degradar o ambiente de trabalho

(2001, p. 65)”. Normalmente não são utilizadas agressões evidentes, mas sim pequenos atos que levem a um objetivo final, disfarçadas por muitas das vezes de atos inofensivos aos demais, induzindo a pessoa a uma sobrecarga psicológica.

O indivíduo perverso tem como uma das suas principais características desarmar as suas vítimas de qualquer defesa. Faz-se, por isso, necessário levar em conta a sua nocividade, sua periculosidade para com o outro, a fim de que essas vítimas se defendam do assédio sofrido. (BARROS, 2019, p. 45). Embora esse seja uma situação extrema o tal perigo que a vítima sofre por muitas das vezes acabam por modificar a própria vida para melhor explicação utilizo o trecho da obra de Marie-France, “o assédio moral é um abuso e não pode ser confundido com decisões legítimas, que dizem respeito à organização do trabalho, como transferências e mudanças de função”. (HIRIGOYEN, 2017, p. 66)

Além dos vários livros e artigos ao longo do tempo mencionar os registros de atos abusivos contra a moral de uma pessoa, com a urbanização e o aumento exponencial de indústrias o mercado de trabalho passou a ser palco de condutas dessa natureza. Diante de tais acontecimentos o Art.483º da Consolidação das Leis do Trabalho - Decreto Lei nº 5.452 de 01 de Maio de 1943 se manifesta com as seguintes hipóteses de rescisão de contrato de trabalho e o assédio como sendo uma delas.

Art. 483 - O empregado poderá considerar rescindido o contrato e pleitear a devida indenização quando:

- e) praticar o empregador ou seus prepostos, contra ele ou pessoas de sua família, ato lesivo da honra e boa fama;
- g) o empregador reduzir o seu trabalho, sendo este por peça ou tarefa, de forma a afetar sensivelmente a importância dos salários.

A Consolidação das Leis do Trabalho de forma taxativa expressa as causas que podem levar a uma rescisão indireta de extinção de contrato de trabalho. Conforme fala Delgado “o trabalhador, em face da ocorrência de uma das hipóteses, afasta-se do trabalho o que não é necessário, e ingressa com reclamação trabalhista com requerimento de rescisão indireta do contrato e sua respectiva indenização” (2017, p. 104). A grosso modo o mais visto é quando o caso vai parar em julgamento no tribunal, mas, contudo, pode haver casos no qual o empregador admita seu erro e pague a indenização a pessoa sem acionar o poder judiciário, mesmo o caso sendo de justa causa.

Situações como essas são mais frequentes do que se imagina em nossa sociedade como forma de uma violência sobre o indivíduo de forma indireta. Atitude essas que ganham cada vez mais anonimato, muitas das vezes pela falta de atenção e visibilidade das demais pessoas que observam e não fazem nada. Conforme cita Barros, (2019, p. 44). “Apesar de

ignorados são vários os exemplos de perversão moral no cotidiano.” Por muita das vezes pensam que se trata de apenas uma simples brincadeira entre as duas pessoas, mas podemos culpar de certo modo a nossa sociedade no qual vivemos em que trata situações semelhantes a essas de perversidade com um tom de comédia nos meios de comunicações visuais como, por exemplo, nos filmes, series e novelas.

Diante desses fatos o direito do trabalho é utilizado para a proteção e assegurar diretos e garantias trabalhistas no ambiente empresarial, ou seja, “o descumprimento, pelo empregador, de quaisquer obrigações, sejam elas legais, convencionais, normativas ou contratuais, autoriza a rescisão do vínculo por iniciativa do empregado, com base na justa causa em estudo” (GIGLIO, 2019, p. 40-41).

Cabe lembrar novamente que um caso isolado semelhante que possa ocorrer não configura o assédio moral, vale sempre cuidar sobre a frequência que ocorre e a intenção dos atos praticados.

2.2 Assédio no ambiente empresarial

O assédio no ambiente de trabalho pode acontecer dos mais diversos tipos de atos como, por exemplo: palavras, comportamentos, gestos e insinuações de malícias. No qual podem trazer prejuízo a dignidade, a honra e a integridade do indivíduo, de modo que esse comportamento trás danos ao agredido e acaba causando reflexos no ambiente laboral, ou seja, dentro do convívio de trabalho.

No ambiente empresarial o perverso tem a vantagem do cargo no qual utiliza para tentar chegar ao topo da organização, com isso ele procura desestruturar qualquer pessoa que tente levantar contra os planos e objetivos dele. Conforme menciona Pamplona Filho (2018 p. 49). Geralmente, não há reações contra a perversidade nas empresas. No entanto, muitas pessoas pelo simples fato de que a cada dia o mercado de trabalho estar mais escasso por empregos essas pessoas por motivos pessoais acabam por tolerar em silêncio tais abusos que sofrem no meio empresarial.

Athayde (2017, p. 77) cita que o assédio moral geralmente nasce como algo inofensivo, uma brincadeira a qual não se quer dar importância. Todavia com o passar dos dias essas práticas se mostram com mais ameaças, colocando a pessoa na situação de humilhação e que de forma instantânea não irá causar graves danos, ou seja, de pouco a pouco e dia após dia a autoestima da pessoa na empresa vai sendo esgotada podendo em um futuro muito breve levar a pessoa a uma depressão por conta desse estresse que veem

sofrendo na empresa.

A maior frequência de assédio é de modo vertical no sentido do maior para o menor, ou seja, de um superior hierárquico. Geralmente o agressor é um líder, gerente ou chefe pequeno que não possui uma colocação sólida na empresa, no qual pratica os ataques contra seus subordinados e conseqüentemente acaba diminuindo a produtividade e qualidade nos serviços. Os relatos mais vistos é o abuso contra o coletivo, sem uma vítima estabelecida. Vale ressaltar que o grupo na forma de omissão acaba contribuindo para tais condutas.

Portanto, o assédio pode se caracterizar na forma direta e indireta, no qual, da forma mais direta do ato podemos citar o exemplo de gritar, insultar, fazer acusações e qualquer tipo de humilhação na frente das demais pessoas. Já quando se trata da forma indireta vale destacar o exemplo muito visto em qualquer empresa hoje em dia que são as fofocas, a exclusão social na recusa de comunicação e o aumento de boatos.

Um ato de forma eventual e logo junto ao pedido de perdão e reconhecimento de erro pode ser considerado comum no dia a dia das pessoas no ambiente rotineiro de trabalho. Mas quando se coloca a figura da repetição, forma-se um clima degradante sobre o indivíduo, levando a pessoa a um estado de defesa e por consequência motiva ainda mais agressões, pelo simples fato de não colocar o agressor no seu devido lugar, uma repreensão de pulso firme da vítima na maioria das vezes se faz necessária.

Uma intervenção certamente é necessária para extinguir o problema no âmbito empresarial. Todavia, o que ocorre na maioria das vezes é uma omissão, seja por preguiça, seja por medo, seja por egoísmo, tanto dos empregadores quanto daqueles que presenciam a agressão. (ATHAYDE, 2017, p. 79). Quando esses acontecimentos são de origem horizontal, ou seja, por pessoas do mesmo nível hierárquico os líderes ou responsáveis de liderança não interferem pelo fato de que os envolvidos não precisam de uma repreensão por não serem mais adolescentes. A vítima por consequência se sente fragilizada e sozinha levando a uma ansiedade forte ou em acontecimentos mais graves uma futura depressão. Todos esses casos integram o desenvolvimento relacionado ao fator assédio moral empresarial.

2.3 Rescisão contratual

Portanto, ainda que seja visada a permanência do funcionário na empresa o que torna mais vantajoso para os dois polos do processo, pode ocorrer a extinção desse contrato. Conforme reforça Ferreira “contrato é perecível, ocorrendo, mais cedo ou mais tarde a desconstituição do vínculo” (2017, p. 55).

Essa ruptura contratual pode ocorrer por iniciativa de uma das partes ou de ambos os lados, esse acontecimento trás penas para o responsável da ação na forma culposa ou dolosa por injustiça na relação do empregado e seu empregador.

Caso o término do vínculo for de iniciativa do empregador, ou seja, do chefe do indivíduo, poderá ocorrer a dispensa, sem a justa causa, ato que acaba o vínculo empregatício e o trabalhador pode ser afastado da sua função ou cargo que exerce na empresa, no caso como não há um ato ou conduta errada por parte do colaborador, então a empresa deverá pagar todos os direitos do funcionário, incluindo taxas e multas rescisórias.

Já quando tem o fator justa causa no ato da extinção é utilizado como fonte de saída o rol do Art. 482 da CLT, que explica de forma taxativa quais são essas causas de seguridade para o termino do vínculo, trazendo consequências para o empregado no qual é restringido alguns direitos exemplos: aviso prévio, saque do FGTS e a impossibilidade do seguro desemprego.

Já por iniciativa de empregado denominado de demissão, no qual a extinção é feita por livre vontade do empregado, ou seja, por livre iniciativa por parte do empregado ou pode ser chamado de vontade unilateral no que se refere a rescisão indireta o funcionário acaba perdendo o direito também a indenização de 40% sobre o valor do FGTS. A ruptura do

contrato também pode ser bilateral, ou seja, como o próprio nome é alto explicativo, existe um contrato ou acordo de vontade das duas esferas do processo.

2.4 Rescisão indireta como proteção do assédio moral

De acordo com Giglio (2019, p. 54) “A rescisão indireta, também denominada de dispensa indireta, é forma de extinção do contrato de trabalho por iniciativa do empregado. Nesta forma de dissolução do vínculo, o término do contrato se dá por insurgência contra ato do empregador”, que garante ao empregado uma proteção e ponto de escape referente seus direitos sobre a rescisão contratual por justa causa, garantindo o alívio de sair de uma relação empregatícia que prejudicava sua vida e garante a indenização de direitos sobre a finalização desse contrato que lhe trouxe tantos danos físicos e no psicológico da vítima de assédio moral organizacional.

Vale ressaltar, que mesmo quando a relação chega ao extremo, a opção de saída do empregado da empresa não é a melhor escolha por causa do cenário que se encontra estagnado o mercado de trabalho e de novas oportunidades de emprego, essa pessoa acaba

por aguentar essas situações em sua vida mesmo que cause um prejuízo futuro, tudo pelo fator de medo de perder o emprego remunerado e não conseguir garantir o sustento da sua família ou das pessoas dependentes dela ou dele.

Apesar de sua indiscutível relevância no ordenamento pátrio, está claro que diante dos atuais níveis de desemprego, há grande receio em utilizar-se do instituto, sendo restrito na prática a casos extremos, quando o empregado enxerga situação completamente insustentável ou já possui garantia de outro emprego. (DEJOURS, 2019, p. 55).

Em outras palavras a Rescisão indireta de contrato de trabalho é a solução que a pessoa vítima de assédio moral no trabalho tem para se desvincular do emprego sem perder os direitos trabalhistas. O caso então seja encaminhado ao juiz competente e que ao evidenciar os fatos e provas irá decretar a rescisão do mesmo por justa causa condenando assim ao

empregador ao abatimento em valor monetário das verbas pelo período de exercício do funcionário.

Para uma melhor explicação vejamos na forma de tabela:

TIPO DE RESCISÃO	SALDO DE SALARIOS	AVISO PREVIO	13º SALÁRIO	FÉRIAS VENCIDAS	FÉRIAS PROPORCIONAIS + 1/3	FGTS DO MÊS ANTERIOR	FGTS MÊS RESCISÃO	FGTS MULTA 40%
RESCISÃO INDIRETA	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM *	SIM *	SIM *

Fonte: <https://audtecgestao.com.br/capa.asp?infoid=5309>

Para melhor compreensão as células marcadas com asterisco como na célula de “FGTS e a Multa de 40%”, quando for devida, devem ser depositados na conta, e a empresa recolherá também a contribuição social de 10%, totalizando 50%.

O funcionário depois de receber a quantia estabelecida de seus direitos rescisórios o juiz poderá fazer o empregador pagar por danos morais pelas agressões psicológicas. O bem estar físico e emocional do trabalhador ou de qualquer pessoa é garantia contida na Constituição Federal do Brasil, “Art.5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes”

Comprovada a ilegalidade do assédio moral utiliza-se a ferramenta da rescisão

indireta de contrato de trabalho, o funcionário terá suas garantias e direitos iguais caso ele fosse demitido sem a justa causa, é uma forma de seguridade da lei de controlar casos de vexame e humilhação da esfera de seus superiores, assegurando assim todos os direitos trabalhistas que o indivíduo, ou seja, a esfera passiva do ato tem por legalidade formal.

Com tudo o que foi apresentado sobre as hipóteses de danos que uma pessoa está sujeita a passar vale mencionar que o Direito Trabalhista mais do que tudo se preocupa com o bem estar pessoal de cada trabalhador. Nos dias atuais, não é somente discutido a proteção do horário prestado de trabalho na empresa, da remuneração e dos demais direitos obrigatórios materiais garantidos pelo Direito do Trabalhista.

3 ABORDAGEM METODOLÓGICA

Para a realização deste estudo utilizou-se uma abordagem quantitativa, uma pesquisa exploratória e descritiva. De acordo com Aliaga e Gunderson (2002), pode-se entender a pesquisa quantitativa como a “explicação de fenômenos por meio da coleta de dados numéricos que serão analisados através de métodos estatísticos”. Ela serve para quantificar e inferir os resultados obtidos da amostra para quem tem interesse, mas ciente da sua margem de desvio.

O estudo tem caráter essencialmente quantitativo, com participação da pesquisa de campo e a pesquisa bibliográfica, ao mesmo tempo em que será necessário utilizar o cruzamento dos resultados obtidos dos levantamentos com toda a pesquisa bibliográfica feita a respeito do tema para uma melhor compreensão do mesmo.

Gil (1999) considera que a pesquisa exploratória tem como objetivo principal desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores. Deste modo esse tipo de pesquisa mostra uma visão mais abrangente sobre determinado fato.

O método de pesquisa também utilizado foi a descritiva, que “é a descrição do objeto por meio da observação e do levantamento de dados ou ainda pela pesquisa bibliográfica e documental” (BARROS e LEHFELD, 1990, p. 34), ou seja, houve uma coleta de dados, por meio de questionário.

Partindo de uma revisão bibliográfica composta pelos principais autores relacionados ao estudo da área, visto que, “é de grande valia e eficácia ao pesquisador porque ela permite obter conhecimentos já catalogados em bibliotecas, editoras, internet, videotecas, etc. Ela se realiza em três fases: identificação, localização, e reunião sistemática de materiais ou de

fatos” (BARROS e LEHFELD, 2001, p. 34). E tendo como finalidade entender como essas práticas vivenciadas de assédio influenciam nosso meio social.

O instrumento de coleta de dados utilizado trata-se de um questionário composto por 10 (dez) questões, sendo constituída de questões fechadas de múltiplas escolhas, as quais tornaram possíveis a coleta de informações. “O questionário é um instrumento desenvolvido cientificamente, composto de um conjunto de perguntas ordenadas de acordo com um critério predeterminado, que deve ser respondido sem a presença do entrevistador (MARCONI; LAKATOS, 1999, P.100)” e é usado para se ter informações de dados de algum grupo de indivíduos.

O questionário em questão teve como intuito formular as teses que envolvem o tema e o objetivo do presente trabalho, utilizou como fonte de pesquisa as experiências pessoais dos acadêmicos da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço, localizada na cidade de Jaciara-MT. A mesma foi escolhida por ser sede de estudo da maior parte dos acadêmicos da sua região e pelo pressuposto de que a maior parte dos alunos serem funcionários das principais empresas do mercado de trabalho do Vale do São Lourenço.

Através do questionário foi possível mensurar os casos de assédio no ambiente de trabalho, além de analisar a atitude que a pessoa tomou em relação a isso. Visto que, se a pessoa sofreu algum tipo de assédio poderia rescindir o contrato de trabalho de forma indireta por justa causa.

4 ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS

Com o término da recolha de dados dos acadêmicos dos diferentes cursos da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço no município de Jaciara estado de Mato Grosso. A pesquisa foi realizada através de um formulário digital distribuído por um link. Ao todo foram 50 entrevistados, sendo 56% por mulheres e 44% por homens. Com as informações coletadas pode-se chegar aos resultados a seguir.

VARIAVEL	ALTERNATIVAS	PORCENTAGEM
GÊNERO	FEMININO	56%
	MASCULINO	44%
IDADE	18 a 23 anos	70%

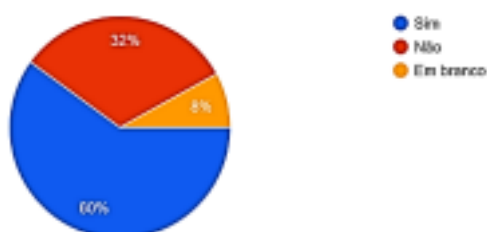
	24 a 28 anos	16%
	29 a 38 anos	10%
	39 a 45 ou mais	4%

Fonte: Elaborado pelo autor, 2021

A primeira pergunta a ser feita foi para conhecer o gênero da pessoa que estava respondendo o questionário e de acordo com os resultados coletados das 50 amostras demonstra que 28 são do sexo feminino e 22 do sexo masculino, dessa forma, o percentual é respectivamente 56% e 44%.

Com a segunda pergunta pode-se estipular a faixa etária de idade das pessoas que têm mais relatos envolvendo a esfera do assédio. Foram pessoas de idades entre 18 a 45 ou mais, assim chegamos a uma variação com 70% com idade de 18 até 23 anos, 16% entre os 24 até 28 anos, 10% entre 29 até 38 anos e 4% entre 39 até 45 anos ou mais. Segundo uma pesquisa realizada no Data Folha de 2018, “O assédio no trabalho foi relatado por 15% das brasileiras, incluindo as formas de assédio físico (2%) e verbal (11%) entre as idades de 16 a 24 anos”. Conforme o resultado do gráfico nos mostra tem uma maior incidência entre as idades de 18 e 23 anos.

3. Já sofreu algum tipo de assédio em seu local de trabalho?
50 respostas



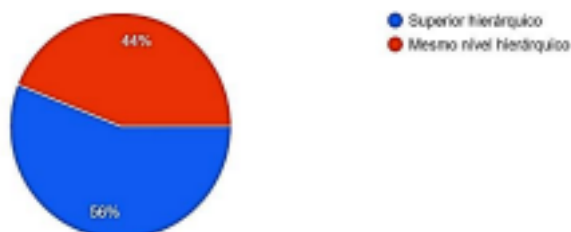
Fonte: Elaborado pelo autor, 2021

11

A terceira pergunta foi para saber se a pessoa já passou pela situação de ter sofrido algum tipo de assédio, no qual 60% das pessoas responderam que “sim”, e 32% responderam que “não” e 8% preferiram não se manifestar. Athayde cita que o assédio deralmente nasce como algo inofensivo, facilmente confundível com uma brincadeira a qual não se dá muita importância (2017, p.77).

4. Qual a posição desse indivíduo em relação a você no ambiente de trabalho?

50 respostas



Fonte: Elaborado pelo autor, 2021

Na quarta pergunta o objetivo era saber se o tipo de assédio era na forma crescente ou de mesmo nível hierárquico. Obtivemos 28 respostas, na qual, as pessoas relataram que foram por superior hierárquico, resultando em 56% e 22 pessoas responderam que foram colegas de setor ou mesmo nível de responsabilidade, resultando em 44%. Fato esse que vem crescendo mais a cada dia, que fez com que o legislador introduzisse no Direito Penal o Art.216º-A: “Constranger alguém com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o agente da sua condição de superior hierárquico ou ascendência inerentes ao exercício de emprego, cargo ou função.”

5. Qual o tipo de assédio sofrido?

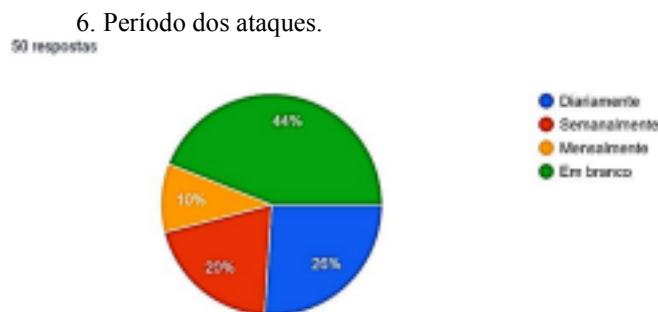
50 respostas



Fonte: Elaborado pelo autor, 2021

Com a coleta de dados da questão de número 5, obtive o resultado, na qual, os tipos de assédio mais sofrido pelos indivíduos que participaram da pesquisa foram o assédio moral com 36% com a quantidade de 18 respostas. O verbal obteve 20% com 10 respostas, a forma mais explícita de assédio que se trata da forma sexual ficou com o resultado de 8% com 4 respostas e os outros 36% foram 18 respostas das pessoas que não se posicionaram sobre o assunto.

Segundo uma pesquisa realizada pela repórter Thayná Schuquel, publicada no site *metropoles.com* foram registradas 27,3 mil ações por assédio no período do início de 2015 até o final do primeiro semestre de 2021, registrando assim um aumento de 21%.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2021

Na questão de número 6 foi feita uma análise referente a frequência que alguns casos ocorriam, vale lembrar que “um ato perverso, isoladamente, sem dúvidas, não constitui assédio moral (Athayde, 2017, p. 77). Conforme o resultado do gráfico houve uma maior omissão de resposta, sendo 22 em branco totalizando 44% das respostas obtidas.

Segundo “Einarsen e Skogstad (n. 5, p.185-210, 1996) definem o assédio moral no trabalho por comportamento persistente, repetitivo e continuado”. Das 28 informações que restaram, 13 pessoas relataram que os episódios de assédios eram diariamente representando 26%, 10 respostas para semanalmente e 5 para mensalmente, desse modo, representando respectivamente as porcentagens de 20% e 10%.



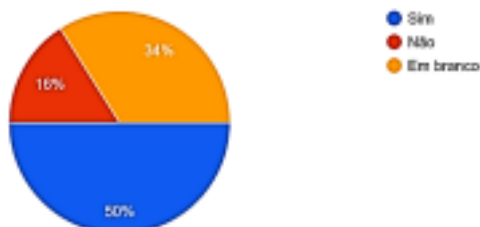
Fonte: Elaborado pelo autor, 2021

Na pergunta de número 7 foi questionado qual decisão a pessoa tomou em relação ao assédio sofrido, 56% das pessoas não fizeram nada, simplesmente ignoraram a situação deixando de lado, totalizando 28 pessoas. 38% responderam em branco, o que totaliza 19 pessoas. Apenas 6% procuraram seus direitos trabalhistas o que representa um total de 3 pessoas somente.

De acordo com dados obtidos no site *g1.globo.com* segundo dados do IBGE “O desemprego recua para 14,1% no 2º trimestre, mas ainda atinge 14,4 milhões” (Por Darlan Alvarenga e Daniel Silveira, g1). A falta de opções de trabalho desperta o medo das pessoas fazendo elas relevarem a situação e continuar trabalhando, mesmo sofrendo algum tipo de assédio.

8. Permaneceu na empresa depois do assédio sofrido?

50 respostas



Fonte: Elaborado pelo autor, 2021

Na questão 8 a pergunta tinha como objetivo saber quantas pessoas que sofreram o assédio permaneceram ou não na empresa. Conforme os dados, 50% das pessoas continuaram na empresa, no total de 25 pessoas. Apenas 8 pessoas não permaneceram no mesmo trabalho, resultado num percentual de 16% e 17 pessoas responderam em branco, totalizando 34%.

Tendo como referência o dado utilizado sobre a taxa de desemprego segundo o IBGE mencionado na análise anterior. Pessoas se calam mediante casos de assédio no ambiente de trabalho e preferem não utilizar da rescisão indireta como proteção pessoal. Casos assim infelizmente serão frequentes devido à instabilidade do mercado de trabalho.

9. Você sabia que nessa situação o trabalhador tem o direito a rescisão indireta por justa causa?

50 respostas

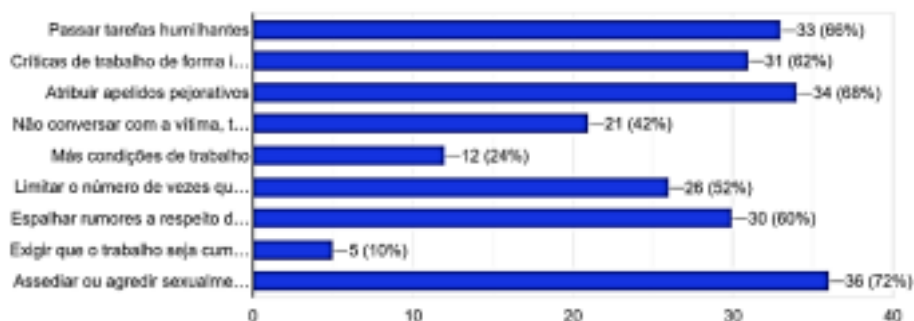


Fonte: Elaborado pelo autor, 2021

Na penúltima questão foi questionado o nível de informação dos entrevistados a respeito do direito a rescisão indireta por justa causa do contrato de trabalho. Houve um número expressivo de pessoas que estavam tendo acesso a esse tipo de informação pela primeira vez, no total de 18 pessoas, ou seja, 36% dos entrevistados nunca tinham ouvido falar sobre essa possibilidade. Enquanto 34% já tinham ouvido falar sobre o assunto, e 30%, isto é, 17 pessoas dos entrevistados responderam que já sabiam sobre o direito do trabalhador a rescisão indireta por justa causa em casos de assédio no ambiente de trabalho.

10. Assinale a(s) que contenha características de assédio moral.

50 respostas



Fonte: Elaborado pelo autor, 2021

Por fim, foi perguntado aos entrevistados que identificasse as características de assédio moral, para se obter esse resultado foi exposto 9 situações para escolha. Dentre as 50 respostas e inúmeras possíveis combinações, 13 respostas padronizadas se destacaram. Sendo elas: Passar tarefas humilhantes, com 33 respostas o que corresponde a 66% das respostas obtidas. Críticas de trabalho de forma injusta ou demasiada, com 31 respostas representando 62%. Atribuir apelidos pejorativos, com 34 respostas somando o total de 68%. Não conversar com a vítima, tanto os superiores hierárquicos quanto os colegas, com 21 respostas representando 42%. Limitar o número de vezes que o colaborador vai ao banheiro e monitorar o tempo que lá ele permanece, com 26 respostas totalizando 52%. Espalhar rumores a respeito da honra e da boa fama da vítima, com 30 respostas correspondendo a 60%. Assediar ou agredir sexualmente a vítima por meio de gestos ou propostas foi a mais assinalada, com a marca de 36 respostas representando 72%.

Segundo Lisboa (2009, p.131), “Para ser ético, pois, é necessário ter algum tipo de fé, mas que se deve acreditar em algum valor intangível, de alto significado moral, como bondade, caridade, sinceridade, honestidade”. Valores estes que formam uma pessoa de caráter íntegro no meio social no qual vive.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo teve como objetivo principal da pesquisa fazer um levantamento de informações sobre o assédio moral como fator de rescisão indireta no contrato de trabalho. Tendo como personagens envolvidos no processo o empregador e o empregado, fato atípico nos contratos são seu rompimento de vínculo. Deste modo vale sempre analisar o fato gerador da rescisão.

Com o estudo dos assuntos abordados sobre o tema de assédio, percebe-se que será de grande valor para o conhecimento do leitor identificar essas características prejudiciais

que ocorrem no interior de algumas empresas. O tema por ser considerado um assunto delicado, sua análise tem que ser feita de maneira cautelosa para não prejudicar de forma injusta os envolvidos. Deste modo a figura de um profissional contábil ou advogado se faz necessária nos processos empregatícios.

O método aplicado para o desenvolvimento do artigo foi de caráter essencialmente quantitativo descritivo e foi utilizando o método estatístico, com participação da pesquisa de campo e a pesquisa bibliográfica. Desta forma, foi utilizado os meios mencionados para se obter um resultado final sólido na análise das informações coletadas pela amostragem.

O tipo de coleta de dados utilizado foi na forma de questionário e teve como objetivo principal coletar informações de conhecimento pessoal de cada pessoa entrevistada sobre a rescisão indireta de trabalho por justa causa em decorrência do assédio moral. Muitas pessoas de certo modo sabem o básico para identificar o que é assédio, mas os resultados obtidos nas análises mostraram que a busca pelos direitos trabalhistas não está sendo utilizado.

Portanto o artigo desenvolvido foi de grande valor para agregar conhecimento a respeito das rescisões de contrato de trabalho, tendo como alvo de estudo a rescisão indireta por justa causa motivado pelo assédio no ambiente de trabalho. Deste modo o trabalhador vítima desses assédios em face das informações obtidas e demonstradas, terá o conhecimento necessário para evitar injustiças trabalhistas e com isso garantir a integridade e dignidade própria.

Situações de condições precárias e sub-humanas de trabalho também se encaixam e pode ser considerado assédio a dignidade e a honra do indivíduo, com isso é válido pensar a respeito dos casos ainda existentes de trabalho de características escrava.

REFERÊNCIAS

- ALIAGA, M.; GUNDERSON, B. Interactive Statistics. Thousand Oaks: Sage, 2002.
Art. 483 Consolidação das Leis do Trabalho - Decreto Lei 5452/43. Jus Brasil. Acesso em: 3 maio 2021.
Art. 482 Consolidação das Leis do Trabalho - Decreto Lei 5452/43. Jus Brasil. Acesso em: 13 jun. 2021.
ATHAYDE, Milton. Christophe Dejours: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, 2017.
BACON, FRANCIS, Meditationes Sacrae (1597), "De Hæresibus"
BARROS, Adil de Jesus Paes de; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. Projeto de pesquisa: propostas metodológicas. Petrópolis (RJ): Vozes, 1990.
BARROS, Alice Monteiro. Proteção à intimidade do empregado. São Paulo: LTr, 2018.
BRASIL. Código civil. Org. Juarez Oliveira. 56 ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

Código Penal Art. 216-A. Decreto Lei nº 2.848 de 07 de dezembro de 1940. Disponível em: < <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/103275/codigo-penal-decreto-lei-2848-40#art-216A> >.

Constituição da República Federativa do Brasil - Art. 5º. Senado.leg.br. Acesso em: 14 jun. 2021.

DATAFOLHA INSTITUTO DE PESQUISAS. 42% das mulheres brasileiras já sofreram assédio sexual. Disponível em: <https://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2018/01/1949701-42-das-mulheres-ja-sofreram-assediosexual.shtml> . Acesso em: 28 set. 2021.

DEJOURS, Christophe. A banalização da injustiça social. Rio de Janeiro: FGV, 2019.

DELGADO, Maurício Godinho. Curso de direito do trabalho. 22ª edição. São Paulo: LTr, 2017.

DESEMPREGO RECUA PARA 14,1% NO 2º TRIMESTRE, MAS AINDA ATINGE 14,4 MILHÕES, APONTA IBGE, Desemprego recua para 14,1% no 2º trimestre, mas ainda atinge 14,4 milhões, aponta IBGE, G1 >, acesso em: 12 Oct. 2021.

EINARSEN, S.; SKOGSTAD, A. Bullying at work. Epidemiological findings in public and private organizations. The European Journal of Work and Organizational Psychology, London, n. 5, p.185-210, 1996.

17

FERREIRA, Hadassa Dolores Bonilha. Assédio moral nas relações de trabalho. 19ª edição. Campinas: Russel editores, 2017.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

HIRIGOYEN, Marie-France. Assédio moral: a violência perversa do cotidiano. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p. 65.

LISBOA, Lázaro Plácido – Ética Geral e Profissional em Contabilidade – São Paulo - Editora Atlas S.A – 2009.

MARCONI. M. A.; LAKATOS, E. M. Técnicas de pesquisa. São Paulo: Atlas, 1999

PAMPLONA FILHO, Rodolfo. O dano moral na relação de emprego. 3ª edição. São Paulo: LTr, 2018.

Rescisão indireta do contrato de trabalho: assédio moral - Âmbito Jurídico. Acesso em: 14 jun. 2021.

Tabela com as principais modalidade de Rescisão de Contrato de Trabalho | AUDTEC – Gesto Contábil. Audtecgestao.com.br. Acesso em: 27 Aug. 2021.